

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
CAMPUS BAURU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Alessandra Franceschini Possebon

HEGEMONIA, CIDADANIA E COMUNICAÇÃO: UMA ANÁLISE DO
JORNAL *SEM TERRA*

Bauru
2011

Alessandra Franceschini Possebon

HEGEMONIA, CIDADANIA E COMUNICAÇÃO: UMA ANÁLISE DO JORNAL *SEM TERRA*

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da área de concentração Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação da UNESP, campus de Bauru, como requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação Social, sobre orientação do Prof. Dr. Murilo César Soares

Bauru
2011

Possebon, Alessandra.
Hegemonia, Cidadania e Comunicação: Uma análise do
Jornal *Sem Terra* / Alessandra Possebon, 2011
112 f.

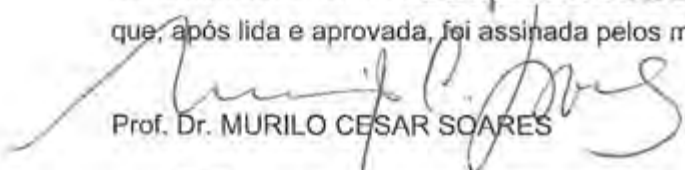
Orientador: Murilo Cesar Soares

Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2011

1. Jornalismo Alternativo 2. Cidadania. 3. MST.
I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de
Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ALESSANDRA FRANCESCHINI POSSEBON, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DO(A) FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICACAO DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2011, às 14:00 horas, no(a) Sala dos Órgãos Colegiados da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. MURILO CESAR SOARES do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. DANILO ROTHBERG do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. DENNIS DE OLIVEIRA do(a) Departamento de Jornalismo e Editoração / Escola de Comunicações e Artes - Usp, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ALESSANDRA FRANCESCHINI POSSEBON, intitulada "Hegemonia, cidadania e comunicação: uma análise do Jornal Sem Terra". Após a exposição, a discente foi argüida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Prof. Dr. MURILO CESAR SOARES
Prof. Dr. DANILO ROTHBERG
Prof. Dr. DENNIS DE OLIVEIRA

Alessandra Franceschini Possebon

HEGEMONIA, CIDADANIA E COMUNICAÇÃO: UMA ANÁLISE DO JORNAL *SEM
TERRA*

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Linha de Pesquisa: Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais

Presidente/Orientador: **Prof. Dr. Murilo César Soares**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof. 1: **Prof. Dr. Dennis de Oliveira**

Instituição: Universidade de São Paulo - USP

Prof. 2: **Prof. Dr. Danilo Rothberg**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – UNESP

POSSEBON, Alessandra Franceschini. **Hegemonia, Cidadania e Comunicação: uma análise do jornal *Sem Terra***. 2011 112 f. Trabalho de Conclusão (Mestrado em Comunicação Midiática) – FAAC – Unesp, sob a orientação do prof. Dr. Murilo César Soares, Bauru, 2011.

RESUMO

Diversos grupos manifestam seus interesses, suas posições críticas à realidade através da construção de meios de comunicação alternativos à grande mídia. Estes meios, que estiveram presentes na história do jornalismo brasileiro, não têm a repercussão e o alcance das grandes empresas de comunicação, mas são iniciativas que colaboram na ampliação de perspectivas sobre a realidade e na construção de uma comunicação mais democrática. Este trabalho visa examinar o complexo quadro do jornalismo brasileiro na atualidade e a relevância do jornalismo alternativo à grande mídia no enriquecimento da esfera pública. O trabalho apresenta uma revisão dos conceitos de hegemonia e cidadania, um olhar sobre a estrutura do jornalismo através das principais teorias do jornalismo e uma reflexão sobre o conceito de alternativo. A parte analítica se constrói a partir de uma observação sobre o jornal *Sem Terra* salientando suas principais características, seu discurso sobre a concepção de cidadania relacionado ao projeto de reforma agrária e sua relevância frente ao jornalismo da grande mídia. O jornalismo alternativo aparece como apenas um dos instrumentais nas lutas de cidadania, mas de importância fundamental ao ampliar as leituras da realidade e permitir reflexões sobre a linguagem jornalística assumida com o advento da modernidade.

Palavras-chave: jornalismo; jornalismo alternativo; cidadania; MST

POSSEBON, Alessandra Franceschini. **Hegemonia, Cidadania e Comunicação: uma análise do jornal *Sem Terra***. 2011 112 f. Trabalho de Conclusão (Mestrado em Comunicação Midiática) – FAAC – Unesp, sob a orientação do prof. Dr. Murilo César Soares, Bauru, 2011.

ABSTRACT

Several groups reveal their interests, their critical position on reality through structure alternative of communication ways for great media. These ways, that were present during history of brazilian journalism don't have the repercussion and reach of great communication enterprises, but they are initiatives that collaborate to spread of perspectives about the reality and on structure of a communication more democratic. This work aims to look over the complex situation of brazilian journalism nowadays and significance of alternative journalism for great media on amplification of public field. The work presents a review of concepts of hegemony and citizenship, a view over the structure of journalism through main theories of journalism and a reflexion about the concept of alternative. The analytic side organizes itself from observation about the newspaper *Sem Terra* emphasizing their principal characteristics, their speech about the conception of citizenship related to agrarian reform project and its significance about journalism of great media. The alternative journalism just emerges like one of the tools on struggles of citizenship, but fundamental importance to spread the reality readings and to allow reflexions about the admitted journalistic language through arrival of modernity.

Key words: journalism, alternative journalism, citizenship, MST

Aos meus pais por me ensinarem
a sorrir todos os dias.

AGRADECIMENTOS

A todos os que fizeram e fazem parte da minha história.
Ao meu avô Roberto, com quem aprendi a importância de cultivar amigos e alegrias.

Ao Virtu por ter me incentivado no início dessa jornada, à Nádia e seu cuidado com a nossa amizade apesar das distâncias, à Kora, minha amiga para toda a vida, à Verônica pelas conversas engrandecedoras, ao San pelos abraços e risadas, ao Antônio Sardinha e Claudio Coração pelas preciosas observações.

Ao orientador dessa dissertação, prof. Dr. Murilo César Soares pela disponibilidade em me ouvir, pela paciência e por seu cuidado com cada palavra desta dissertação.
Ao amigo prof. Dr. Silas Nogueira por ter acreditado neste trabalho e ter colaborado tanto nas reflexões.

Ao prof. Dr. Dennis de Oliveira, meu primeiro grande mestre e incentivador da minha carreira acadêmica.
Ao prof. Dr. Juarez Xavier por seu exemplo de dedicação.
Ao prof. Dr. Danilo Rothberg pela avaliação deste trabalho.

Aos professores e amigos da Unaerp, em especial prof. Eblak, profa. Carmen Cagno e profa. Cristina Dias. Aos amigos Tiago, Tomate, Lucas e Larissa, vocês moram no meu coração.

Aos queridos riopardenses Rafa, Tiago, Marcos e Martinha por todos os momentos encantadores.

Aos companheiros da república Pacha Mama por terem me ajudado a ser quem eu sou hoje.

À Mariângela Quartim pelo incentivo.
Aos amigos da Feira do Livro que me ensinaram tanto.
Aos colegas da UNESP pelas ótimas conversas.
Aos colegas do CELACC/USP pelos aprendizados.

Aos amados alunos da FESP/Passos e da UNESP/ Bauru com quem descubro a cada dia a profissão que quero seguir.

Ao MST por seu exemplo de luta e de esperança.
À Cifrater, minha casa.

Ao Edson, alma carinhosa que me dá as mãos e me fortalece com sua existência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. O PENSAMENTO HEGEMÔNICO E AS LUTAS POR CIDADANIA.....	6
1.1. Reflexões de Antônio Gramsci.....	7
1.2. “Todos os homens são intelectuais”.....	14
1.3. O papel dos movimentos sociais na construção da cidadania.....	22
CAPÍTULO 2. JORNALISMO COMO REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE.....	33
2.1. A configuração do jornalismo como atividade e produto.....	35
2.2. Jornalismo como instrumental da hegemonia.....	37
2.3. Teorias do Jornalismo.....	39
2.4. Conceitos em torno do jornalismo alternativo.....	43
CAPÍTULO 3. O JORNAL SEM TERRA COMO PORTA-VOZ DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA	52
3.1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: histórico e principais propostas..	54
3.2. Jornal <i>Sem Terra</i>	61
3.3. Análise de Conteúdo como método de interpretação do discurso jornalístico.....	62
3.4. Descrição do percurso metodológico.....	64
3.5. Observações sobre o jornal <i>Sem Terra</i>	65
3.6. Análise dos títulos, manchetes e chamadas de capa.....	68
3.6.1. Luta/lutar/lutas.....	69
3.6.2. MST.....	71
3.6.3. Reforma agrária.....	72
3.6.4. Sem Terra.....	73
3.6.5. Agricultura/ agrícola/ agricultor.....	74
3.7. Reforma agrária nas matérias do jornal <i>Sem Terra</i>	75
3.7.1. Política.....	76
3.7.2. Educação/ Cultura.....	84
3.7.3. Alimentação.....	87
3.7.4. Direito à terra/ modelo de produção.....	90
3.7.5. Legislação.....	91
3.7.6. Comunicação.....	92
3.7.7. Igualdade de Gênero.....	94
3.7.8. Trabalho.....	95
3.7.9. Saúde.....	95
3.7.10. Habitação.....	96
3.8. Análise Interpretativa.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que para a construção de uma sociedade democrática é imprescindível o direito à informação e que este direito implica acesso à diversidade de pensamentos e também a possibilidade de gestão e produção de meios de comunicação, o presente trabalho nasce do questionamento sobre o atual quadro da comunicação não somente brasileira, mas mundial, marcada pela concentração dos meios de comunicação por grupos transnacionais. Estas empresas tratam a informação como mais um produto vendável dentro da lógica do capitalismo, o que influencia de diferentes maneiras as leituras de mundo e as práticas políticas das sociedades.

Em contraponto a esta produção, muitos grupos manifestam seus interesses, suas posições críticas à realidade através da construção de meios de comunicação alternativos à grande mídia. Estes meios, apesar de na maioria das vezes, não possuírem a repercussão e o alcance das grandes empresas compõem a esfera pública e são iniciativas que visam colaborar na construção de uma comunicação mais plural, visualizando o jornalismo como um instrumento de cidadania.

Para compreender esse quadro, optamos por analisar o jornal *Sem Terra*, uma publicação com mais de 30 anos, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O jornal tem como principal pauta a discussão dos temas de cidadania, relacionando-os ao amplo projeto de reforma agrária do movimento.

A pesquisa pretende responder aos seguintes questionamentos:

- Como o jornal *Sem Terra* trata os temas de cidadania?
- Como o jornal *Sem Terra* colabora para uma discussão ampliada sobre a questão da reforma agrária e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)?
- Quais as diferenças e similaridades entre o jornal *Sem Terra* e a imprensa hegemônica em termos de linguagem, gestão e conteúdo?
- Como o jornalismo alternativo colabora para a ampliação da esfera pública, indo além do pensamento hegemônico difundido pela grande mídia?
- Qual a importância do jornalismo alternativo para a divulgação das ações do MST?

Tendo essas perguntas como guia da presente pesquisa, o trabalho parte de uma revisão do conceito de hegemonia, tantas vezes utilizado nos estudos de jornalismo sem a contextualização necessária. O conceito desenvolvido de maneira dialética pelo pensador italiano Antônio Gramsci, entre as décadas de 1920 e 1930, colabora para a percepção das

diferentes relações que compõem a realidade, sendo que seus estudos fornecem instrumentos para a realização de leituras abrangentes da sociedade contemporânea.

Baseado em estudos de autores como Simionatto (1998), Nogueira (2005), Gruppi (1978; 1980), Moraes (2002), Coutinho (1992; 2000), Bobbio (1999) e também de alguns pensamentos do próprio Gramsci (2000; 2001; 2002), a primeira parte do trabalho faz uma revisão do conceito de hegemonia, além de outros conceitos que colaboram na formação do pensamento gramsciano, em especial sociedade civil, bloco histórico, ideologia e intelectuais, salientando as relações destes com a mídia. Gramsci trabalha na perspectiva de um conhecimento abrangente e profundo da sociedade, valorizando as relações entre cultura, política e economia.

Nesta dissertação, a ênfase se dá em torno da relação entre cidadania e comunicação, sendo que para vários autores como Moraes (2010), Gentilli (2005) e Lima (2009), o direito à comunicação está intrinsecamente vinculado à qualidade da democracia, colaborando na efetivação de outros direitos.

Carvalho (2009) ao apresentar um estudo contextualizado da construção da democracia no Brasil revela que assim como grande parte da América Latina, o Brasil tem um regime democrático recente, nomeado por Weffort (1992) de novas democracias, por serem regimes que renasceram depois da derrubada das ditaduras militares e que têm como uma de suas maiores dificuldades o desligamento das heranças das instituições de passado autoritário.

As insatisfações com o regime militar durante as décadas de 1970 e 1980 fizeram nascer no Brasil uma cidadania que exaltava os direitos humanos e que enfatizava as lutas sociais, de modo que os movimentos sociais têm papel de destaque na constituição da democracia brasileira, como mostram Gohn (2010) e Dagnino (2000).

As controvérsias em torno do papel que a grande mídia ocupa na sociedade, desvalorizando tantas vezes as pautas ligadas aos movimentos sociais, fortaleceu na sociedade civil organizada o desejo de criar novos modelos de geração e expansão de saberes, estabelecendo meios de comunicação, chamados muitas vezes de alternativos, para criticar o discurso apresentado pela grande mídia e propor outras discussões.

A comunicação alternativa é entendida como um instrumento político presente nas sociedades não somente sob regimes ditatoriais, tendo como principal objetivo o enriquecimento da esfera pública com a apresentação de diferentes pontos de vista, fomentando análises críticas sobre a realidade e propondo outros modelos de produção de gestão dos meios de comunicação.

O segundo capítulo do trabalho traz uma busca pela definição da prática jornalística a partir da perspectiva de Marcondes Filho (2002), Wolton (2004) e Marshall (2003), que concebem o jornalismo como um dos pilares da modernidade.

A necessidade moderna de informação torna o jornalismo atividade essencial para “ajudar as pessoas a interpretar suas próprias vidas” (GOMES, 2008, p. 61). Para tanto foram criadas técnicas tanto de organização e produção quanto de linguagem para que o jornalismo pudesse se aproximar o máximo possível de uma leitura fiel da realidade, assumindo o papel de mediador de uma realidade cada vez mais complexa que alcança escalas globais.

A objetividade aparece como primordial no jornalismo, seguida de valores como a atualidade, imparcialidade e neutralidade. A objetividade como ideal impossível de ser alcançado em sua plenitude gera inúmeras reflexões e críticas à prática jornalística, apresentadas neste estudo essencialmente por Abramo (2003) e Genro Filho (1987), que destacam que a aura de objetividade supervalorizada pelos grandes jornais fortalece o pensamento hegemônico e o esvaziamento da esfera pública como espaço de fomento do pensamento crítico.

Para entender como funciona a estrutura da produção de notícias, o trabalho apresenta uma revisão das teorias do jornalismo a partir de autores como Wolf (2008), Traquina (2005) e Sousa (1999). Tal revisão que, sob um primeiro olhar, pode parecer inoportuna, por tratar essencialmente do jornalismo da grande mídia, é necessária para um aprofundamento sobre a própria concepção do jornalismo e para compreender os contrastes entre a produção alternativa e o jornalismo empresarial.

As teorias do jornalismo giram essencialmente em torno do questionamento proposto por Traquina (2005): Por que as notícias são como são? Ao revisar as teorias é possível perceber um avanço de ideias simplistas, como o de que as notícias são reflexo da realidade (teoria do espelho), passando por tentativas de compreender as notícias como produto de interações organizacionais (*gatekeeper*, teoria organizacional), chegando em estudos mais abrangentes que compreendem as notícias dentro de um complexo sistema que envolve interesses políticos, econômicos e sociais (modelo de propaganda, estudos culturais, teoria interacionista).

A revisão é finalizada com a apresentação de perspectivas críticas aos modelos de produção da grande mídia colocados por Genro Filho (1987), Pereira Filho (2004) e Abramo (2003). Este último salienta a necessidade de compreender os padrões de manipulação da informação jornalística para visualizar o jornalismo como uma prática dialética, que pode ocupar na sociedade diferentes posições.

Ao compreender como se estruturou o jornalismo e como se chegou aos modelos praticados hoje, constata-se que o jornalismo alternativo nasce como contraponto aos conteúdos, formas de gestão e produção da grande mídia. Há controvérsias sobre a definição dessa produção e autores como Downing (2004), Peruzzo (2006, 2009) e Kucinski (2003) apresentam diferentes olhares e possibilidades de classificação.

Enquanto Downing (2004) propõe o termo mídia radical argumentando que a palavra alternativa é tão abrangente que pouco ajuda nas definições, Kucinski (2003) revela que o termo alternativo está ligado no Brasil ao grande número de veículos jornalísticos produzidos por grupos contra o regime militar entre 1964 e 1985. Peruzzo (2006) busca agrupar esta produção em dois grupos: Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária; e Imprensa Alternativa.

A parte analítica do trabalho, apresentada no terceiro capítulo, consiste em um olhar abrangente sobre o jornal *Sem Terra*, utilizando como método a Análise de Conteúdo, que permite, ao reunir análise quantitativa e também qualitativa, fornecer informações complementares ao pesquisador valorizando o contexto de produção das mensagens.

Para tanto, realizamos a análise de um ano da publicação do jornal (abril de 2010 – abril de 2011). Tal período foi escolhido por abarcar em duas edições o Abril Vermelho, período de manifestações nacionais promovidas pelo MST, em que os principais ideais do movimento são discutidos, e por abranger uma disputa eleitoral para presidente.

Após uma observação abrangente do jornal nomeada por Bardin (1977) de leitura flutuante foi possível fazer uma primeira seleção do material a ser analisado, reunindo as seções do jornal que foram consideradas relevantes para os objetivos da pesquisa. As seções são: “Editorial”, “Estudo”, “Entrevista”, “Estados”, “Especial” e “Realidade Brasileira”.

Das 114 matérias publicadas nas seções em questão o termo reforma agrária apareceu em 68 delas. Uma leitura mais atenta dessas 68 matérias permitiu a classificação desse material em contextos concebidos a partir da observação de quais conceitos aparecem diretamente relacionados à reforma agrária nas matérias analisadas. Os contextos são: Política; Educação/Cultura; Alimentação; Direito à terra/ Modelo de produção; Legislação; Comunicação; Igualdade de Gênero; Trabalho; Saúde e Habitação.

Essa divisão em contextos possibilita uma leitura mais aprofundada do mesmo e permite compreender quais significados o conceito de reforma agrária recebe na publicação.

A última parte do trabalho busca reunir o referencial teórico à parte analítica refletindo sobre o papel do jornal como empresa e como órgão institucional, questionando os ideais do

jornalismo e indicando que uma sociedade democrática deve ampliar as possibilidades de comunicação.

**CAPÍTULO 1 – O PENSAMENTO HEGEMÔNICO E AS LUTAS POR
CIDADANIA**

CAPÍTULO 1

O PENSAMENTO HEGEMÔNICO E AS LUTAS POR CIDADANIA

O termo hegemonia é utilizado constantemente nos estudos de comunicação, em especial os de jornalismo alternativo. Retomar este conceito pareceu imprescindível, já que tantas vezes é empregado sem a profundidade que sua contextualização permite, sendo colocado como sinônimo de dominação.

O conceito que foi amplamente desenvolvido pelo autor Antônio Gramsci, a partir do conceito de Lênin, nos permite perceber a complexidade do pensamento deste teórico que demonstra sua preocupação com o uso do método dialético, com a compreensão ampla das terminologias, relacionando-os com outros conceitos e problematizando o pensamento em suas relações com a história e com a cultura, observando a realidade de maneira não reducionista e ampliando as leituras de outros autores em uma perspectiva de superação e renovação.

A obra do pensador colaborou para a construção de parte do pensamento das ciências sociais, em especial da esquerda, no continente latino-americano, principalmente no período de redemocratização, entre as décadas de 1970 e 1980, permitindo o desenvolvimento de leituras mais contextualizadas sobre as transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais estes países passavam neste período.

É importante colocar que a realidade analisada por Gramsci (Itália, décadas de 1920 e 1930) difere em muitos pontos da sociedade brasileira atual, no entanto, o desenvolvimento do pensamento do autor é rico por sua busca incessante por todos os aspectos que compõem a realidade em que ele estava inserido e seus modelos de análise fornecem até hoje elementos que colaboram para um olhar abrangente sobre as mudanças do século XXI.

Compreende-se que a concepção de cidadania de tradição liberal entra em confronto com a concepção de hegemonia, mas que ambos os conceitos podem colaborar na leitura da conflituosa sociedade capitalista, gerando reflexões sobre como o jornalismo se vincula às relações de poder, mas, ao mesmo tempo, a informação colabora para a emancipação humana, pelo exercício da cidadania.

1.1. Reflexões de Antônio Gramsci

Partindo do método dialético na perspectiva marxista, a contribuição teórica de Gramsci constitui uma pesquisa em movimento (SIMIONATTO, 1998, p. 38), em que temas se

desdobram em tantos outros, carregando a militância política, sem perder o rigor metodológico (NOGUEIRA, 2005). A maneira como o autor lida com o método dialético demonstra sua capacidade de análise e explicita o porquê de seus estudos serem considerados atuais por mais de noventa anos (considerando suas publicações em jornais no final da década de 1910).

Todo o pensamento de Gramsci desenvolve-se a partir de sua compreensão das esferas marxistas da supraestrutura e da infraestrutura, entendidas sinteticamente como mundo político, da ideologia e da cultura e mundo econômico respectivamente. Sua interpretação de que “a estrutura da sociedade é fortemente determinada por ideias e valores” (SIMIONATTO, 1998, p.41), demonstra que as duas esferas dialogam o tempo todo, são complementares e historicamente mutáveis. Esta perspectiva revela a importância que o autor dá a uma visão abrangente da sociedade, valorizando as relações entre cultura, política e economia.

Gramsci aborda estes conceitos de maneira ampla, superando a concepção de que as relações econômicas determinam o campo das ideias, salientando que as relações passam por diferentes formas de opressão e também de superação.

O autor pode ser chamado de teórico da superestrutura (CANCLINI, 1988, p. 62), considerando sua oposição ao mecanicismo, determinismo e economicismo e compreendendo a economia para além das técnicas de produção e a política para além do poder institucional (NOGUEIRA, 2005).

O conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci parte de uma revisão e superação do autor em relação à concepção de Lênin sobre o termo. Lênin desenvolveu o conceito em 1905, como primeira indicação do papel dirigente da classe operária na Revolução Russa (GRUPPI, 1980, p.78), enquanto Gramsci utilizou o termo na Europa Ocidental, a partir de 1926, nos escritos inacabados “Alguns temas da questão meridional” (publicados sob o título “A Questão Meridional”¹), já sob o Estado totalitário de Benito Mussolini e a implantação do fascismo.

Ao compreender as diferenças sociais, econômicas e estruturais entre o Oriente e o Ocidente, especialmente com o fortalecimento e ampliação do capitalismo industrial no início do século XX na Europa, marcado pelo aprofundamento das divisões sociais, Gramsci trabalha o conceito de hegemonia com o entendimento de que a sociedade está em constante transformação, compreendendo o termo para além da leitura superficial de função dirigente,

¹ A questão meridional. Introdução e seleção de Franco de Felice e Valentino Parlato. Apresentação de Carlos Nelson Coutinho. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

abrangendo a capacidade de direção e de dominação, incluindo a “direção moral, cultural, ideológica” (GRUPPI, 1978, p. 11).

Para Gramsci hegemonia não está vinculada estritamente à política, mas está permeada pela cultura e pela necessidade de um processo de renovação intelectual e moral da sociedade. Como afirma Simionatto (1998),

A realidade é analisada pelo pensador a partir de uma multiplicidade de significados, evidenciando que o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve antagonismos e contradições, apreendidos a partir de um ponto de vista crítico que leva em conta a historicidade do social, sendo este, segundo Gramsci, o único caminho fecundo na pesquisa científica. Se o pensamento dialético funda-se na perspectiva da totalidade e da historicidade, não é outra a perspectiva do autor em questão (SIMIONATTO, 1998, p. 38).

O conceito de hegemonia está vinculado à supremacia de uma classe sobre outra e se constrói através de inúmeros mecanismos de coerção e concessão, não somente pelo uso da força, mas também por estratégias argumentativas e mecanismos ideológicos, dentre eles a atuação dos meios de comunicação. “O regime de hegemonia comporta [...] espaços de lutas e deslocamentos em seu próprio interior, notadamente os que se expressam nos campos cultural e comunicacional” (MORAES, 2002, não paginado).

Gramsci trabalha em uma perspectiva revolucionária de interpretação da realidade, buscando a superação e transformação da realidade social em que está inserido para outra menos particularista e considerada mais justa.

A conceituação permite construir um olhar abrangente sobre a sociedade, percebendo suas contradições. A hegemonia não deve ser entendida como algo imutável ou simplesmente imposto, mas sim como uma construção marcada pela luta de diferentes forças sociais. “A constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura ideológico-cultural” (MORAES, 2010, p. 55).

Para compreender a concepção de hegemonia de Gramsci, é necessário um olhar sobre outros conceitos que dialogam com esta definição, em especial com as concepções de sociedade civil, bloco histórico, ideologia e intelectuais.

Tanto Coutinho (1992), quanto Bobbio (1999), apesar de diferenças em suas análises, colocam a relevância do conceito de sociedade civil para compreender a estrutura do pensamento gramsciano.

Ao analisar a sociedade italiana, Gramsci desenvolve o conceito ampliado de Estado ou Estado integral, acrescentando novos elementos ao pensamento de Marx e Engels. “Gramsci

‘ampliou’ a teoria do Estado [...], precisamente para dar conta dos novos fenômenos que a socialização da política – ou seja, o processo de democratização – introduzira na vida social” (COUTINHO, 2000, p. 28).

Para Gramsci, o Estado é formado por duas esferas complementares: a sociedade política e a sociedade civil. É na sociedade política que se dá o exercício da dominação, seja pela força, violência e repressão física ou simbólica. Já na sociedade civil, se constroem as diversas relações de poder e se desenvolve o pensamento ideológico através de estruturas como a escola, a Igreja, os partidos políticos e os meios de comunicação (COUTINHO, 1992, p. 76-77).

Poderíamos definir a sociedade civil como “palco de conflitos e duelos, ora para reforçar o exercício da hegemonia, ora para enfraquecer os consensos firmados” (MORAES, 2010, p. 59) e também como um espaço com estruturas próprias que a colocam como mediadora entre a estrutura econômica e o Estado-coerção (SIMIONATTO, 2004, p. 70).

A sociedade civil, para Gramsci, assim como para Engels e Marx, é reconhecida como palco da história (NOGUEIRA, 2005), um espaço em que se constroem e fortalecem os conflitos, onde se constrói e transforma a hegemonia. Buscar os elementos que compõem a sociedade civil, que permitem a existência e o fortalecimento do consenso é o que norteia parte da pesquisa gramsciana.

As organizações da sociedade civil são nomeadas por Gramsci de aparelhos privados de hegemonia e são organizações de caráter coletivo que podem ter certa autonomia em relação aos aparelhos burocráticos e coercitivos do Estado, por possuírem estrutura e legalidade própria. No entanto, estes aparelhos podem tanto fortalecer o pensamento hegemônico, quanto oferecer formas de resistência e de reivindicação a este Estado. Percebe-se, portanto, que “não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social” (COUTINHO, 1992, p.78).

Estes aparelhos nas sociedades contemporâneas têm uma força acentuada na disseminação do pensamento hegemônico, em especial no campo da comunicação. São considerados ‘portadores materiais da ideologia’, espaços de debate e divulgação dos embates ideológicos e culturais, que podem estar nas mãos das classes privilegiadas, subalternas e até mesmo do Estado. “Em qualquer caso, os aparelhos de hegemonia atuam como difusores e sustentáculos de concepções particulares de mundo, que almejam legitimar-se na sociedade civil” (MORAES, 2010, p. 59).

Em textos antes do cárcere publicados em jornais italianos, entre 1910 e 1926, Gramsci salienta que os meios de comunicação são um instrumental capaz de expandir os debates culturais e de sedimentar a opinião pública, critica o alinhamento dos grandes jornais ao poder e as formas de controle dos noticiários e ainda chama os trabalhadores a boicotarem determinados jornais, incentivando a imprensa revolucionária. O tema também aparece nos *Cadernos do Cárcere*², em que a imprensa, principal meio de comunicação de sua época, é colocada como divulgadora e unificadora de concepções de mundo (MORAES, 2010, p. 59-65).

Os estudos sobre os aparelhos hegemônicos uma das principais contribuições de Gramsci ao conceito marxista de sociedade civil: para o autor, a sociedade civil é um momento da superestrutura, o que demonstra a complexidade de sua análise, que só é possível pela ampliação do conceito de economia, para além dos meios e formas de produção, abrangendo em suas leituras as relações culturais e ideológicas, como afirma Nogueira (2005),

é a ampliação do significado de ‘relações econômicas’ [...] que permite a Gramsci elaborar o instrumental teórico que *localiza* a sociedade civil na superestrutura [...] não se trata de uma simples colocação de um objeto concreto em um determinado lugar, mas sim da análise de algo complexo como são, em todos os períodos históricos, as relações sociais no seu conjunto [...]. Se compreendida a sociedade civil como “espaço” ou “palco da história” e a história é construída pela ação dos homens, torna-se fundamental entender que essa ação envolve teoria e prática, pensamentos e atos, ou seja, envolve a criação da cultura, a criação dos campos do concreto e do imaginário, campos estes que atuam de forma concomitante e coexistem inseparavelmente (NOGUEIRA, 2005, não paginado).

A totalidade das relações entre infraestrutura e superestrutura se dá no que Gramsci chamou de bloco histórico, momento histórico em que acontecem as movimentações sociais, políticas e culturais, em que se dão as disputas pelo poder e em que é possível “apreender a dinâmica das instituições, do sistema de crenças e valores que, vistos separadamente, não passam de uma visão fragmentada do real, sem qualquer coerência” (SIMIONATTO, 2004, p. 82). É através do estudo do bloco histórico que é possível perceber como se dão as conflituosas relações de poder que concebem a estrutura política, social e econômica dominante.

² Parte da produção intelectual de Gramsci foi escrita durante os anos em que permaneceu preso (1926- 1937). Gramsci foi preso enquanto era deputado pelo PCI (eleito em 1924), junto com outros dirigentes comunistas durante a primeira fase do governo fascista de Benito Mussolini e foi libertado poucos dias antes de sua morte.

Seu raciocínio sobre o bloco histórico abarca a totalidade social, seus elementos políticos e culturais: a hegemonia constrói um determinado bloco histórico, o qual se mantém coeso graças a essa direção. A hegemonia é o momento da unificação (GRUPPI, 1980, p. 87).

O bloco histórico, portanto, é um momento de articulação entre superestrutura e infraestrutura (GRUPPI, 1978, p. 78), levando em consideração que a constituição de uma hegemonia é um processo longo, em que “a modificação da estrutura social deve preceder uma revolução cultural que, progressivamente incorpore camadas e grupos ao movimento racional de emancipação” (MORAES, 2002).

O pensamento gramsciano caminha em torno de um novo projeto de sociedade, “uma nova *civiltà* capaz de vencer os desafios da modernidade e construir uma democracia ‘de baixo para cima’, uma democracia econômica, política e social” (SIMIONATTO, 1998, p. 39). O autor trabalha dentro de uma perspectiva revolucionária de superação do bloco histórico, entendido como a transição da sociedade capitalista para uma sociedade socialista, em que seria possível “passar da passividade à ação consciente (do consenso passivo ao consenso ativo)” (SIMIONATTO, 2004, p. 47).

Esta transformação, que significaria a superação da sociedade marcada por desigualdades em todos os campos, não acontece somente no âmbito econômico, mas depende de transformações no âmbito cultural. Seria a unificação da infraestrutura e da superestrutura,

não se trata de uma universalidade ideológica, mas concreta, porque os interesses particulares passam a se articular com os interesses universais. O grupo social se universaliza porque absorve, num projeto totalizador, a vontade dos grupos subalternos. Assim, constrói-se a hegemonia, elevando ao máximo de universalidade possível o ponto de vista dos grupos subalternos, num trabalho interessante para elevar intelectualmente estratos populares cada vez mais amplos, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar e suscitar elites intelectuais de um tipo novo, que surjam diretamente das massas e permaneçam em contato com elas (SIMIONATTO, 2004, p. 47-48).

Gramsci entende que a formação de uma vontade geral, hegemônica, porém, não a entende como algo que descarta os interesses particulares, o que revela a importância que o autor dá às articulações políticas e sociais na sociedade civil. Assim, o bloco histórico idealizado pelo autor italiano, em que os trabalhadores seriam os condutores,

resulta da elevação dos interesses específicos ('econômico- corporativos') de seus vários componentes ao nível do interesse 'ético-político', ou universal, o que ocorre mediante uma negociação que não pressupõe a eliminação ou repressão desses interesses particulares. O 'bloco histórico', assim, seria uma unidade na diversidade. Elaborando uma pauta de prioridades globais, o bloco majoritário hegemônico poderia selecionar, dentre os múltiplos interesses que representa, os que mais correspondam – em cada oportunidade concreta- ao interesse efetivamente comum do conjunto de seus integrantes (COUTINHO, 2000, p. 32).

Para conceber uma outra realidade social, é necessário compreender profundamente os elementos que compõe o que talvez possamos chamar de universo subjetivo, dentro de um determinado espaço geográfico e histórico. Gramsci desenvolve estudos em torno das concepções de senso comum, bom senso, ideologia, intelectuais e hegemonia, formando um arsenal teórico para o entendimento da sociedade. Assim, “a hegemonia é conhecimento, além de ação, por isso é a conquista de um novo nível de cultura” (GRUPPI, 1980, p. 81).

Para Gramsci a hegemonia é um movimento que articula os diferentes interesses de uma determinada sociedade, reunindo todos os elementos que a concebem de maneira coesa, permitindo a formação de um consenso ativo que tem como maior objetivo a transformação histórica da sociedade, que pode levar a uma concepção social que equilibre as necessidades e vontades de uma população, considerando a autonomia dos diferentes sujeitos e suas identidades, tanto individuais quanto coletivas. Esta formação do consenso, que é o maior desafio da construção da hegemonia, não pode ser confundida com dominação e requer o que o autor chamou de uma reforma intelectual e moral.

A hegemonia, enquanto processo de articulação dos diferentes interesses necessários para construir uma 'vontade coletiva' e alcançar um consentimento ativo, é ela mesma um processo de constituição de sujeitos. Esse processo ocorre em um campo que não é definido estritamente por forças econômicas estruturais, mas por um processo mais amplo de reforma moral e intelectual [...] o que a teoria da hegemonia iluminou foi o fato de que essa atribuição de significados ocorre em um contexto caracterizado por conflitos e relações de poder (DAGNINO, 2000, p. 73- 75).

A ideologia aparece como conceito relevante, pois não é entendida como sinônimo de hegemonia, mas sim como parte dela, relacionada à filosofia, à política e voltada para a prática. “Para Gramsci, a ideologia – enquanto concepção do mundo articulada com uma ética correspondente - é algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens” (COUTINHO, 1992, p. 65).

A interpretação mais negativa de ideologia como responsável pela submissão de um grupo a outro é superada no momento em que a ideologia é vinculada a toda a formação social, aparecendo como concepção de mundo e

também como ‘cimento’ que unifica e conserva a unidade ideológica em todo o bloco social. Não aparece como algo exclusivo de uma classe ou grupo que a ‘fabrica’ para impor aos grupos dominados e subalternos [...]. A negatividade, a condição de falsificadora da realidade e de ‘cortina de fumaça’ que encobre a verdade não são descartadas nem perdem o sentido. Mas ‘concepção de mundo’ abre e amplia o conceito, reconhecendo a possibilidade de diferentes concepções surgidas em diferentes contextos e com diferentes elementos. Ou seja, a ‘liga’ que dá qualidade ao ‘cimento’ é formada em cada contexto específico com elementos próprios desse contexto (NOGUEIRA, 2005, não paginado).

A ideologia alinha as características que compõem o bloco histórico, incluindo os antagonismos que formam uma sociedade. As contradições sociais entre as classes são mantidas, não somente pelas relações econômicas, mas, essencialmente, pelas relações ideológicas, sendo que uma classe subordinada adere a concepções de mundo que lhe são estranhas, por não ter condições (considerando que estas lhe foram negadas historicamente) para reconhecer sua autonomia e por não estabelecer vínculos entre a sua realidade cotidiana, seus problemas, suas ações e seus conhecimentos e desejos.

Ao buscarmos compreender o pensamento de Gramsci sobre a formação ideológica de uma sociedade, é necessário rever como o autor trata o conceito de intelectuais (entre eles os jornalistas), valorizando seu papel na preparação e consolidação da hegemonia (COUTINHO, 1992, p.108).

1.2. “Todos os homens são intelectuais”³

Gramsci concebe dois tipos de intelectuais que se diferenciam pelo espaço e função que ocupam na sociedade: os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais.

O intelectual orgânico é aquele que está ligado a uma classe, seja por fazer parte dela organicamente e estar vinculado às suas lutas, seja por não pertencer àquela classe, mas estar vinculado intrinsecamente às suas concepções de mundo. Já os intelectuais tradicionais têm autonomia em relação às classes sociais, “sobreviveram ao desaparecimento do modo de

³ GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

produção anterior e [...] não se acham atualmente ligados organicamente a nenhuma das classes fundamentais” (SIMIONATTO, 2004, p. 53).

Coutinho (1992, p. 111-112) salienta que é preciso cuidado ao assimilar intelectual orgânico como sinônimo de revolucionário e tradicional como sinônimo de conservador, já que intelectuais tradicionais podem se vincular às lutas das classes subalternas e a burguesia também tem seus intelectuais orgânicos.

Para Gramsci, não há separação entre os intelectuais e os não intelectuais, todos são potencialmente intelectuais, mas nem todos ocupam essa função na sociedade (SIMIONATTO, 2004, p.57). Os intelectuais não são somente aqueles que comumente conhecemos como tais, como os escritores, professores e pesquisadores, mas todos que de alguma forma exercem funções de liderança. São os intelectuais que atuam diretamente em instituições culturais, sociais e políticas, unidos ao poder ou em luta pelo poder.

Para que os grupos sociais subalternos aceitem a dominação devem estar envoltos pela crença (moral e intelectual) de que não existe possibilidade de outra realidade, de relações sociais diferentes. Os intelectuais podem trabalhar no fortalecimento dos ideais hegemônicos ou colaborar para a expansão de outras concepções de mundo e contribuir para o fortalecimento das classes subalternas.

A preocupação do autor em conhecer as ações dos intelectuais e sua formação histórica na sociedade que analisa revela sua busca para compreender todos os elementos formadores do pensamento hegemônico e como se dão as relações entre os diferentes grupos de uma sociedade.

A formação da sociedade capitalista permite verificar que tal modelo

foi célebre em criar uma quantidade enorme de intelectuais a seu serviço. A nova realidade surgida com as revoluções burguesas e suas inovações, particularmente no campo científico e tecnológico, permitiu um maior campo de atuação intelectual, ideológico e, ao mesmo tempo, cultural (NOGUEIRA, 2005, não paginado).

Gramsci, em suas colocações sobre a imprensa, aponta os jornalistas como intelectuais, valorizando os meios de comunicação como “meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura” (GRAMSCI, 2000, vol. 2, p.32), sendo instrumentos da sociedade civil que influenciam nas disputas concretas da sociedade. Ao tratar de como se constitui “a estrutura ideológica de uma classe dominante”, afirma que a “imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica” (GRAMSCI, 2000, vol. 2, p. 78).

Além de suas críticas às estruturas jornalísticas, Gramsci propõe que os jornais devem “fazer pensar concretamente, transformar, homogeneizar, de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático” (GRAMSCI, 2002, vol. 6, p. 201).

O autor classifica jornalismo integral como aquele que “não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades” (MORAES, 2010, p. 197). Assim a imprensa pode ser compreendida como intelectual coletivo, pautando as discussões políticas e atuando à favor de determinadas posições ideológicas.⁴ No volume 2 dos Cadernos do Cárcere, Gramsci

situa os jornais como verdadeiros partidos políticos, na medida em que interferem, com ênfases específicas, nos modos de verificação dos acontecimentos. Para ele, a função dos jornais transcende a esfera ideológica e embute as determinações econômico-financeiras das empresas jornalísticas [...] (MORAES, 2010, p. 65).

Apesar do pensamento de Gramsci tantas vezes se adequar à sociedade contemporânea, é relevante colocar que o autor escreve no início do século XX e que ao longo desse e início do século XXI significativas mudanças sociais, políticas e ideológicas modificaram o papel dos jornalistas e os vínculos destes com a sociedade. Diante dessas mudanças, o poder de influência, interferência e atuação política dos jornais deve ser contextualizado, considerando os diferentes aspectos e o nível de abrangência da comunicação na sociedade contemporânea.

Enquanto na Itália nas décadas de 1920 e 1930 a mídia se resumia, em sua maioria, a pequenos órgãos de imprensa escrita que defendiam e discutiam os interesses de certos grupos da sociedade civil, hoje as empresas midiáticas têm a seu dispor um imenso aparato tecnológico que permite que controlem grande parte da informação que circula no mundo. Estas empresas estão ligadas, muitas vezes, às instâncias decisivas da economia, sendo que suas potencialidades de influência política, econômica e social são ampliadas a níveis inconcebíveis no início do século passado.

⁴ Uma discussão sobre a posição da mídia nas eleições presidenciais brasileiras em 2010, que reafirma a postura da mídia como partido político pode ser encontrada em: BORGES, Altamiro. O significado da vitória de Dilma. Disponível em: < <http://altamiroborges.blogspot.com/2010/11/o-significado-da-vitoria-de-dilma.html> > Acessado em 6 de novembro de 2010.

Ao longo do século XX, os meios de comunicação ganharam enorme importância como produtores e disseminadores de representações e definições da realidade para amplas audiências. As sociedades humanas tornaram-se amplamente dependentes desses meios para construir sua imagem do mundo, para se posicionarem perante questões, para se orientarem. Na política, os meios aparecem enquadrando situações, representando acontecimentos para a sociedade, de modo a situá-los numa constelação de valores, ideologias, interpretações e imaginários que serão utilizados como referência para o pensamento e julgamento pelas pessoas (SOARES, 2009, p. 264).

Ianni (2000), ao retomar o pensamento de Gramsci e também de Maquiavel denomina os meios de comunicação como “príncipe eletrônico” e os coloca como os principais condutores da hegemonia na sociedade moderna.

Para compreender o pensamento de Ianni é preciso que retomemos uma leitura sobre partido político em Gramsci. Na obra de Gramsci, o partido político fornece parte do instrumental para a transformação da sociedade, sendo não somente uma organização burocrática que tem uma atuação política, mas sim uma organização destinada ao que o autor chamou de reforma intelectual e moral.⁵

Em referência à obra que inaugura o pensamento político moderno, “O Príncipe” de Maquiavel, Gramsci denomina o partido político de “moderno príncipe”. Maquiavel consolida a concepção de um indivíduo líder político, enquanto Gramsci entende que, nas sociedades mais complexas, cabe a um grupo social a liderança política, atribuindo grande valor ao partido como resultado de uma vontade coletiva (GRUPPI, 1980, p. 84-86). Esses tipos ideais ou arquétipos, “estão referidos à capacidade de construir hegemonias” (IANNI, 2000, p. 142).

A concepção de jornalismo como quarto poder, que se fortaleceu no século XIX e de certa forma permanece até hoje, colocando os jornalistas como elo entre a opinião pública e os poderes instituídos, vigiando o poder político (TRAQUINA, 2005, p. 46-49), é considerada ultrapassada por Ianni ao afirmar que, na atualidade, estamos tratando de uma mídia que tem papel central na vida humana, que modifica amplamente as formas de sociabilidade e afeta direta e indiretamente tudo o que alude à política. “Um predomínio que desafia os clássicos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assim como o partido político, o sindicato, o movimento social e a corrente de opinião pública” (IANNI, 2000, p. 144).

⁵ TORTORELLA, Aldo. Partido como “moderno príncipe”. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=654>> Acesso em 5 de dezembro de 2010.

Tal contexto se dá essencialmente no desenvolvimento da globalização em que as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas caminham com mais intensidade pelo campo do imaginário e da subjetividade.

O príncipe eletrônico não é homogêneo e pode tanto colaborar para a pluralização de vozes em uma sociedade, valorizando a diversidade, quanto enaltecer a visão dos blocos dominantes. No entanto, para Ianni, a mídia tem trabalhado principalmente com as percepções dos grupos dominantes, em articulação com as redes corporativas que afetam de diferentes maneiras as instituições políticas clássicas (IANNI, 2000, p. 149-152).

Essa nova figura política tem características totalmente novas, que influenciam em todas as relações e que dão novos significados também aos conceitos clássicos de ideologia, democracia e cidadania, sendo concebidos, interpretados e vivenciados hoje como mercadoria, mercado e consumo (IANNI, 2000, p. 150).

O 'processo catártico', por meio do qual as inquietações, carências, frustrações, reivindicações e ambições de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais sintetizavam no *príncipe* e no *moderno príncipe*, agora passa a ser predominante um atributo do *príncipe eletrônico*. Uma parte fundamental do entendimento e descortino do moderno príncipe, assim e como do príncipe, passa a ser realizada pela mídia eletrônica e impressa [...] (IANNI, 2000, p. 162).

É possível uma reflexão, guiando-se por estes pensadores - Maquiavel, Gramsci e Ianni - de que a figura individual de um líder caminhou, na sociedade atual, para um grupo complexo de manifestações culturais e políticas, em que é muito difícil pensar em figuras particulares e em que há uma desfiguração de individualidades.

O pesquisador Muniz Sodré (2002), apesar de não se basear no pensamento gramsciano, colabora nas reflexões sobre as novas relações que se criam entre a mídia e o poder, ao compreender a mídia de forma ampliada. O autor se remete às instâncias da vida colocadas pelo filósofo grego Aristóteles, que são o *bios theoretikus*, *bios politikos* e *bios apolaustikus*, propondo um novo bios, o bios midiático que implica em uma reestruturação das relações humanas diante das novas formas de representação e simulação da realidade.

a linguagem não é apenas designativa, mas principalmente produtora de realidade. A mídia é [...] uma técnica formadora ou interventora na consciência humana- para requalificar a vida social, desde costumes e atitudes até crenças religiosas, em função da tecnologia e do mercado (SODRÉ, 2002, p.26).

Nesta nova realidade, segundo Sodré, perde-se um importante espaço de discussão política, pois há uma falsa neutralização dos conflitos através do uso das imagens e de informações fragmentadas, em que as relações de poder se constroem e consolidam envoltas pelos instrumentais midiáticos. O jornalismo, como parte deste instrumental, tem papel fundamental na concretização e também na reformulação do pensamento hegemônico na sociedade contemporânea.

Moraes (2010) afirma que “é no domínio da comunicação que se esculpem os contornos da ordem hegemônica, [...] suas expansões contínuas no bojo da mercantilização generalizada dos bens simbólicos” (MORAES, 2010, p. 68).

Retomando o pensamento de Gramsci, para quem a hegemonia se constrói através de combinações entre a coerção e o consenso e buscando analisar como se dão essas combinações permeadas pela mídia, observa-se que, assim como o papel social do jornalismo como mediador da realidade tem sido discutido, os conceitos clássicos de democracia e cidadania são questionados em seu objetivo principal de proporcionar emancipação e justiça social, já que vivemos em uma sociedade fortemente marcada por desigualdades.

Não cabe aqui uma discussão aprofundada sobre o projeto político atual, mas sim a compreensão das relações entre a democracia brasileira e a mídia, sendo que a mídia perpassa as relações políticas, sociais e econômicas através da construção simbólica, influenciando a representatividade e a visibilidade dos diferentes grupos políticos e o debate sobre as questões de interesse público. Segundo Gentili (2005, p. 125), “todas as informações indispensáveis para a vida em sociedade chegam hoje, aos homens, de forma *mediada* e não direta” (GENTILI, 2005, p. 125).

Os direitos à comunicação e à cidadania estão, portanto, interligados na democracia representativa, mesmo que muitas vezes os temas vinculados à comunicação passem despercebidos, como afirma Peruzzo (2009, p. 172): “tem-se mais claramente a ideia de que todo cidadão e toda cidadã têm o direito a uma moradia digna, do que sobre o direito de empoderarem-se das tecnologias [...] para a difusão de mensagens das comunidades das quais participam”.

Há duas visões preponderantes nas relações entre mídia e democracia, os autores liberais compreendem a mídia como “cão de guarda”, que atua como intermediário entre o governo e o cidadão, garantido a lisura dos contratos democráticos. Esta visão tem suas origens do século XIX e foi atenuada durante o século XX, compreendendo que o jornal é o espaço de manifestação das diversas opiniões de uma sociedade. Outra perspectiva, considerada mais crítica, argumenta que as empresas jornalísticas expressam conteúdo de

classe que promovem objetivos particulares, “que as leva a ter uma atuação tendenciosa na sociedade” (SOARES, 2009, p. 109).

Considerando que a mídia tem um papel estratégico para a visibilidade dos temas de interesse público e a diversidade de interesses da sociedade, o avanço da democracia está intimamente ligado à pluralidade dos meios de comunicação. “Além da [...] pluralidade na oferta de informações e opiniões, a questão da visibilidade/invisibilidade pode ser pensada também pelo ângulo do acesso dos grupos sociais à mídia e da capacidade destes grupos influenciá-la” (AZEVEDO, 2006, p. 98). De acordo com Soares (2009) a grande mídia dá prioridade aos temas políticos constitucionais, pouco espaço para a situação das classes subalternas e para as questões dos direitos sociais, o que decorre essencialmente da

natureza do jornalismo praticado num contexto de mercado, focalizado em critérios de noticiabilidade que privilegiam os acontecimentos pontuais, as pessoas importantes, o número, o impacto imediato e não os processos de longa duração. Nesse caso, as camadas mais pobres da sociedade só alcançariam visibilidade no noticiário em ocorrências pontuais extremas: acidentes, chacinas, confrontações, calamidades, ocupações. Essas situações adquirem valor notícia ou se inserem nos critérios acadêmicos de noticiabilidade pelo número de pessoas envolvidas, pela negatividade ou pelo tom emocional das histórias pessoais e não como indicativos de injustiças, assimetrias sociais, desigualdade de oportunidades e de renda, exclusão histórica, condição de moradia etc. No entanto, cessadas as circunstâncias imediatas do acontecimento, o assunto tende a desaparecer do noticiário ou a restringir-se a pequenas notas nas páginas policiais (SOARES, 2009, pp. 142-143).

A pouca diversidade presente na mídia brasileira, os monopólios na gestão e produção da comunicação estão associados à relação histórica da mídia com as elites. De acordo com Lima (2001, p.106), 90% da mídia brasileira é controlada por apenas 15 grupos familiares. Concomitante a este monopólio familiar há o controle de grande parte das emissoras de rádio e televisão por políticos (AZEVEDO, 2006, p. 100).

Tal controle é nomeado por Lima e Lopes (2007, p. 2- 5) de “coronelismo eletrônico”, termo que retoma as estruturas agrárias que existiram no país no período entre o Império e a República, em que “a estrutura agrária concentradora da propriedade da terra possibilitou o exercício do controle político do município por lideranças locais por intermédio de um complicado sistema de compromissos e troca de favores com as províncias (estados) e a União”.

Tal realidade contradiz com a existência de uma democracia plena, já que, segundo Bobbio (2000, p. 32), é preciso que seja concedido aos cidadãos “os assim denominados

direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc.”

A liberdade de manifestação e expressão são direitos civis inquestionáveis. “Direito que surge exatamente para permitir, na norma jurídica, a livre circulação de ideias através dos jornais e da imprensa em geral” (GENTILLI, 2005, p.118). No entanto, Moraes (2010), afirma que

Parcela preponderante da mídia quer reduzir ao mínimo o fluxo de ideias contestadoras- por mais que estas continuem existindo. A meta precípua é esvaziar análises críticas e expressões de dissenso, evitando atritos entre as interpretações dos fatos (notadamente os que afetam interesses econômicos, corporativos e políticos) e seu entendimento por parte dos indivíduos, grupos e classes. O controle ideológico dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos, pois se procuram neutralizar óticas alternativas, principalmente as que se opõem à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais (MORAES, 2010, p. 68).

É importante ressaltar que nas discussões contemporâneas sobre liberdade de expressão e liberdade de imprensa há uma confusão entre as terminologias. Os dois direitos estão vinculados à “liberdade de indivíduos ou grupos de indivíduos de expressar suas opiniões sem interferência externa. Em sua origem, ambas se referiam à ausência de restrições exercidas pelo poder do Estado absolutista, autoritário, não democrático” (LIMA, 2009, p. 40- 41), no entanto, o desenvolvimento das sociedades modernas e a conseqüente relevância dos meios de comunicação levaram a uma concepção de liberdade de imprensa para além do seu sentido inicial.

O desenvolvimento tecnológico e a conformação dos sistemas econômicos fizeram com que as sociedades se tornassem muito mais complexas e grande parte da comunicação humana fosse, aos poucos, sendo intermediada por tecnologias e instituições ou empresas privadas que estão longe de ser meros condutores através dos quais a informação circula livremente. Hoje, as empresas de mídia se constituem, elas próprias, em importantes e poderosos atores, tanto econômicos quanto políticos, mas sobretudo atores determinantes na construção da opinião pública em todo mundo (LIMA, 2009, p. 41).

A luta em torno do direito à comunicação não se dá apenas no acesso à conteúdos informativos, mas também na produção e gestão dos meios de difusão. Obviamente, não se trata da perspectiva de todos os cidadãos possuírem um meio de comunicação, mas da compreensão de que os meios de comunicação colaboram na difusão de ideias e que o acesso

à pluralidade e diversidade de opiniões colabora para a efetivação da democracia, com cidadãos mais conscientes de suas ações.

De acordo com Gentili (2005, p. 118- 120), o direito à informação, inclui a liberdade de expressão, imprensa, reunião e associação e é um direito que colabora para a efetivação de outros direitos, ao proporcionar aos cidadãos condições de debate sobre as diferentes possibilidades de disputa, seja em um processo eleitoral, seja na efetivação, ampliação e criação de direitos sociais, civis e outros direitos políticos para além do voto.

Nas sociedades modernas [...] todos os direitos em alguma medida relacionam-se com o direito à informação: o alargamento da participação na cidadania pressupõe um alargamento do direito à informação como uma premissa indispensável, um pressuposto (GENTILLI, 2005, p. 129).

As diferentes leituras sobre a cidadania nos permitem um aprofundamento na discussão sobre democracia e na busca do entendimento de como se dão as relações entre democracia, cidadania e jornalismo.

1.3. O papel dos movimentos sociais na construção da cidadania

O termo cidadania, apesar de complexo e de permitir inúmeras leituras, tem seus alicerces no conceito liberal de emancipação, tendo como “base o reconhecimento a todos os membros plenos da sociedade de um ‘status’ de igualdade em relação a direitos e obrigações” (GENTILLI, 2005, p. 96), podendo ser compreendido como referente à “condição de um indivíduo, membro de uma comunidade e de um Estado, com os quais ele tem uma relação de direitos e deveres” (FERNANDES, 2002, p.2). Na sociedade moderna, podemos afirmar que “cidadão é o indivíduo que tem um vínculo jurídico com o Estado. É o portador de direitos e deveres fixados por uma determinada estrutura legal (Constituição, leis) que lhe confere, ainda, a nacionalidade” (BENEVIDES, 1994, p. 7). A reflexão sobre o tema gira em torno das relações entre o Estado e a sociedade civil na concepção e efetivação desses direitos e em quais os recursos políticos e sociais que os cidadãos têm na luta pelos seus direitos, como afirma Coutinho (2000),

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado [...]. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração (COUTINHO, 2000, p. 50- 51).

Importante também a colocação de Soares (2008a, p.3) de que nas sociedades democráticas há “uma permanente busca pela conquista de novos direitos, a partir dos já adquiridos, de modo que, num movimento social imprevisível, os seres humanos vão reinventando a cidadania”. Uma sociedade civil ativa, portanto, é parte indispensável na construção da cidadania.

Algumas das dificuldades em conceituar cidadania estão na amplidão de valores sociais que o termo abrange e na sua evolução constante, abarcando novos conceitos de acordo com a complexidade da sociedade em questão.

O conceito de cidadania, assim como o de democracia, remete à Grécia, onde estava vinculada aos privilégios das oligarquias. Ao ressurgir durante a Idade Média e Renascimento, o conceito continuou destinado aos privilegiados. A partir do século XVIII vai ganhando um significado mais próximo do que temos hoje, de cidadania como a garantia dos direitos (SOARES, 2009, p. 130). Esta concepção se deu através do paradigma do Direito Natural, que coloca o ser humano como portador de direitos universais anteriores à instituição do Estado e que revela uma sociedade que passa a ter o homem como centro e não mais a natureza (VIEIRA, 2001, p.16).

Esta mudança de paradigma se dá com a chegada da modernidade, com a valorização dos indivíduos em detrimento das castas e do poder divino do reis, a prioridade pela razão, o domínio da natureza e o início do sistema democrático (GOHN, 2001, p. 195).

Uma das maiores referências em torno da definição de cidadania é do sociólogo inglês T.H. Marshall (1967)⁶, que a coloca como a participação integral do indivíduo na comunidade política e o reconhecimento dos direitos dos cidadãos pelo Estado e dos deveres de cada cidadão com este Estado.

De maneira resumida, cidadão contemporaneamente seria aquele que detém os três direitos classificados por Marshall (1967):

⁶ MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

- Direitos Civis: concretizam a liberdade individual, como os direitos à livre movimentação e ao livre pensamento, à aquisição de bens e propriedades, assim como o direito de acesso à justiça, conquistados no século XVIII. Embasam a concepção liberal clássica.

- Direitos Políticos: possibilidade de participar do poder político, tanto como membro do governo quanto através do exercício do voto e também na formação de associações e organizações políticas, alcançados no século XIX.

- Direitos Sociais: acesso ao mínimo de bem estar e segurança material, acesso de todos os indivíduos ao nível mais elementar de participação no padrão de civilização vigente. Aqui encontram-se os direitos ao trabalho, saúde, educação e outros que foram conquistados a partir do século XX (SAES, p. 4; VIEIRA, 2001, p. 22).

Ao analisar o conceito, Marshall argumenta que os direitos seguiram uma sequência, sendo que os direitos civis e políticos foram conquistados primeiramente (séculos XVIII e XIX) e os direitos sociais posteriormente (século XX). A sequência refere-se a uma tentativa de localização histórica de conquista desses direitos na Inglaterra, sendo que o alcance e a consolidação dos mesmos variam em cada contexto.

Mesmo que com divergências, é a articulação dos três direitos que compõe a cidadania, compreendendo que a mesma se constrói também nas contradições. “Direitos civis, políticos e sociais são direitos contrapostos e antagônicos em vários de seus fundamentos [...] de certa forma se contradizem [...] porque atendem à interesses diversos da sociedade, de maneira desigual” (GENTILLI, 2005, p. 106).

Ainda de acordo com Gentilli (2005, pp. 98- 117) os direitos civis nasceram para regular a economia de mercado e, ao mesmo tempo, criaram formas de organização da sociedade, se baseiam na perspectiva da liberdade. O autor observa que há uma mudança substancial no conceito de liberdade grego, que era entendido como a possibilidade de participar das decisões do Estado, e a liberdade na democracia contemporânea, que está vinculada à esfera privada, à individualidade.

Dahrendorf (1992) afirma que “os direitos civis são a chave do mundo moderno” por conceberem que todos estão sujeitos a lei, o que “restringe o poder e aqueles que o detêm, enquanto dá àqueles numa posição de minoria temporária ou permanente um refúgio de integridade” (DAHRENDORF, 1992, p. 52).

Já os direitos sociais são direitos de necessidade, garantidos pelo Estado, que se fortalecem em consequência das lutas sociais, dos movimentos operários e sindicais, sendo direitos que representam conquistas em vários campos. Compreende-se “o direito civil como

um direito que protege o cidadão do poder de Estado, o direito político como aquele que estabelece os mecanismos de participação no Estado e os direitos sociais como direitos a serem garantidos pelo Estado” (GENTILLI, 2005 p. 128).

A impossibilidade de todos inscreverem seus interesses nas leis cria desigualdades, já que nem todos os cidadãos têm as mesmas possibilidades de atuação. “Os direitos civis não apenas são cerceados pelo poder exorbitante de alguns, mas também pela fraqueza econômica de muitos” (DAHRENDORF, 1992, p. 54), de maneira que os direitos políticos aparecem como um complemento dos direitos civis ao ampliarem as possibilidades de discussões sobre os diferentes interesses. No entanto,

os direitos políticos significam pouco se as pessoas não possuírem a educação para fazer uso deles. Eles podem ter também um custo econômico e social tão alto que torna seu exercício proibitivo [...] os direitos constitucionais podem ser promessas vazias ou pior, uma pretensão cínica de liberdades que na realidade estabilizam o privilégio (DAHRENDORF, 1992, p. 54).

No final do período colonial a maioria da população brasileira ainda estava excluída dos direitos civis e políticos. A falta de consciência em torno dos direitos foi afetada pela abolição tardia da escravidão, que não trouxe a igualdade étnica efetiva e que se reflete nas relações de desigualdades até hoje. Outro obstáculo para a cidadania foi o coronelismo, em que os donos de terras negavam os direitos políticos e civis dos trabalhadores (CARVALHO, 2009, p. 47-57).

A urbanização nas décadas de 1920 e 1930 no Brasil representou um avanço nas lutas pelos direitos, essencialmente com os movimentos operários que buscavam direitos trabalhistas básicos. A lentidão em torno de lutas efetivas pela cidadania no país, segundo Carvalho (2009), tem na falta de um sentimento de identidade nacional uma de suas principais causas.

O país passou pelo processo de urbanização a partir da década de 1950, o que levou a valorização dos direitos sociais entre as camadas mais pobres da população, que migravam das zonas rurais para os centros urbanos, e a processos eleitorais menos obscuros que os que existiam até então. No entanto, se fortalece nesse período o populismo, ressaltado pelo governo de Getúlio Vargas, que fazia com que os direitos sociais fossem percebidos não como direitos, mas como “um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora” (CARVALHO, 2009, p. 126).

Os direitos de cidadania foram duramente reprimidos durante os anos da ditadura, entre 1964 e 1985. Weffort (1992) usa o termo novas democracias para as democracias que renasceram depois da derrubada das ditaduras militares, em especial na América Latina. Ainda de acordo com o autor, as sociedades latino-americanas fortemente caracterizadas por processos de desigualdade social criam campos de “tensões, distorções institucionais, instabilidade, violência” (WEFFORT, 1992, p. 29), que influenciam na consolidação da cidadania. Apesar de mais de 20 anos após o final da ditadura militar no país, a cidadania “permaneceu parcial, desequilibrada, excludente. Direitos ainda entendidos como privilégios só para alguns, e sob determinadas condições” (BENEVIDES, 1994, p. 8).

O Estado que se constituiu no Brasil com a ditadura se caracteriza por estar “diretamente ligado aos grandes interesses e eficaz promotor de um processo de desenvolvimento que aumenta as desigualdades sociais” (WEFFORT, 1981, p. 150). As formas de representação no país fortalecem essas desigualdades de diversas formas, sendo que podemos destacar a fragilidade ideológica dos partidos políticos, as demonstrações de irresponsabilidade dos representantes diante do eleitorado e o sistema eleitoral insuficiente para controlar os abusos dos poderes públicos (BENEVIDES, 1994, p. 10-12).

Os obstáculos que se revelam para além da força da lei são chamados por Dahrendorf (1992) de “conflito social moderno” que “diz respeito ao ataque às desigualdades que restringem a participação cívica integral por meios políticos, econômicos ou sociais, e ao estabelecimento de prerrogativas que constituam um *status* rico e integral de cidadania” (DAHRENDORF, 1992, p. 52).

Ainda de acordo com o autor, o estabelecimento da cidadania requer “desvincular o *status* cívico da posição econômica”, assim as regras constitucionais teriam que evitar a relação direta entre riqueza e poder que nega à parte da sociedade o acesso aos direitos de cidadania. Dentre as ações para se chegar nesse ideal estão leis antitruste, separação da Igreja e Estado, comissões parlamentares de inquérito e constituições democráticas, porém, “qualquer que seja a influência da cidadania sobre as classes, ela não elimina nem a desigualdade nem o conflito. Ela altera a sua qualidade” (DAHRENDORF, 1992, p. 58).

A insatisfação política das décadas de 1970 e 1980 levou a uma nova dimensão da cidadania, enaltecida pela questão dos direitos humanos. Nesse período, o país viu nascerem inúmeras lutas sociais (GOHN, 2001, p. 202), parte delas vinculada às mudanças que a esquerda brasileira passava no período, com a valorização das relações entre cultura e política, (DAGNINO, 2000, p. 62-63). Tal superação esteve apoiada nas concepções de hegemonia, cultura, ideologia, intelectuais e de Estado ampliado de Gramsci, uma das referências teóricas

do continente latino-americano na luta pela democracia, dentro da perspectiva de uma ampla participação popular nos processos de decisão.

A movimentação da sociedade civil em torno de seus interesses não deve ser compreendida como isolamento do Estado, mas sim como construção conjunta, sendo relevante considerar os direitos sociais da Constituição Federal de 1988 e as emendas posteriores que inseriram novos direitos, como o direito à moradia. De um lado a sociedade civil organizada discute e reivindica seus direitos, enquanto o Estado se mantém aberto para as trocas e busca criar instrumentos que incentivem a participação. “A capacidade de grupos subalternos para se organizarem de forma autônoma é uma das principais características na definição de uma sociedade civil forte, capaz de apoiar regimes democráticos estáveis” (OXHORN, 2010, p. 20).

A cidadania tornou-se tema central de muitos movimentos sociais, “porta de entrada dos sujeitos no espaço público [...] convocando a sociedade a examinar suas questões, abrindo a discussão em busca do entendimento e da legitimidade de suas reivindicações de direitos” (FERNANDES, 2002, p. 134).

Os movimentos sociais hoje são movidos pela busca de um modelo de sociedade mais democrática, não apenas por lutas individuais, o que revela um avanço na complexidade dos movimentos em que se dá na redefinição de direitos e valores, que sempre estiveram na pauta de lutas, mas que agora, mais politizados, não lutam apenas pelos direitos, mas pela qualidade desses direitos (GOHN, 2010). É necessário, portanto, como afirma Dagnino,

reconhecer a capacidade dos movimentos sociais de produzir novas visões de uma sociedade democrática, na medida em que eles identificam a ordem social existente como limitadora e excludente com relação a seus valores e interesses. Embora possam ser fragmentárias, plurais e contraditórias, essas contestações culturais não devem ser vistas como subprodutos das lutas políticas, mas como constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o significado e os limites da própria política (DAGNINO, 2000, p.81).

Estes movimentos, que fizeram e fazem parte da história do país desde o processo de redemocratização, estão fortemente relacionados com a constituição do espaço público democrático. De acordo com Paoli (1989, p. 41-42) algumas características revelam sua importância como instrumentos democráticos: o fato de serem múltiplos e estarem presentes em diversos espaços sociais, não estando vinculados apenas às relações econômicas; por constituírem formas únicas de organização; por suas lutas passarem por diversos direitos: culturais, humanos, econômicos e de expressão; por estabelecerem novas relações com as

noções de direitos e de cidadania e por suas lutas organizadas para a ampliação de espaços de participação, para a “horizontalidade de valores da cultura e da política” em uma sociedade extremamente excludente.

Nogueira (2005) indica algumas das principais características dos atuais movimentos sociais brasileiros:

compromisso com a transformação político-social, o vínculo orgânico com os representados e envolvidos, o combate às desigualdades e a conseqüente revelação de sujeitos sociais, intelectuais orgânicos que dirijam e organizem os embates e lutas sociais. Possuem também, ainda que não homogênea nem totalmente acabada, uma proposta política que possa contemplar um número, o mais amplo possível, de setores da sociedade (NOGUEIRA, 2005, não paginado).

Estes movimentos sociais trabalham com um renovado conceito de cidadania, que pode ser chamado de cidadania ampliada ou nova cidadania. Tais movimentos, que se organizaram em torno de demandas básicas como acesso à água, luz, educação e saúde até questões mais complexas como gênero e etnia, buscam uma redefinição das lutas pela cidadania reunindo política e cultura (DAGNINO, 2004, p. 103-104), modificando as noções clássicas de sujeitos políticos, “ao politizar o que não é concebido como político, ao apresentar como público e coletivo o que é concebido como privado e individual, eles [movimentos sociais] desafiam a arena política a alargar seus limites e ampliar sua agenda” (DAGNINO, 2000, p. 95).

Esta nova cidadania transcende a concepção de reivindicação do direito de inclusão no sistema político já dado, visando a “participar na própria definição desse sistema”, apontando novas estruturas de poder, estabelecendo relações para além do cidadão com o Estado, impulsionada por “cidadãos emergentes que se recusam a permanecer nos lugares definidos social e culturalmente para eles” (DAGNINO, 2004, pp. 104- 105), e que buscam a redefinição e a inclusão de direitos, redefinindo até mesmo o próprio conceito de igualdade, incluindo o direito à diferença (DAGNINO, 2000, p. 86).

Há, de acordo com Gohn (2001, p. 204), uma redefinição de conceitos que já eram anteriormente focos de luta, em que valores como liberdade e autonomia “foram resgatados de ideários de diferentes matizes epistemológicas, e de visões de mundo até conflitantes no passado, como a autonomia dos anarquistas e a liberdade e a cidadania dos liberais”.

No entanto, esses conceitos da nova cidadania ainda não foram totalmente inseridos no contexto brasileiro, em que uma grande parte da população está excluída em diferentes níveis sociais, econômicos e políticos, com todo o seu universo de “origens étnicas, territoriais e culturais” ignorado durante séculos pela supervalorização de elementos do imaginário

européu e mais recentemente norte americano. Este complexo universo histórico efetivou-se na atual exclusão dos grupos subalternos dos instrumentos clássicos de participação política que, na maioria das vezes, estão nas mãos das elites (NOGUEIRA, 2005). Toda a gama de preconceitos sejam sociais, étnicos, de gênero ou de qualquer outro tipo está entrelaçada de alguma forma com o modelo econômico que fortalece políticas excludentes.

Há uma tendência da sociedade brasileira contemporânea em confundir cidadania com solidariedade (DAGNINO, 2004, p. 107- 108), tanto o Estado com políticas públicas imediatistas, quanto a sociedade civil que, “com frequência subordinam sua visão universalista de direitos e se rendem à possibilidade concreta de atender um punhado de desvalidos”. Esta valorização da solidariedade e da filantropia, com a prática isolada de diferentes formas de assistencialismo, para Coutinho (2000, p. 98), se fundamenta no emprego do interesse privado acima do público, o que se manifesta, por exemplo, na concepção de sindicatos apolíticos que cuidam apenas de questões imediatistas dos trabalhadores e principalmente

na tentativa teórico-prática de ‘despolitizar’ a sociedade civil, transformando-a num suposto ‘terceiro setor’, o qual, situado para além do Estado e do mercado, seria regido por uma lógica pretensamente ‘solidarista’ e ‘filantrópica’; de resto, uma vez constituído tal setor, o Estado deveria transferir para o mesmo suas responsabilidades na gestão e implementação dos direitos e das políticas sociais (COUTINHO, 2000, p.98).

Na década de 1990 o Brasil passou por transformações econômicas que atingiram as políticas sociais e as formas de relação entre Estado e sociedade. Há um amplo cenário de reformulação econômica não só nacional, com a implantação da moeda econômica Real e a implantação de um modelo político que transfere para a sociedade privada parte dos encargos do Estado, mas também internacional, com ênfase nos modelos de gerenciamento socioeconômicos globalizados.

Outro fator que deve ser considerado nesta nova conjuntura é que, diante das lutas sociais da sociedade civil nas décadas de 1970 e 1980, há uma nova concepção de sociedade civil, cujas necessidades o Estado precisa reconhecer, e a existência de instituições organizadas que sejam mediadoras entre Estado e sociedade.

Assim nasceram as ONGs (Organizações Não Governamentais), localizadas no chamado terceiro setor, que são instituições privadas, sem fins lucrativos, vinculadas de diferentes formas ao poder do Estado e da sociedade civil e que deram novos significados para as lutas dos movimentos sociais urbanos. Assim, movimentos e ONGs “têm se revelado

estruturas capazes de desempenhar papéis que as estruturas formais, substantivas, não têm conseguido exercer enquanto estruturas estatais, oficiais, criadas com o objetivo de atender a área social” (GOHN, 2000, p. 303).

No entanto, há críticas em torno da implantação das ONGs. A principal delas se dá em torno de suas práticas assistencialistas, que não entram em “confronto político com o poder vigente”, por não possuírem ligações orgânicas com as populações e por impedirem, muitas vezes indiretamente, o protagonismo político dessas populações (NOGUEIRA, 2005).

Há então, uma profunda contradição entre os conceitos da nova cidadania e a realidade sociopolítica e econômica brasileira, em que há uma valorização de visões e práticas reducionistas de democracia e de cidadania. Quando Ianni (2000) afirma que nas sociedades contemporâneas cidadania recebe o significado de consumo, pode-se perceber que as transições para a democracia na América Latina, marcadas pelo nascimento dos direitos políticos com a quase ausência de direitos sociais, estabelecem uma sociedade civil com dificuldade de ação, que acaba por fortalecer valores como o individualismo e o consumismo.

Tais valores são estimulados pelo modelo político e social voltado para o mercado, em que o sistema privado se fortalece frente ao Estado e onde “os recursos econômicos pessoais de um indivíduo determinam, em grande parte, o grau e a natureza de sua inclusão política e social” (OXHORN, 2010, p. 25). A grande mídia vem desempenhando o papel de fortalecer a supervalorização dos valores voltados para a economia, o que acaba por reafirmar a importância que as organizações autônomas da sociedade civil têm na politização e conscientização da sociedade sobre suas lutas sociais, compreendendo a cultura e o acesso à informação como elementos estratégicos para a transformação social.

Sobre o papel da mídia, Soares (2009) apresenta dois enfoques para o estudo das relações entre jornalismo e cidadania: o normativo, “na linha do direito, que estabelece os princípios de uma democracia comprometida com a cidadania” (SOARES, 2009, p. 135) e o crítico, que se baseia na observação contextualizada historicamente dos meios de comunicação nas sociedades capitalistas.

O enfoque normativo “em vez de observar e analisar a forma como ocorrem os fenômenos sociais, pressupõe teoricamente certos princípios racionais, expressos como direitos, ainda que não estejam sendo aplicados concretamente” (SOARES, 2009, p. 135), ou seja, admite a liberdade de expressão como direito civil, previsto na Constituição, mas não verifica as condições de aplicação do direito.

Já o enfoque crítico trabalha com as relações concretas que se dão entre os meios de comunicação e as reivindicações sociais. O que se constata, ainda segundo Soares (2009), é

que a grande mídia não trata com igual intensidade os temas referentes às classes médias e aos interesses do mercado em relação às concepções das minorias⁷.

Existem breves espaços de concessão na grande mídia, em que assuntos de interesse das minorias são debatidos. No entanto, de acordo com Moraes (2010) esses espaços fazem parte da manutenção da hegemonia que precisa equilibrar de diferentes formas os interesses de grupos divergentes.

O aparato midiático tem que atualizar programações e ofertas para assegurar a maior fidelidade possível da audiência, em consonância com suas conveniências estratégicas. O que não quer dizer que as atualizações resultem em qualidade editorial ou pluralidade real. O fulcro de grande parte dos ajustes é seguir modelando comportamentos e consciências, bem como influenciando agendas públicas e privadas, com a meta de obter vantagens simbólicas associadas à conversão de identidades à lógica consumista (MORAES, 2010, p. 72).

Diante do quadro desigual de acesso às informações, os movimentos sociais dão cada vez mais importância para a educação e a comunicação, atuando também como criadores de novos modelos e gerador de saberes (GOHN, 2010, p. 16), enfatizando a relevância dos meios de comunicação, criando muitas vezes seus próprios meios para divulgar suas lutas, conseguir novos adeptos, criticar os discursos da grande mídia e propor discussões baseados em outros valores, sendo que simultaneamente há a “exploração de brechas dentro das organizações midiáticas” (MORAES, 2009, p. 48).

De acordo com Peruzzo (1998, pp. 277-278), é imprescindível que os movimentos reconheçam a importância dos meios de comunicação, para além de denunciar as manipulações dos grandes grupos midiáticos, criando veículos próprios com intensa participação da população de que fazem parte.

Essa comunicação que nasce do ou para os movimentos recebe inúmeras nomenclaturas, como popular, alternativo, subalterno e radical. Apesar das diferenças e tentativas de classificação apresentadas por autores como Círcia Peruzzo (2006; 2009), Bernardo Kucinski (2003) e John Downing (2002), os propósitos destes meios de comunicação são o de “exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização” (PERUZZO, 2009) e ainda,

⁷ Utiliza-se o termo minorias em referência ao texto de SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005

tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também de pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas (DOWNING, 2002, p.50).

Sendo assim, a comunicação alternativa é compreendida como um instrumento político, presente não somente sob regimes evidentemente repressores, mas que busca contribuir para uma concepção de cidadania que requer a participação política de todos os grupos sociais.

Vinculados diretamente aos movimentos sociais como o *Jornal Sem Terra* e a *Revista Sem Terra*, do MST, ou indiretamente como o jornal *Brasil de Fato* e a revista *Fórum*, estes meios têm como objetivo principal contrapor o que é colocado pela grande mídia, apresentando outras visões e perspectivas sobre a realidade.

CAPÍTULO 2 – JORNALISMO COMO REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

CAPÍTULO 2

JORNALISMO COMO REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

O jornalismo é um dos símbolos da modernidade. A afirmação de autores como Dominique Wolton (2004, p.49), Ciro Marcondes Filho (2002, p.9) e Leandro Marshall (2003, p.157), relaciona a necessidade da troca de informações com o desenvolvimento social, econômico e político que se deu na construção dessa complexa etapa histórica que chega aos nossos dias e tem como grande impulso o avanço do pensamento iluminista no século XVIII.

Ao definir a modernidade Wolton (2004), a vê como um processo de abertura de fronteiras tanto econômicas quanto culturais, no qual se fortalece o modelo democrático, que depende dos sistemas de comunicação, que, por um lado, valoriza o indivíduo e, de outro, traz a necessidade de inter-relações a nível mundial.

A comunicação se generaliza em nome dos valores de intercompreensão e da democracia para satisfazer, em realidade, as necessidades narcisistas da sociedade individualista, ou os interesses de uma economia mundialista, que só pode sobreviver com o apoio de sistemas de comunicação rápidos, competitivos e globais (WOLTON, 2004, p.51).

A modernidade, segundo Ianni (1999, p. 209), concede novos significados para todas as relações sociais, tendo como categorias essenciais as formas de lidar com o tempo e o espaço. Giddens (2002) coloca a separação entre tempo e espaço como um dos principais elementos que compõem a modernidade, que permite a rearticulação de relações sociais em nível global, o que inclui novas formas de trocas tanto financeiras quanto de conhecimento. "A organização social moderna supõe a coordenação precisa das ações de seres humanos fisicamente distantes; o 'quando' dessas ações está diretamente conectado ao 'onde', mas não, como em épocas pré-modernas, pela mediação do lugar" (GIDDENS, 2002, p.23).

O jornalismo trabalha com a interpretação do passado como se este fosse presente, valorizando a impressão de atualidade e, com as novas tecnologias, as distinções entre passado e presente, entre realidade e sua representação tem se tornado cada vez mais tênues, "criando efeitos de simultaneidade e sensações de imediatez dos acontecimentos" (SODRÉ, 2009, p. 89).

2.1. A configuração do jornalismo como atividade e produto

Nesta busca por representar a realidade de maneira ordenada o jornalismo faz uso de diversos instrumentos tanto de organização da prática profissional, como da linguagem, que podem ser compreendidos essencialmente ao observarmos os critérios considerados fundamentais do jornalismo, desenvolvidos por Otto Groth⁸ na década de 1960: atualidade, periodicidade, universalidade e difusão.

Ainda que a partir do século XXI, com a expansão da cultura digital, tais fundamentos não tenham mais as mesmas características, os mesmos continuam influenciando o pensamento comunicacional. A busca pela atualidade como tentativa de descrição empírica da realidade, a divisão dos jornais em editorias colocando ordem nos acontecimentos, do estilo e estrutura narrativa, a universalidade como sensação de totalidade, de leitura abrangente sobre a realidade mundial até a periodicidade como uma forma de aproximar o jornal do cotidiano, refletem uma tentativa em criar mecanismos para colocar ordem no tempo e no espaço, em um mundo cada vez mais veloz e com mais necessidade de informações mediadas.

Transpor para o jornal o tempo real é uma forma de valorizar a objetividade e a credibilidade, buscando se aproximar de uma descrição fiel da realidade, sendo que os fatos são apresentados cronologicamente como aconteceram “o que se chama ‘ilusão cronológica’ ou tentativa de recomposição do real referenciado [...] As unidades se seguem, não no tempo real, mas num tempo ficcional cuidadosamente gradativo” (MEDINA, 1978, p. 119).

Genro Filho (1987) afirma que é preciso compreender as técnicas jornalísticas como parte de um processo histórico que passa a ter como necessidade social a informação de caráter jornalístico.

O jornalismo permite a divulgação de informações que “tornam o mundo em geral e o poder político em particular visível”. O jornalista adota a postura e é visto como um mediador da realidade e esta mediação “supõe papéis, funções, fazeres, ética” (GENTILLI, 2005, p. 143-144). Para Sousa, no entanto,

⁸ Sobre o autor ler: BUENO, Wilson da Costa. O jornalismo como disciplina científica: a contribuição de Otto Groth. São Paulo: Editora Comunicações e Artes, 1972.

ninguém respondeu definitivamente à questão Qual é a influência que os meios jornalísticos têm sobre a sociedade? [...] Ainda assim, podemos intuir que a comunicação jornalística é um elemento importante na organização da vida quotidiana. De alguma forma, as notícias, entre múltiplas outras funções, participam na definição de uma noção partilhada do que é actual e importante e do que não o é, proporcionam pontos de vista sobre a realidade, possibilitam gratificações pelo seu consumo, podem gerar conhecimento e também sugerir, directa ou indirectamente, respostas para os problemas que quotidianamente os cidadãos enfrentam (SOUSA,1999, não paginado).

Marcondes Filho (2002, p.12) afirma que o jornalismo de Ilustração (de 1789 à primeira metade do século XIX) foi marcado pelo jornalismo político partidário, com publicações de diferentes correntes de pensamento como os anarquistas e sindicalistas, período em que “os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política” e pelo início da profissionalização do jornalismo com o nascimento da figura do editor.

Já na segunda metade do século XIX, o jornal aparece como empresa capitalista acompanhando a inovação tecnológica e industrial, com investimentos em publicidade, e implantação de algumas das características reconhecidas até hoje como formadoras da linguagem jornalística como a aparência de neutralidade, o ‘furo’ jornalístico e o vínculo com a atualidade. Na mesma direção, Medina (1978) afirma que

com o surgimento da mentalidade empresarial que viu na imprensa um investimento digno de atenção. Importou-se equipamento moderno (rotativas, linotipos) e procurou-se satisfazer um público que crescia para, em consequência, alcançar bom número de anunciantes (MEDINA, 1978, p.61).

Para Marcondes Filho, o jornalismo atual é marcado pelos monopólios, pelo crescente desenvolvimento da indústria publicitária e pelo que o autor chama de “descaracterização do jornalismo”, intensamente marcado pelos interesses do capital financeiro e pela indústria do entretenimento.

Ainda é possível falar na atualidade de um quarto jornalismo que nasce com a expansão das mais recentes tecnologias, em especial a internet, um jornalismo ainda marcado por monopólios, mas que se constrói em uma nova esfera representativa, a virtualidade e para alguns pensadores⁹ também uma nova era, a pós-modernidade.

⁹ Um dos autores que tem mais discutido a modernidade e a pós-modernidade na contemporaneidade é o sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Um panorama sobre o seu pensamento pode ser encontrado em entrevista concedida pelo autor à Revista Cult, edição 138, agosto de 2009.

2.2. Jornalismo como instrumental da hegemonia

O pensamento hegemônico se fortalece em dimensões globais com a concentração dos meios de comunicação, que permite a expansão de um mesmo discurso em escala até então desconhecida. De acordo com Herman e Chomsky (2003), seis corporações multimídia (AOL/Time/ Warner; News Corporations; Disney; Bertlesman; Viacom e Vivendi-Universal) controlam a maior parte da produção de bens simbólicos em escala mundial e estão articuladas a 70 impérios regionais, dentre eles o Grupo Globo e abaixo destes sete mil grupos nacionais.

Apesar deste quadro do oligopólio se referir ao sistema de comunicação como um todo, do qual o jornalismo é somente uma parte, é inevitável perceber que estas empresas vêm “exercendo larga influência na conformação do imaginário social” e que como empresas buscam a lucratividade e “pregam a regulação das demandas coletivas pelo mercado, sem levar na devida conta identidades, tradições e anseios dos povos” (MORAES, 2009, p. 109).

Ao cidadão brasileiro, portanto, não é “oferecido um volume de alternativas suficiente para que ele faça sua escolha com liberdade” e convive-se com a “inexistência de mecanismos- ou a falta de informação sobre a sua existência- que pretejam os cidadãos como consumidores de informação jornalística” (GENTILLI, 2005, p. 147-148).

Com as novas tecnologias de informação houve um crescimento exponencial da oferta e do acesso à conteúdos, no entanto, ao analisar com mais cuidado, verifica-se “há um processo perverso de centralização das fontes emissoras e aguda comercialização dos produtos simbólicos, de modo a alimentar os padrões de acumulação e de rentabilidade dos conglomerados de mídia, informática e telecomunicações” (MORAES, 2010, p. 69).

Há um particular na mercadoria informação que deve ser considerado em relação a outras mercadorias: o direito à liberdade de informação e de opinião é garantido pela Constituição Federal, portanto, “o caráter de mercadoria do produto ‘imprensa’ é [...] mais complicado do que o de outros produtos” (MARCONDES FILHO, 1984, p. 111-112). Se tais direitos não são respeitados, é necessário ter consciência de que “a opinião pública é um produto manufaturado [...] sua matéria-prima, a informação, também é produto de consumo” (AMARAL, 2002, p. 77).

Sousa (1999, não paginado) argumenta que “as notícias são referentes sobre a realidade social que participam nessa mesma realidade social e que contribuem para a construção de imagens dessa realidade social”. Assim pode-se reafirmar que a mídia tem um lugar central nas sociedades contemporâneas, ao construírem determinadas representações da

realidade em “os julgamentos que os indivíduos fazem sobre seu país, suas vidas, seus políticos, seus valores, suas certezas, suas tragédias são produtos, em grande parte, do olhar do jornalista” (MARSHALL, 2003, p. 55).

A força da informação na sociedade contemporânea pode também levar ao que Chauí (1986, p. 35) chamou de *intimidação social*, pela qual os que desconhecem o que está sendo exposto pela grande mídia sentem-se marginalizados do saber.

excluídos do processo real de produção, criação e invenção das ideias e dos valores [...] os indivíduos se encontram socialmente invalidados por sua suposta ignorância. Sob a aparência da democratização cultural, a informação produz os incompetentes sociais e reforça a divisão elite/ massa (CHAUI, 1986, p. 35).

Tal afirmação torna ainda mais preocupante a concentração dos meios de comunicação nas mãos dos grupos ligados direta ou indiretamente ao poder, especialmente, nas relações que se constroem entre mídia e política já que “é através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado” (LIMA, 2006, p. 55).

As rotinas jornalísticas, concebidas para dar conta dos horários de fechamento, acabam assemelhando um jornal ao outro gerando “uniformidade nos produtos informativos em circulação, o que não traz nada de bom à democracia, que vive da diferença e dos consensos que se geram apesar dessas diferenças” (SOUSA, 1999, não paginado).

O jornalismo das grandes empresas transforma, de acordo com Oliveira (2008), o jornalismo de uma atividade pública em uma atividade mercantil. A estrutura de produção afeta a autonomia do jornalista, considerada condição básica para a atividade e influencia “as decisões na produção jornalística, igualando pautas, enfoques e reduzindo o espectro de fontes consultadas. O jornalista é instado a cumprir rotinas produtivas estabelecidas a partir de critérios comerciais” (OLIVEIRA, 2008, não paginado). Estas rotinas, na perspectiva de Sousa (1999, não paginado), asseguram ao jornalista o controle do seu trabalho e “defendem os jornalistas e as organizações noticiosas das críticas e dos riscos [...]”.

A realidade mediada pela concepção dos fatos transmitida pelos meios noticiosos leva a um processo de aceitação da realidade como ela é representada. “O que é *objetivo*, por definição, situa-se fora do âmbito dos sujeitos; os dados da realidade estando lançados, só resta adequar-se a eles” (MEDITSCH, 2001, p.4), assim é como se a representação da realidade e a própria realidade tornassem-se uma única coisa, e os fatos são então reificados. “A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista

pela consciência” (BERGER & LUCKMANN, 1973, p.122-123 apud MEDITSCH, 2001, p. 4).

Tal percepção revela um empobrecimento na relação entre os homens e a realidade, processo no qual o jornalismo tem papel fundamental no sentido de construir imagens que tantas vezes se apresentam antagônicas à realidade. “A maior parte dos indivíduos, portanto, move-se num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal” (ABRAMO, 2003, p. 24).

A afirmação de Abramo (2003) remete ao pensamento marxista de alienação, reificação e coisificação do homem, sendo que o jornalista, em consonância com o que ocorre nas demais relações sociais sob o capitalismo, reifica os fatos ao tratá-los como algo separado do contexto e ao tratar a realidade como um produto vendável como qualquer outro.

Entender como funciona a estrutura de produção das notícias e algumas das maneiras como ela se relaciona com o contexto social, econômico e político das sociedades vem sendo tratado pelas teorias do jornalismo, que colaboram para uma compreensão aprofundada da produção jornalística.

2.3. Teorias do Jornalismo

Os estudos sobre jornalismo propõem essencialmente análises sobre a concepção das notícias, a deontologia profissional e a linguagem jornalística, a maioria delas considerando somente a grande imprensa, o jornalismo comercial. Apesar de este trabalho ter enfoque sobre o jornalismo alternativo, tal revisão nos permite o desenvolvimento de uma leitura crítica sobre o jornalismo como área de estudos, e também colabora no desenvolvimento da análise, compreendendo as características contrastantes e as proximidades entre jornalismo alternativo e jornalismo de grande mídia.

A revisão de algumas das principais teorias do jornalismo, neste trabalho, parte dos estudos de caráter funcionalista (TRAQUINA, 2005) e os contrapõe a uma proposta crítica (GENRO FILHO, 1987; ABRAMO, 2003) ¹⁰. Essas duas linhas de estudo da informação jornalística podem ser diferenciadas, essencialmente, pela relação que se concebe entre a

¹⁰ Divisão proposta por GADINI, Sérgio Luiz. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. Revista Famecos, Porto Alegre, no. 33, agosto de 2007. Disponível em < <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/famecos/article/viewFile/3264/3090> > Acesso em 18 de janeiro de 2011.

realidade e o texto jornalístico. Enquanto para os funcionalistas trata-se de uma falsa verdade, para os críticos é uma verdade distorcida (MEDITSCH, 2001, p.3).

Traquina busca em seus estudos a resposta para o questionamento que é subtítulo do primeiro volume da obra “Teorias de Jornalismo”: “Porque as notícias são como são”, já Adelmo Genro Filho realiza uma análise crítica das teorias do jornalismo, discutindo o jornalismo como um produto histórico com potencialidades de ser um instrumento de reflexão sobre as contradições da sociedade.

O primeiro pensamento teórico sobre o jornalismo, de acordo com Traquina (2005) foi a Teoria do Espelho, que idealizava a figura do jornalista como um profissional neutro que tem como objetivo principal a busca pela verdade. Já na década de 1950 é escrita a primeira teoria do jornalismo, a Teoria da Ação Pessoal ou *Gatekeeper*¹¹, em que se pressupõe que a produção de notícias passa por uma série de seleções, que escolhem quais acontecimentos devem ser noticiados.

A teoria do *Gatekeeper* permitiu o desenvolvimento de estudos posteriores que envolvessem além da ação individual dos jornalistas e editores, o funcionamento da organização jornalística e suas relações com a sociedade. Estudos realizados em 1955 por Warren Breed¹² demonstravam que “o contexto profissional- organizacional- burocrático circunstante exerce uma influência decisiva nas escolhas” das notícias (WOLF, 2008, p. 185). Breed foi o precursor da Teoria Organizacional que enfatiza o conformismo dos jornalistas diante da política editorial das organizações, identificando alguns fatores como o receio de perder o emprego e de não conseguir manter boas relações com o restante dos profissionais.

As pesquisas demonstraram que para uma leitura abrangente sobre os meios de comunicação “é necessário conhecer não apenas os sistemas de valores, de representações, de imaginário coletivo que eles propõem, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações com que se realizam” (WOLF, 2008, p. 189).

Na década de 1980 inúmeros trabalhos sobre jornalismo foram publicados, ampliando as pesquisas para além dos níveis individuais e organizacionais abrangendo também as relações entre jornalismo e sociedade. As chamadas Teorias de Ação Política colaboraram ao provar que os meios de comunicação servem a determinados interesses políticos, distorcendo informações em defesa destes interesses, sendo que uma das mais reconhecidas é o Modelo de Propaganda desenvolvido por Edward Herman e Noam Chomsky (2003).

¹¹ WHITE, David Manning. The ‘Gatekeeper’: A Case Study in the Selection of News. *Journalism Quarterly*, vol. 27, no. 4, 1951.

¹² BREED, Warren. Social Control in the News Room: a Functional Analysis, *Social Forces*, no. 33, pp. 326-335, 1955.

Chomsky, em entrevista à revista *Le Monde Diplomatique*¹³ afirmou que a linha do pensamento hegemônico nas sociedades democráticas é subliminar. Nas palavras do autor é “uma lavagem cerebral em liberdade. Na grande mídia, mesmo os debates apaixonados se situam na esfera dos parâmetros implicitamente consentidos”.

Ainda nesta linha de pensamento, no sentido de compreender que as notícias são resultado de diferentes processos de interação social dentro e fora da comunidade profissional, os autores dos Estudos Culturais, dentre eles Stuart Hall¹⁴, influenciados pelos estudos sobre hegemonia e ideologia de Antônio Gramsci, buscaram compreender os vínculos entre o pensamento hegemônico e a prática jornalística e reconheceram que há uma “‘autonomia relativa’ dos jornalistas em relação a um controle econômico direto” (TRAQUINA, 2005, p. 175).

Os defensores dessa teoria colocam a posição das fontes institucionalizadas e dos grupos de poder como definidores primários (*primary definers*)¹⁵, sendo que os meios de comunicação assumem um papel secundário em relação às interpretações dos acontecimentos, já que quem as interpreta são as fontes consideradas oficiais (SOUSA, 1999).

Ao considerar que as notícias são o resultado de diferentes interações dentro das próprias empresas de comunicação, dos valores-notícia, da política profissional (considerando as exigências do tempo, da imparcialidade e da objetividade), das relações com as fontes e o momento de produção das notícias e sua identificação e contextualização cultural e social, os autores compreendem que

o processo de produção das notícias não só pressupõe a natureza consensual da sociedade como sublinha o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual. Os ‘mapas de significado’ incorporam e refletem os valores comuns, formam a base dos conhecimentos culturais e são mobilizados no processo de tornar um acontecimento inteligível (TRAQUINA, 2005, p. 177).

Chauí (2003) nomeou de discurso competente a concepção de que existem personagens dentro do espaço público mais autorizados a falar do que outros, fortalecendo o discurso ideológico no qual a imagem particular das elites é tomada como universal.

¹³ CHOMSKY, Noam. América Rebelde- uma entrevista com Noam Chomsky por Daniel Mermet. Revista Le Monde Diplomatique, 08 de agosto de 2007. Disponível em <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=2&PHPSESSID=7344ed5e82e51d5534f731688bd39468>> . Acesso em 1 de dezembro de 2010.

¹⁴ HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

¹⁵ Hall, S. et al. Policing the Crisis: Mugging, The State, and Law and Order London: Macmillan, 1993

Tal lógica concebe que “os grupos sociais que atuam fora do consenso são vistos como marginais e a sua marginalidade é tanto maior quanto mais se afastarem do social legitimado” (TRAQUINA, 2005, p. 198). É o que acontece com a visibilidade dos movimentos sociais que quando conseguem espaço na grande mídia são alvo de notícias mal contextualizadas.

Outra perspectiva é a de que “os movimentos sociais não figuram tanto na pauta porque seus protagonistas não figuram entre os consumidores do pacote jornalístico (que é mercadoria comercializada por jornais e revistas)” (BUCCI, 2008, p. 56).

Soares (2009) compreende que há um conflito entre o que nomeia de visão normativa, que seria o tipo ideal de jornalismo e a visão empírica, que se refere à realidade imperfeita.

Os valores normativos representam a imprensa como um instrumento de defesa da cidadania, enquanto a abordagem empírica critica as deformações que o poder político e econômico pode impor a essa atividade. Mas as imperfeições da realidade não constituem uma condenação dos princípios, que devem continuar sendo a meta buscada. A resultante da interação entre princípios e realidade da imprensa como empresa capitalista, numa democracia, não é uma posição rígida, sendo mais bem representada pela imagem de um móbil. Caracterizado pelo equilíbrio instável entre suas partes [...]. Num modelo da sociedade democrática, em que os direitos estão em vigor e as instituições funcionam, a imprensa como uma dessas instituições sofre pressões antagônicas, como a dos critérios normativos de seus compromissos e a das forças do mercado, e deve traduzi-las na forma de um equilíbrio dinâmico (SOARES, 2009, p. 150)

Ao revisar as teorias do jornalismo, percebe-se que há uma dificuldade em relacionar a prática comunicacional com o contexto histórico e social, o que limita a maioria das análises somente em relação às técnicas e práticas jornalísticas. Gomes (2008) critica o fato de que as principais teorias do jornalismo analisam somente a grande imprensa, ignorando o “debate sobre o popular, tão central nas teorias da comunicação desde o seu princípio” (GOMES, 2008, p. 62).

Abramo (2003), em texto originalmente escrito em 1987, coloca que apesar do material jornalístico ter relações com a realidade, estas são referências à realidade, que de diferentes formas distorcem a realidade. Diante da indispensabilidade da imprensa na sociedade contemporânea, os indivíduos vivem, em parte, em um mundo irreal, em que a “manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade” (ABRAMO, 2003, p. 24).

Ainda de acordo Abramo (2003), a manipulação não ocorre o tempo todo, porque isto levaria a perda completa de credibilidade, porém, é um fenômeno que acontece com frequência e que acaba sendo aceito pelos receptores de maneira muitas vezes acrítica.

O autor lista quatro padrões de manipulação: ocultação, fragmentação, inversão e indução. A ocultação se refere à omissão de determinados fatos que não são considerados jornalísticos, tal padrão reflete a ideologia dos jornalistas e da empresa, sendo que o jornal se organiza de acordo com os seus valores políticos, sociais e econômicos.

O segundo é o padrão de fragmentação, em que o real é fragmentado em inúmeras partes através da seleção de certos aspectos ou particularidades que aparecem descontextualizadas, ocasionando a falsa impressão para o público de que está bem informado.

Acompanhando o padrão de fragmentação há a inversão “que opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de uma por outras e prossegue, assim, com a destruição da realidade original e a criação artificial da outra realidade” (ABRAMO, 2003, p. 28).

O último padrão colocado pelo autor é o da indução, que é o resultado dos padrões anteriores que levam o leitor à determinada leitura da realidade e que explica que é a combinação de diferentes fatores que “submete, em geral e em seu conjunto, a população à condição de excluída da possibilidade de ver e compreender a realidade real e a induza a consumir outra realidade artificialmente inventada” (ABRAMO, 2003, p.33).

Ao discutir estes padrões de manipulação Abramo (2003) foge de uma visão maniqueísta da produção jornalística enfatizando o campo político, as relações de poder¹⁶, compreendendo que o jornalismo

está submetido a pressões, forças sociais e interferências das mais variadas espécies [...]. Nessa dinâmica pendular, pode ocupar diversas posições, balançando de uma ponta (onde se encontra a cidadania) a outra (onde se localiza o circuito restrito do poder e dos privilégios), com a possibilidade ainda de situar-se em nichos intermediários diversos (PEREIRA FILHO, 2004, p. 49).

2.4. Conceitos em torno do jornalismo alternativo

Inserido em uma sociedade contraditória em diversos aspectos, a mídia como um dos sustentáculos da modernidade e como “o *locus* por excelência de luta pelo poder simbólico” (ELHAJJI, 2008, p.295), se constrói de maneiras também diversas, lidando com diferentes interesses e possibilidades que vão além do que se convencionou chamar de grande mídia, a mídia hegemônica. Objetivando suprir as lacunas existentes do discurso hegemônico e propor

¹⁶ Tal discussão é realizada por Hamilton Otavio Souza no prefácio do livro citado de Perseu Abramo.

novos modelos de gestão e produção, o jornalismo nomeado muitas vezes de alternativo acompanhou a história do jornalismo nacional, sempre contrapondo conteúdos da grande mídia, concedendo voz aos que comumente não são considerados fontes oficiais e experimentando formas de gestão não voltadas para o lucro.

Segundo Genro Filho (1987), o jornalismo nos modelos da grande mídia reforça condições imaginárias de cidadania ao produzir um conhecimento que coincide com o pensamento hegemônico e buscando universalizar esse pensamento. A contradição em se mostrar como instrumento da cidadania, mas ser em boa parte das vezes mantenedor de um pensamento que mais paralisa do que incentiva a participação social, autoriza de acordo com Genro Filho (1987), a concepção de jornais críticos ao pensamento hegemônico, que atuam em uma “dupla relação de forças: a luta política interna na redação e a luta mais ampla - e fundamental - pela influência e o controle sobre os meios de comunicação”.

O estudo sobre essa produção ainda é considerado ínfimo diante da vastidão de estudos sobre a grande imprensa, no entanto, uma leitura ampla sobre a realidade do jornalismo brasileiro não pode deixar de lado toda essa produção considerada marginal, que vem construindo espaços de debate que visam a uma esfera pública mais ampla e, porque não afirmar, mais democrática. De acordo com Gentilli (2005, p.150), quanto mais a sociedade é portadora de direitos de cidadania, “a demanda por uma maior qualidade dos jornais também é crescente”, essa maior qualidade é conquistada, em parte, através do acesso à maior diversidade de informações.

No entanto, é necessário cuidado para não supervalorizar a comunicação como instrumento independente de emancipação social, compreendendo que um caminho para uma sociedade mais justa só seria possível com a

interação efetiva entre a ação dos meios noticiosos e a mobilização efetiva dos leitores, por exemplo, por meio de movimentos sociais, manifestações públicas, passeatas, painéis, abaixo-assinados, atos públicos etc. Ou seja, não é razoável supor que o jornalismo possa substituir os cidadãos, que são os detentores do poder, mas ele pode contribuir com sua atuação específica: agendar temas para o debate público racional (SOARES, 2009, p. 147).

O termo alternativo é utilizado para designar diferentes formas de comunicação, e assim como os conceitos de comunicação popular, horizontal, participativa e comunitária, é de difícil classificação. Em uma tentativa de esclarecer tais terminologias, a pesquisadora Cicilia Peruzzo (2006; 2009) reúne algumas especificidades da comunicação popular,

alternativa e comunitária, focalizando tais experiências no Brasil. No entanto, é preciso colocar que não existem limites específicos entre as definições, porque na realidade os processos comunicacionais são marcados por hibridismos de linguagem, objetivos, formatos, conteúdos, formas de organização e de produção, sendo que

Os elementos principais que caracterizam a comunicação como popular, comunitária e/ou alternativa estão no processo, nas práticas sociais, nas relações que se estabelecem, e não no tipo de veículo utilizado, nem em outra característica qualquer (linguagem, propriedade, formato) tomada isoladamente. O que importa é o conjunto da práxis e o significado que tem para a comunidade (PERUZZO, 2009, p. 140).

Este jornalismo teve na história brasileira, segundo Kucinski (2003, p. 21), três grandes momentos: “os pasquins irreverentes e panfletários do período da Regência [...] em 1830 [...] e os jornais anarquistas de operários, meio século depois (1880- 1920)” e os jornais produzidos durante o regime militar (entre 1964 e 1980). Estes últimos são o objeto de estudo de Kucinski (2003) que catalogou 150 jornais, produzidos no período, dentre eles os representativos *O Pasquim*, *Bondinho*, *Opinião*, *Versus* e *Movimento*.

Kucinski (2003), afirma que a palavra alternativo ficou fortemente relacionada no Brasil a essas publicações e que a produção desta época contém alguns significados essenciais para definir o jornalismo alternativo como não estar vinculado às políticas dominantes, ser a única saída nas situações complicadas politicamente, como o regime ditatorial, e representar o “desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 2003, p. 13).

Ainda de acordo com Kucinski (2003, p. 14-15), apesar de toda a produção de jornais alternativos durante a ditadura militar ter sido voltada para a transformação política, algumas especificidades podem ser utilizadas para classificar os jornais em duas classes: os políticos, que discutiam predominantemente as estratégias e reivindicações da esquerda brasileira e os jornais que tinham suas bases nos movimentos de contracultura norte-americanos, criticando costumes e propondo rupturas culturais.

A imprensa alternativa neste período articulou “o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade” (KUCINSKI, 2003, p. 16).

Constata-se que esses jornais não nasceram com a intenção de substituir a grande mídia, mas sim como uma forma de questionar o *status quo*, “fazer um contraponto à

imprensa burguesa” (ABRAMO, 1988) criando assim uma dependência contraditória em relação aos grandes meios, em que era necessário que os jornais hegemônicos

dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário, ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios reais habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro (ABRAMO, 1997, p. 328 apud PEREIRA FILHO, 2004, p. 70).

Abramo (1988) ainda aponta que essas publicações eram lidas pelas camadas mais esclarecidas e politizadas, um público diversificado, porém, pequeno. Apesar de não alcançar a ampla classe trabalhadora, a imprensa alternativa inegavelmente “foi uma das forças que abalaram a ditadura e abriram perspectivas de mudanças democráticas” (ABRAMO, 1988, p. não paginado).

Para Kucinski (2003), o fim dessa fase mais produtiva do jornalismo alternativo não é resultado apenas do fim da ditadura militar, mas de um processo de mudanças que incluiu a contratação de jornalistas de esquerda pelos grandes jornais, a dominação do padrão Globo de televisão - que restringiu ainda mais o público leitor de jornais -, as dificuldades administrativas dos jornais alternativos, as divergências internas, o envelhecimento da linguagem desses jornais, a dificuldade em envolver as novas gerações e o processo político de mudanças da esquerda brasileira, em especial com o nascimento do Partido dos Trabalhadores.

Kucinski (2003) coloca que o jornalismo alternativo que nasce após a ditadura, vinculado às instituições como sindicatos tem como diferença crucial a autonomia dos jornalistas.

A partir de 1980, esse tipo de engajamento sobreviveu apenas em órgãos de sindicatos e partidos políticos, anteriormente reprimidos, e nos jornais de movimentos populares apoiados materialmente pela Igreja Católica e outras entidades da sociedade civil [...]. Dissolveram-se os coletivos dos jornais alternativos, desapareceu o imaginário que os impulsionava. Apesar de alguma semelhança formal e temática entre os antigos jornais alternativos e alguns dos novos jornais de entidades da sociedade civil, nessa mudança de lugar social o jornalista não é sujeito do processo e desaparece a autonomia jornalística (KUCINSKI, 2003, p. 27).

Em contraponto, Festa (1986, p. 25) coloca que,

Não se pode afirmar que a imprensa alternativa desapareceu nesse período. Ela apenas mudou de lugar social. Ao contrário de jornais que aglutinavam

diversas correntes, surgiram as publicações político-partidárias, representantes de novas e tradicionais tendências da esquerda.

Dentre os jornais citados pela autora como imprensa alternativa especializada estão os esquerdistas *Voz da Unidade*, *Tribuna da Luta Operária*, o jornal do Partido dos Trabalhadores: *Jornal dos Trabalhadores* e o jornal feminista *Mulherio*, além dos jornais sindicais que se fortaleceram com as greves do movimento operário no final da década de 1970 e início de 1980.

Apesar das singularidades de cada período histórico do jornalismo para além da grande imprensa, é a própria diversidade desta produção, tantas vezes experimental, que a caracteriza. Para Peruzzo (2009, p. 132) uma terminologia que abrange a diversidade desta produção é a palavra *contracomunicação*, meios de comunicação organizados pelos movimentos populares e comunitários tendo como finalidade “exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização”, colaborando para a democratização da informação e reafirmando a necessidade de transformações sociais.

São os movimentos sociais, populares e comunitários que mantêm esse jornalismo após o período da ditadura militar e, segundo Festa (1986), este vínculo se dá “na mesma medida da capacidade de os movimentos sociais articularem o seu projeto alternativo de sociedade” (FESTA, 1986, p. 30).

A autora ainda salienta algumas características desses modelos de comunicação, como serem espaços políticos que colaboram para processos de mudança da realidade social e que superam “os marcos da comunicação como tal para localizar-se também no âmbito do projeto social e político que determina enquanto instrumento e expressão do desejo de mudança ou aprimoramento da ordem existente” (FESTA, 1986, p. 30).

Tal produção é designada por Downing (2002) *mídia radical alternativa*, terminologia que considera mais completa do que o paradoxal alternativo, pois afirma que “qualquer coisa, em algum ponto, é alternativa a alguma outra” e também mais completa que comunitária e popular, já que considera que estes termos “podem facilmente ocultar mais que revelar. São mais firmes naquilo que excluem – a mídia convencional - do que naquilo que significam” (DOWNING, 2002, p. 27).

Mídia radical refere-se a inúmeras formas de expressão da cultura de oposição, que vão além dos meios de comunicação convencionais, incluindo danças, canções, grafite,

vestuário e teatro, sendo que esta forma de comunicação pode representar forças negativas ou construtivas, incluindo em seus estudos mídias fundamentalistas, racistas e fascistas.

A mídia, para Downing, é um conceito amplo, que inclui todas as formas possíveis de manifestação cultural. Já para Sodré (2007), a mídia é a soma de suporte técnico, mercado e capitalismo transnacional, sendo assim, para este autor a mídia “é uma mediação *tecnologizada* com regras próprias. Nesse sentido, eu não a vejo tanto como um lugar de confronto, a não ser de interpretações já combinadas pela formas” (SODRÉ, 2007, p. 69).

Neste trabalho optamos por utilizar o conceito de mídia ao nos referirmos à comunicação mediada por veículos de comunicação, acompanhando, assim, o pensamento apresentado acima por Muniz Sodré e também o pesquisador Venício de Lima, para quem “A mídia, plural latino de *medium*, meio, é entendida aqui como o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana” (LIMA, 2006, p. 53). No entanto, a compreensão de Downing de que as diferentes formas de expressão são também meios de comunicação é extremamente relevante, ainda mais em um país multifacetado culturalmente como o Brasil.

Grinberg (1987) defende que, apesar de a expressão comunicação alternativa ter um significado muito variado e parecer imprecisa em um primeiro momento, define uma “busca de canais para um discurso que deve circular à margem da comunicação de massa”, considerando que não se trata de “uma alternativa aos *media como tais*, mas enquanto instrumentos do poder” (GRINBERG, 1987, p. 19-20).

Na mesma linha de pensamento Downing (2002) aponta dois principais propósitos que definem esta produção:

- a) expressar verticalmente, a partir dos setores subordinados, oposição direta à estrutura de poder e seu comportamento; b) obter, horizontalmente, apoio e solidariedade e construir uma rede de relações contrária às políticas públicas ou mesmo à própria sobrevivência da estrutura de poder (DOWNING, 2002, p. 30)

Peruzzo (2009) classifica a produção alternativa em dois grupos: Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária; e Imprensa Alternativa. No primeiro grupo estão inseridas as iniciativas diretamente vinculadas a movimentos sociais e organizações civis e populares. São iniciativas que se diferenciam essencialmente pela ampla participação popular, transformando o público receptor em emissor e também pelas suas singularidades de “formato, da propriedade e controle coletivo da gestão” (PERUZZO, 2009, p. 133).

O grupo da Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária ainda se subdivide em dois: Comunicação Popular e Comunitária e Comunicação Popular Alternativa. No primeiro a responsabilidade pelo meio de comunicação parte da própria comunidade ou do movimento social e “portanto, deve se submeter às suas demandas” (PERUZZO, 2009, p. 140), como é o caso do jornal *Sem Terra*.

Na Comunicação Popular Alternativa os processos comunicacionais não são assumidos por toda a comunidade, podendo ser “motivados ou viabilizados por organizações não governamentais (ONGs), fundações, projetos de universidades, órgãos públicos, igrejas etc.” (PERUZZO, 2009, p. 140).

Já a segunda corrente, Imprensa Alternativa, reúne as publicações que são comprometidas com as causas sociais, mas que não estão diretamente vinculadas à elas. São “publicações de porte mais bem elaborado e com tiragens maiores” (PERUZZO, 2009, p. 136). Aqui se encontram a imprensa político-partidária, a imprensa sindical e os jornais que prezam por uma abordagem diferenciada da grande mídia e que não funciona como uma imprensa privada preocupada essencialmente em gerar lucros, como é o caso do jornal *Brasil de Fato*. Tal classificação ainda pode ser subdividida em jornalismo de base popular, que são os jornais ligados à movimentos populares; jornalismo alternativo colaborativo, que enfatiza a crítica às reportagens da grande mídia e conta com a colaboração de voluntários; jornalismo alternativo autônomo, produzido por indivíduos isoladamente; jornalismo político partidário, ligado a partidos políticos ou à candidatos; e jornalismo sindical, produzido por categorias profissionais.

A comunicação comunitária e alternativa vem contribuindo para forjar uma mutação nas práticas constitutivas do exercício da cidadania. Há reelaborações culturais em curso em razão do inconformismo diante das relações desiguais entre dominantes e subalternos construídas historicamente em todos os níveis. Se há três décadas a temática do direito à comunicação, por exemplo, encontrou ressonância nas sociedades latino-americanas, hoje ela é assumida como algo imprescindível, ainda que seja no nível dos movimentos de direitos humanos e daqueles ligados à comunicação (PERUZZO, 2009, p. 143).

De acordo com Motta (1987, p. 42), as formas de comunicação alternativa têm um caráter de classe por expressarem “os interesses de um determinado grupo social no seu conflito pela sobrevivência, no seu enfrentamento da dominação política, cultural e econômica”. Apesar de não envolverem somente as classes populares, há uma identificação com as problemáticas populares.

Estes meios de comunicação cumprem duas funções junto aos movimentos sociais: primeiro a de colaboração da mobilização e da organização, conscientizando os movimentos sobre a importância de determinada luta e em segundo a de potencialização, com o alcance de novos públicos, buscando repercussão junto à sociedade civil (MOTTA, 1987, p. 47-49).

De maneira concisa Grinberg (1987) define o alternativo como

todo meio que, num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder político, econômico e cultural [...] implica uma *opção frente ao discurso dominante*; opção à qual confluem, em grau variável, os sistemas de propriedade, as possibilidades de participação dos receptores na elaboração das mensagens, as fontes de financiamento e as redes de distribuição, como elementos complementares (GRINBERG, 1987, p. 30).

O cenário da comunicação brasileira se mostra cada vez mais perverso, marcado por oligopólios, pelo não respeito aos artigos da Constituição e por guerras claras de poder em um processo que mais confunde do que esclarece a população.

A concepção de uma mídia para além dos grandes grupos transnacionais de comunicação, independentemente de ser chamada alternativa, radical, subalterna, contra-hegemônica ou popular, se caracteriza essencialmente pela crítica e pela manifestação da diversidade e é necessária para a construção de uma sociedade que saiba lidar melhor com a pluralidade de ideias, interesses e valores.

A revisão de alguns dos autores que discutem as terminologias em torno do jornalismo produzido para além dos grandes veículos de mídia nos leva a compreensão de que esta produção apresenta hoje características diferenciadas da produção realizada durante a ditadura militar e encontra novos desafios com a popularização da internet. Este jornalismo é um contraponto ao jornalismo da grande imprensa e tem como concepção primordial discutir outras pautas ou rever os assuntos discutidos pela grande mídia através de perspectivas diversificadas, representando outros projetos de sociedade, críticos ao sistema político e econômico atual.

É um jornalismo que está vinculado, na maioria das vezes, às instituições, organizações, movimentos sociais, populares e comunitários, ocupando também a função de divulgador das ações destes grupos e das discussões e ideais dos mesmos. Percebe-se que este jornalismo tem como um de seus objetivos despertar consciências, no sentido de trabalharem seus textos como instrumento de luta social, pelo fortalecimento de iniciativas populares.

Grande parte desse jornalismo possui além do jornal impresso, o site e o boletim eletrônico como meios de divulgação de seus trabalhos, o que tem sido um novo desafio em relação à linguagem e também à produção de materiais também em outros formatos, como o audiovisual. A internet mostra-se como uma nova possibilidade de quebrar o pensamento único sustentado pelo oligopólio da comunicação e demonstra a vulnerabilidade do atual modelo de comunicação¹⁷.

O jornalismo alternativo apesar do pouco alcance em relação à grande mídia é necessário para o enriquecimento do espaço público e para o fortalecimento de organizações políticas e sociais.

Para os fins desse trabalho e diante da diversidade de terminologias, propomos o termo jornalismo militante para descrever o jornal *Sem Terra*, por ser um veículo oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com um discurso claro a favor dos ideais do Movimento, por ser um instrumento de mobilização e de organização para os que já colaboram direta ou indiretamente com as atividades do MST e diálogo entre o Movimento e a sociedade, não tendo como uma de suas preocupações primordiais apresentar um outro modelo de jornalismo informativo, mas sim ser um veículo formativo da militância do MST, claramente opinativo. A investigação a seguir constitui uma maneira de verificar a pertinência dessa designação.

¹⁷ Tal discussão foi realizada pelo 1o. Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas, organizado por jornalistas blogueiros como Luiz Carlos Azenha, Paulo Henrique Amorim, Luiz Nassif e Rodrigo Vianna. Site do encontro: < <http://www.blogprogressistas.com.br>>.

**CAPÍTULO 3 – O JORNAL *SEM TERRA* COMO PORTA-VOZ DA LUTA PELA
REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**

CAPÍTULO 3

O JORNAL SEM TERRA COMO PORTA-VOZ DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A escolha em analisar um jornal que tem como proposta ser um instrumento de militância política e de diálogo entre um movimento social e a sociedade civil se deu inicialmente em torno do questionamento do próprio jornalismo, do modelo de jornalismo da grande imprensa e da suposta ausência de contrapontos ao discurso hegemônico apresentado por essas empresas. No entanto, verifica-se que durante toda a história do jornalismo inúmeros veículos buscaram apresentar diferentes leituras de mundo e apesar desses veículos não terem o alcance e tantas vezes a permanência dos grandes meios (os maiores jornais do país têm em torno de 90 anos)¹⁸, eles colaboram para o enriquecimento da esfera pública ao proporem novos olhares em um mundo muitas vezes limitado às perspectivas dos poucos grupos que controlam o fluxo de informação em escala mundial.

A discussão em torno de uma caracterização desse jornalismo é ampla e cheia de nuances que variam histórica e geograficamente, são programas e emissoras de rádio e televisão, jornais impressos de diferentes formatos, sites e blogs que se fortalecem em determinados períodos históricos ou em torno de interesses específicos. Essa variedade de expressões não admite classificações exatas, mas permite discussões ricas em torno da comunicação e mais especificamente do jornalismo.

O jornal *Sem Terra* é uma publicação já consolidada com 30 anos de existência, está vinculada a um importante movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem como bandeira principal a reforma agrária, um tema que envolve os direitos de cidadania e que é um problema histórico brasileiro.

A análise foi realizada a partir das publicações no período de um ano: abril de 2010 a abril de 2011. O jornal, apesar de ser mensal, por duas vezes, nesse período foi publicado bimestralmente, assim a análise se deu a partir de 10 edições.

A delimitação temporal do estudo foi escolhida por ser um período que inclui duas vezes o Abril Vermelho¹⁹, em que o MST promove manifestações nacionais e se discutem os objetivos do movimento e por abranger uma disputa eleitoral para presidente, que é um momento relevante de discussões sobre as questões políticas, sociais e econômicas brasileiras.

¹⁸ O jornal “Estado de São Paulo” teve sua primeira publicação em 1875 com o nome “A Província de São Paulo”, o jornal “Folha de São Paulo” completou 90 anos em 2011, já o jornal “O Globo” tem 86 anos.

¹⁹ Mês escolhido pelo MST para evidenciar suas lutas e exigir justiça após o Massacre de Eldorado dos Carajás (abril de 1996) em que foram assassinados 22 militantes do movimento.

O método utilizado é a Análise de Conteúdo, buscando mapear e analisar como são tratados os temas de cidadania pelo jornal *Sem Terra*. A análise parte de dados quantitativos sobre os temas mais tratados pelo jornal no período analisado, que revelam algumas características da publicação, compreendendo que o maior índice de matérias sobre um assunto reflete aspectos do fazer jornalístico e as representações da realidade evidenciadas pela publicação em questão. A pesquisa caminha para a análise qualitativa, evidenciando o conteúdo discursivo das matérias analisadas, compreendendo, como afirma Lopes (2005) que não há uma divisão clara entre quantitativo e qualitativo, já que uma análise complementa a outra.

3.1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: histórico e principais propostas

A história do Brasil é marcada por conflitos de terras, especialmente a partir de 1880 quando a propriedade passa a ter valor comercial e a agricultura começa a produzir para exportação, o que “oferece as condições para a consolidação da hegemonia dos grandes proprietários e a consequente manutenção dos mecanismos concentradores de renda e terra e a exclusão das grandes maiorias” (NOGUEIRA, 2005, não paginado).

Portanto, antes do século XX a terra foi inúmeras vezes palco de combate e resistência entre poder hegemônico e populações marginalizadas, desde as fugas dos escravos das fazendas, com a formação de quilombos, até conflitos localizados, como a Guerra de Canudos em 1897.

Nas décadas de 1920 e 1930 há uma redefinição da economia brasileira, que vai deixando de ser unicamente agrária, o que se consolida nas décadas de 1940 e 1950 com a industrialização e a urbanização, como é possível perceber pelas estimativas da população urbana:

Quadro 01 – População urbana brasileira em %

1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980
5,9	6,8	9,4	10,7	31,24	36,16	45,08	56,00	65,10

Oliven, 1980, p. 69²⁰

²⁰ OLIVEN, Ruben George. Urbanização e mudança social no Brasil, Vozes, Petrópolis, 1980, p. 69.

Esse aumento gradativo da população urbana gera o empobrecimento de camadas da sociedade, como afirma Santos (2008):

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial (SANTOS, 2008, p. 10).

Para Gohn (1997) a década de 1970 é marcada pelo “crescimento econômico do país, a modernização de sua base produtiva, a inserção de novas tecnologias, o desenvolvimento da sociedade de consumo de bens e produtos de massa”, o que antagonicamente trouxe o aumento da pobreza na cidade e também no campo (GOHN, 1997, p. 137).

A questão social brasileira não pode ser resumida apenas à urbanização, ela está relacionada à concentração fundiária histórica, à violência travada contra os trabalhadores, tanto no meio rural quanto urbano, aos modelos de produção, importação e exportação de produtos agrícolas, compreendendo assim dimensões econômicas, sociais e políticas (FERNANDES MANÇANO, 2001, p. 24).

A agricultura sofreu grandes transformações na década de 1970 com a mecanização das lavouras e com a introdução de novos plantios como a soja, o que levou a uma migração de populações rurais do sul do país - que trabalhavam essencialmente com agricultura familiar - para outros estados e também para os centros urbanos. As dificuldades dos trabalhadores com outros tipos de lavoura e também de se adequarem à vida urbana obrigou-os a “tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam” (STEDILE e FERNANDES, 1999, p. 17).

Os trabalhadores se organizaram em representações políticas, entidades e associações, muitas delas influenciadas pelos modelos europeus de organização trazidos pela migração de trabalhadores da Europa (NOGUEIRA, 2005, não paginado). Destacam-se entre essas organizações as Ligas Camponesas nas décadas de 1940 e 1950, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) na década de 1960, a Pastoral da Terra (CPT) em 1975 e os movimentos operários do final da década de 1970.

Essas lutas, especialmente no final do período da ditadura militar e início da abertura política, refletiam não só as alterações na agricultura brasileira mas em toda a sociedade. O MST nasce como resultado dessas inúmeras forças políticas, sendo que sua fundação oficial aconteceu com a realização do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel, no Paraná.

Fernandes Mançano (2010, p. 163-164) propõe uma divisão da história do MST em quatro momentos: o de gestação (1979-1984), período das primeiras ocupações na região sul do país; o segundo momento é de consolidação (1985- 1989) em que as ações alcançam escala nacional e que se consolida a estrutura de organização do movimento. O terceiro momento é o de institucionalização (1990 até hoje), em que o movimento torna-se o principal interlocutor sobre reforma agrária e é reconhecido internacionalmente. Já o quarto período, que também está em andamento, é o de fortalecimento de um movimento mundial de reforma agrária organizado pela Via Campesina.

De acordo com Nogueira (2005, não paginado), nos três primeiros anos de organização, o MST já era “uma força política presente em todo o território nacional. Tornou-se a referência ‘hegemônica’ nas lutas da população rural e influenciou o surgimento e organização de outros movimentos”, tendo como referência maior de suas ações a luta pela reforma agrária.

O conceito de reforma agrária pode ser interpretado de diferentes formas, uma delas é o conceito clássico que foi aplicado em parte da Europa com o objetivo de distribuir a terra para a criação de “um mercado interno produtor de mercadorias agrícolas para o mercado e ao mesmo tempo um enorme mercado consumidor por parte dos camponeses, que agora com renda monetária compram bens de origem industrial” (STEDILE e FERNANDES, 1999, p. 157).

Segundo Carter (2010, p. 47-49) uma forma de realização da reforma agrária em boa parte dos países do leste europeu e do oriente foi a concepção de leis de estabelecimento dos limites das propriedades rurais, enquanto que na América Latina e na África a reforma agrária partiu de movimentações dos próprios camponeses, sendo que o Brasil teve um dos índices mais baixos de reforma agrária entre os países do hemisfério sul (entre 1985 e 2002). No Brasil, o conceito aparece para o Estado como sinônimo de assentamentos sociais, o que por si só não gera mudanças estruturais e diante de séculos de políticas opressoras aos camponeses, torna muita vezes insustentável a autonomia dos pequenos produtores.

De acordo com Carter e Carvalho (2010) o modelo de reforma agrária proposto pelo governo brasileiro tem um caráter conservador ao buscar apenas conciliar os conflitos rurais, assim “o governo reage às lutas por terra sem ter um projeto claro de mudança fundiária e, com isso, predomina a lógica de implantar os assentamentos onde for mais fácil para o Estado e menos inconveniente para os latifundiários” (CARTER E CARVALHO, 2010, p. 294). Segundo os autores, tal política é revelada na distribuição de terras em sua maioria na região

norte²¹, onde há um isolamento geográfico que enfraquece as possibilidades de os assentamentos alcançarem autonomia, e também na omissão do Estado em fornecer direitos básicos como habitação, educação, saúde, água e esgoto, energia elétrica, entre outros.

Ainda segundo Carter e Carvalho (2010) é possível caracterizar a reforma agrária conservadora através de cinco características: “repartição de terras sob pressão social, processos administrativos lentos e complicados, violações frequentes de direitos humanos [...], distribuição residual de terras, e escasso apoio aos assentamentos” (CARTER E CARVALHO, 2010,p. 294).

A estratégia da ocupação de terras improdutivas cria “um fato político que leva a pressionar os órgãos públicos a negociarem com o movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse” (GOHN, 1997, p. 144). A ocupação é uma estratégia histórica de luta pela terra, não sendo uma criação do MST e representa somente o primeiro passo em torno do objetivo maior do movimento que é a superação da pobreza e das desigualdades sociais.

Acesso à terra para todos os que dependem dela para trabalhar, com o estabelecimento de limite máximo para o tamanho das propriedades, garantia de posse e uso por todas as comunidades originárias, como povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, produção de alimentos saudáveis através do princípio da soberania alimentar (livre de agrotóxicos e de transgênicos) e políticas de valorização da produção agrícola. Essas são as bases da transformação social através da reforma agrária, segundo o próprio movimento²².

Para alcançar tais objetivos, o MST apresenta propostas, como a demarcação e distribuição de terras, a organização da produção no meio rural, o manejo sustentável da água, políticas de industrialização e mecanização agrícola, o desenvolvimento da infraestrutura no meio rural e novas perspectivas para os aparatos administrativos e institucionais do Estado. Buscando construir um diálogo permanente entre os interesses do povo (compreendidos como sujeitos do processo de mudanças) e o Estado (como instrumento capaz de implantar as propostas)²³.

Dentro deste amplo projeto de reforma agrária, a educação aparece como uma das prioridades ao lado da luta contra o latifúndio e ao modelo do capital, influenciada essencialmente pelo método Paulo Freire que, com sua “Pedagogia do Oprimido”, vê a

²¹ Dados retirados do site do DataLuta, um projeto do Nera (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária). Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/index.php#>> Acesso em 20 de junho de 2011.

²² Artigo “Nossas Bandeiras” disponível em <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>> Acesso em 26 de junho de 2011

²³ Baseado no texto “Nossa Proposta de Reforma Agrária Popular”, disponível em <<http://www.mst.org.br/node/7708>> Acesso em 24 de junho de 2011

educação como instrumento de conscientização e conseqüentemente de libertação, de desalienação, em que cada ser humano é responsável pela superação da realidade opressora²⁴.

A educação é para o MST uma forma de valorização da autonomia e da cidadania camponesa. Assim, dentro do projeto de reforma agrária proposto pelo movimento, a democratização da terra, por si, só não possibilita a transformação social, sendo necessário pensar o “movimento social também como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social” (CALDART, 2001, p. 209).

A grande relevância dada pelo movimento à educação está ligada à preocupação com a continuidade das lutas contra as desigualdades sociais, sendo que cada sujeito do movimento deve compreender que as ações de que fazem parte compõem um projeto de mudança da sociedade.

O MST está presente em todas as regiões do país e, em 25 anos de ações, cerca de 350 mil famílias foram assentadas. Mesmo depois de assentadas, as famílias continuam vinculadas ao MST, em busca de seus direitos, de infraestrutura básica à educação²⁵.

O movimento está organizado em setores/núcleos como Educação, Saúde, Comunicação, Direitos Humanos, Secretaria, Esporte, Cultura, entre outros, que atuam da instância nacional à local, trabalhando por políticas públicas específicas para cada setor.

Dentre as instâncias que permitem a organização do movimento estão a Coordenação Nacional (formada por dois representantes de cada estado, responsável pelo cumprimento das linhas políticas do MST decididas nos eventos nacionais), a Direção Nacional (composta por membros indicados pela Coordenação, que acompanham as atividades dos diversos setores), coordenações e direções estaduais, coordenações regionais, coordenações de assentamentos e acampamentos e grupos de base (SOUZA, 2006).

No entanto, é relevante ressaltar que cada assentamento tem características próprias, dependendo do espaço geográfico em que se encontra das origens dos assentados, da forma como se conquistou aquela terra e das relações que se constroem entre os próprios assentados e entre estes e os moradores da região seja na área rural ou urbana.

Dois grandes espaços das decisões do MST são o Encontro Nacional, que acontece a cada dois anos e o Congresso Nacional, que é organizado a cada cinco anos. A última edição do Congresso Nacional ocorreu em Brasília em junho de 2007, com a palavra de ordem “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”. Nesse encontro foi aprovado o

²⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁵ Informações presentes em <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>> Acesso em 24 de junho de 2011.

novo programa de reforma agrária do MST. Dentre as propostas discutidas no Encontro estiveram o limite às propriedades de terra, desapropriação de latifúndios, combate à empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, o fim do trabalho escravo, a luta contra a violência no campo e a criminalização dos movimentos sociais, preservação das nascentes e matas, desenvolvimento de programas de erradicação do analfabetismo, democratização dos meios de comunicação, articulação entre os movimentos sociais do campo e integração popular latino-americana²⁶.

As palavras de ordem em cada encontro e congresso nacional caracterizam as lutas do MST em determinados períodos e possibilitam acompanhar as prioridades do movimento durante sua história. Observa-se, na cronologia abaixo, primeiramente uma preocupação com a valorização da terra, com a conquista de terras através das ocupações e, a partir de 1995, a preocupação primordial com a compreensão da reforma agrária como um amplo projeto social.

Quadro no. 02 – Palavras de ordem do MST: uma cronologia, 1979- 2007²⁷

Ano	Origem	Palavras de ordem
1979	Campanha da Igreja Católica pela Reforma Agrária	Terra para quem nela trabalha
1984	1º Encontro Nacional	Terra não se ganha, terra se conquista
1985	1º Congresso Nacional	Sem reforma agrária não há democracia Ocupação é a única solução
1990	2º Congresso Nacional	Ocupar, resistir, produzir
1995	3º Congresso Nacional	Reforma agrária: uma luta de todos
2000	4º Congresso Nacional	Por um Brasil sem latifúndio
2007	5º Congresso Nacional	Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular

Essas palavras, assim como os símbolos ligados ao MST, são segundo Fernandes Mançano (2010, p. 184) “indicadores da organicidade do movimento”, presentes em todas as atividades organizadas pelo MST e que, com o decorrer dos anos, fortaleceram sua identidade que é reconhecida nacional e até internacionalmente.

²⁶ Informações presentes no documentário “Lutar Sempre!”, produzido pela Brigada de Audiovisual da Via Campesina.

²⁷ Quadro retirado de CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: editora Unesp, 2010, p. 185.

As palavras de ordem, a bandeira, o hino, a cruz, as ferramentas de trabalho, os alimentos, os livros, os lutadores históricos de causas populares e outros símbolos do MST constituem a linguagem de uma prática política de resistência e contraposição aos discursos oficiais do Estado. No cotidiano das famílias vinculadas ao MST, esses símbolos fazem parte de sua cultura e identidade camponesa, cultura que é reproduzida pela participação em mobilizações comissões, setores e núcleos do Movimento (FERNANDES MANÇANO, 2010, p. 185).

A organização do MST, sua capacidade de reunir experiências de outros movimentos, sua consolidada história e os aprendizados desses mais de 25 anos de atividades, fez com que seu padrão de reivindicações fosse seguido por outros movimentos sociais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), entre outros²⁸.

3.2. Jornal *Sem Terra*

O jornal *Sem Terra* tem como marco de sua primeira publicação o ano de 1981, quando foi criado na cidade de Porto Alegre para ser um canal de comunicação dos acampados da Encruzilhada do Natalino, no Rio Grande do Sul, antes mesmo da fundação nacional do MST. A publicação era mimeografada, contava com cerca de 700 exemplares em formato de boletim e circulava semanalmente entre os militantes do movimento da região sul do país. Em 1985, com a criação da Secretaria Nacional do MST o jornal produzido em *off-set*, passa a circular nacionalmente em formato tablóide.

O jornal nasceu com a intenção de ser um canal de comunicação entre o movimento social, seus militantes e a sociedade civil, sendo um instrumento de formação política não somente para os militantes do movimento, mas para todo o público que apóia de alguma forma as ações do MST²⁹.

De acordo com a jornalista Joana Tavares, que atua no setor de comunicação do MST desde 2007, além de ser um canal de comunicação com a sociedade o jornal nasce na perspectiva de “angariar solidariedade” para as lutas que aconteciam no Rio Grande do Sul. Os objetivos principais da publicação atualmente são “a formação - de temas da questão

²⁸ Sobre o assunto ROSA, Marcelo Carvalho. Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros. In CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: editora Unesp, 2010.

²⁹ Informações retiradas do site do jornal *Sem Terra*: <http://www.mst.org.br>. Acesso em março de 2011 e PASSOS, Adriana Araújo. Compreensão do Jornal Sem Terra pela teoria da ação comunicativa. Universidade Federal de Viçosa, março de 2000. Disponível em < <http://www.extensao-rural.ufv.br/dissertacoes/1999/Adriana%20Ara%C3%BAjo%20Passos.pdf>> Acesso em março de 2011.

agrária quanto da política e da cultura de forma geral - e a informação. Além disso, reforça a identidade interna, registra as lutas e preserva a memória da organização” (TAVARES, 2011).

Sua sede está localizada na cidade de São Paulo e o jornal circula mensalmente com tiragem de 10 mil exemplares, formato tablóide, colorido, com 16 páginas. A publicação é produzida pelo setor de comunicação do MST, que conta com jornalistas e militantes de todo o país, os quais, produzem reportagens também para os outros meios de comunicação do movimento (revista *Sem Terra*, boletim virtual, *site* e outros meios de comunicação dentro dos assentamentos) e atuam na assessoria de imprensa do MST.

O jornal ainda conta com colaboradores que apóiam as causas do movimento, entre eles professores universitários, jornalistas, escritores e militantes de movimentos pela terra na América Latina. A distribuição é realizada gratuitamente dentro dos assentamentos do MST e de outras organizações que trabalham junto ao movimento, como Via Campesina e Consulta Popular, além dos assinantes, sendo que a publicação não é vendida em bancas.

Mensalmente, a equipe de jornalistas se reúne com representantes de diferentes setores do MST, que definem os temas que serão pauta em cada editoria do jornal. As pautas são algumas vezes sugeridas por membros do MST nos estados, sendo que o jornal tem o acompanhamento político da direção do MST. Após a consolidação da pauta, o editor do jornal entra em contato com os colaboradores que, em média, têm duas semanas para entregar sua matéria (TAVARES, 2011).

Por ser uma publicação institucional do movimento, a secretaria nacional do próprio MST o financia, assim o jornal não conta com patrocinadores externos.

3.3. Análise de Conteúdo como método de interpretação do discurso jornalístico

A Análise de Conteúdo vem sendo utilizada desde o século XVII na Suécia para a interpretação dos livros sagrados. O método foi sendo reelaborado no decorrer do tempo e tem como marco de sua maturidade os estudos desenvolvidos por Laurence Bardin na década de 1970 que constatou a importância deste método para diferentes áreas do conhecimento como sociologia, psicologia, ciência política e comunicação (TRIVIÑOS, 1987; BENEDETI, 2009).

As primeiras aplicações do método na comunicação de massa aconteceram no final da década de 1940 por Harold Lasswell³⁰ e foram de caráter quantitativo e positivista, herdeiro da teoria hipodérmica. O método “nasce tributário de uma corrente de pensamento que

³⁰ LASSWELL, Harold. Propaganda Technique in the World War. Massachusetts: MIT Press, 1971. Obra em que o autor analisou propagandas produzidas durante a Primeira Guerra Mundial.

valoriza as ciências exatas como paradigma de cientificidade e estende às ciências sociais critérios de rigidez, linearidade e verificabilidade [...] (BENEDETI, 2009, p. 83).

Lasswell analisou os conteúdos de propagandas difundidas nos Estados Unidos e Europa durante a primeira e segunda guerra mundial. O autor propõe que, para descrever um ato de comunicação, é preciso responder às seguintes perguntas: Quem, diz o quê, por qual canal, a quem, com qual efeito?. A fórmula confirma a “tese de que a iniciativa seja exclusivamente do comunicador, e de que os efeitos se dêem exclusivamente sobre o público” (WOLF, 2008, p. 13).

Nessa abordagem, a comunicação aparece como algo intencional orientado para obter determinados efeitos. A Análise de Conteúdo “é proposta como instrumento para inferir os objetivos de manipulação dos emissores” (WOLF, 2008, p. 13).

As origens da Análise de Conteúdo geraram críticas sobre sua insuficiência em gerar conhecimento crítico, no entanto, este pensamento foi superado com o desenvolvimento de pesquisas que utilizam a Análise de Conteúdo como “uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais” (BAUER, 2007, p.190). Assim, além de suas colaborações, enquanto método essencialmente quantitativo, a Análise de Conteúdo atingiu novas possibilidades ao reunir análise quantitativa e qualitativa colaborando para a interpretação de mensagens, fornecendo informações complementares ao pesquisador e valorizando o contexto de produção dessas mensagens.

Bardin (1977) salienta três momentos do desenvolvimento da Análise de Conteúdo na comunicação: nos anos de 1940 a investigação da propaganda, nos anos de 1950 e 1960 a renovação metodológica e discussões em torno dos aspectos quantitativos e qualitativos e, a partir da década de 1960, a ampliação da metodologia, permitindo diálogos com outros procedimentos e superando a visão da neutralidade científica.

A Análise de Conteúdo segundo Guerra (2006) tem duas dimensões: uma “dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objecto de estudo” (GUERRA, 2006, p. 62).

Bardin (1977) define a Análise de Conteúdo como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN, 1977, p. 21).

A Análise de Conteúdo oscila entre um olhar sobre os aspectos mais facilmente perceptíveis da mensagem e os níveis mais subjetivos, que permitem uma leitura crítica do material ao relacioná-lo com o contexto em que foi produzido. O termo inferência é utilizado na Análise de Conteúdo como uma “operação lógica destinada a extrair conhecimento sobre os aspectos latentes da mensagem analisada” (BENEDETI, 2009, p. 84).

Para Rocha e Deusdará (2006, p. 38) o maior desafio do analista de conteúdo é justamente o de instituir relações entre as estruturas semânticas ou linguísticas do objeto de estudo e as estruturas psicológicas ou sociológicas que envolvem a produção do material.

A materialidade linguística é [...] entendida como algo que indiretamente remete a um outro espaço, a um outro lugar que representaria o foco de interesse do pesquisador: o das condições (psicológicas, sociológicas, etc) em que se produzem os textos submetidos à investigação (ROCHA e DEUSDARÁ, 2006, p. 43).

A qualidade e o potencial crítico de uma pesquisa se definem pela soma de diferentes elementos como o método, as técnicas de investigação, a fundamentação teórica, a contextualização e o empenho do pesquisador no processo que é reflexivo e está em constante superação, compreendendo que “a consciência do processo de construção do campo científico é fruto de um amadurecimento paulatino que se consolida na prática de pesquisa” (BENEDETI, 2009, p. 81).

Neste trabalho utilizar-se-á a Análise de Conteúdo a partir da concepção de unidades temáticas (BAUER, 2007, p. 198), selecionando as matérias publicadas no jornal a partir de termos quantitativos. A análise será realizada a partir da observação de dez edições da publicação no período de um ano (abril de 2010 – abril de 2011). A observação do material será realizada buscando reunir as referências teóricas do trabalho e os questionamentos da pesquisa, relacionados na introdução desta dissertação.

De maneira conclusiva, Bauer (2007), afirma que

Um *corpus* de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve. Sob esta luz, o resultado de uma AC é a variável dependente, a coisa a ser explicada. Textos atribuídos contêm registros de eventos, valores, regras e normas, entretenimento e traços do conflito e do argumento. A AC nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos (BAUER, 2007, p. 192).

3.4. Descrição do percurso metodológico

A Análise de Conteúdo permite uma ampla gama de formas de observação do objeto, no entanto, esta escolha deve ser feita baseada na proposta do trabalho e em sua busca para responder os questionamentos da pesquisa.

Para tanto iniciamos uma observação abrangente de um ano da publicação do jornal *Sem Terra*. Nesta primeira fase da pesquisa, nomeada por Bardin (1977) de leitura flutuante, que “consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 1977, p. 96), foram anotadas características marcantes das manchetes, chamadas de capa, divisões do jornal em seções, títulos, legendas, fontes, créditos e assuntos tratados.

Esta primeira observação, ainda que superficial, permitiu fazer uma primeira seleção do material a ser analisado, reunindo as seções do jornal que foram consideradas relevantes para os objetivos da pesquisa. As seções são: Editorial, Estudo, Entrevista, Estados, Especial e Realidade Brasileira. Tais seções são fixas e aparecem em todas as edições analisadas nas mesmas páginas, portanto, ocupando um espaço já delimitado das publicações.

Compreendendo a relevância dos títulos das matérias em um jornal, por serem o primeiro contato do leitor com os textos, seguimos para uma observação quantitativa registrando as palavras que mais aparecem nas manchetes, chamadas de capa e títulos das matérias dentro das seções escolhidas para serem analisadas.

A leitura das matérias selecionadas permitiu constatar que grande parte delas trazia o conceito de reforma agrária relacionado aos mais diferentes temas. Assim chegamos a uma perspectiva de análise mais eficiente, a análise das matérias que tratam especificamente de reforma agrária, buscando compreender com quais temas o conceito é relacionado e como este conceito fortalece os ideais do MST.

Retomamos a análise quantitativa e verificamos que das 114 matérias (publicadas nas seções já especificadas) reforma agrária aparece em 68 delas. Uma leitura mais atenta dessas 68 matérias permitiu a classificação desse material em contextos concebidos a partir da observação de quais assuntos aparecem diretamente relacionados à reforma agrária nas matérias analisadas. Os contextos são: Política; Educação/Cultura; Alimentação; Direito à terra/ Modelo de produção; Legislação; Comunicação; Igualdade de Gênero; Trabalho; Saúde e Habitação.

Essa divisão em contextos delimitou a análise do jornal, possibilitando uma leitura mais aprofundada do mesmo e permitindo compreender quais significados o conceito de reforma

agrária recebe nas publicações. Como toda leitura de caráter subjetivo esse olhar sobre o objeto é somente uma perspectiva possível de análise.

3.5 Observações sobre o jornal *Sem Terra*

Nessa primeira etapa, a pesquisa construiu uma caracterização geral do jornal a partir de observações sobre as seções, capas, manchetes, linha fina, fontes, créditos e legendas. As seções do jornal aparecem no alto da página e são acompanhadas por uma linha fina referente à matéria principal da página.

A publicação conta com seções fixas: Editorial, Palavra do Leitor e Frase do Mês (página 2), Estudo (página 3), Entrevista (páginas 4 e 5), Estados (páginas 6 e 7), Especial (páginas 8 e 9), Realidade Brasileira (páginas 10 e 11), Internacional (página 12), Lutadores do Povo (página 13), Literatura (página 14) e Balaio (página 15). Além das seções há um caderno chamado *Jornal das Crianças Sem Terrinha*, com quatro páginas, cuja capa é sempre ilustrada por um desenho feito por uma criança assentada. O caderno, na maioria das vezes, trouxe um texto escrito por crianças do MST nas duas páginas centrais. Na contracapa, há uma brincadeira como desenho para colorir e palavra - cruzada e uma seção com dicas de atividades para os educadores realizarem com as crianças.

A seção Editorial em todas as edições analisadas está assinada pela Direção Nacional do MST e traz a perspectiva do movimento sobre alguns assuntos centrais na pauta de discussões do movimento: reforma agrária, criminalização dos movimentos sociais, agronegócio, código florestal, mobilização dos movimentos sociais, políticas públicas para o campo e política nacional.

A seção Palavra do Leitor traz, a cada edição, trechos de cartas e e-mails de leitores sempre apoiando as ações do MST. Já a Frase do Mês, traz uma afirmação de apoio ao MST assinada por personalidades, de atores cinema a pesquisadores.

As páginas de Estudo tratam de assuntos variados como as cirandas infantis, a crise financeira e o conceito de hegemonia em Gramsci, sendo que a seção é marcada por matérias com característica de didatismo, que se propõem a explicar e discutir uma questão específica.

A seção Entrevista utiliza a técnica de entrevista pingue-pongue (pergunta-reposta), com breve texto de abertura apresentando o entrevistado e o tema central da entrevista. Das 10 seções analisadas, apenas duas traziam entrevistas com profissionais não ligados diretamente ao movimento. Em quatro edições, o tema da manchete do jornal foi o mesmo da entrevista. Os temas variam, mas sempre aparecem relacionados a algum tipo de ação do movimento.

A seção Estados traz notícias das ações do MST em diferentes partes do país como marchas, encontros, assembleias, comemorações, ocupações, festas e outras atividades.

A seção Especial adota ilustrações e fotos com textos pequenos, sendo que na maioria das edições observadas, foram publicadas coberturas de atividades de caráter nacional, como a Jornada de Mulheres e a Jornada de Abril.

As duas páginas dedicadas à seção Realidade Brasileira variam bastante de temática, sendo que algumas matérias são coberturas de ações nacionais do MST e outras discutem questões relativas à área rural.

A seção Internacional traz pautas da África, América Latina e Oriente Médio, algumas delas sobre questões atuais, como as revoltas no Egito, outras relembrando assuntos que ainda não estão resolvidos, como as bases militares dos EUA em países da América Latina. Todas as matérias analisadas no período trazem revisões históricas sobre os temas que abordam.

A seção Lutadores do Povo traz artigos biográficos, mostrando vínculos entre a vida de pessoas e os ideais de lutas do MST. Os personagens não são todos conhecidos do grande público, como por exemplo, em abril de 2010, foi publicada a vida de um dos meninos vítima do massacre de Eldorado dos Carajás.

Literatura também é uma página biográfica, ocupada neste período por nomes reconhecidos da literatura brasileira como Mário de Andrade e Graciliano Ramos. Além dos dados biográficos e da constatação de vínculos entre as vidas dos autores e as lutas do MST, a página traz trechos de obras do autor em questão.

A penúltima página do jornal traz a seção Balaio que reúne várias notas sobre datas importantes para os movimentos sociais no mundo todo, trechos de poemas, lançamentos de livros, descrição de ações do movimento, indicação de filmes e frases.

A contra-capas do jornal traz uma grande imagem relacionada a uma campanha do MST, como “Lutar não é crime” ou a produtos relacionados ao Movimento, como a agenda do MST.

As matérias do jornal são em sua maioria assinadas por membros do MST que aparecem associados ao setor ou núcleo em que atuam como Setor de Direitos Humanos, Setor de Comunicação, Coordenação Nacional, Coletivo de Cultura e assim por diante. As matérias que não são assinadas por pessoas ligadas diretamente ao Movimento são de intelectuais conhecidos nacionalmente e que mantém vínculos ideológicos com o Movimento como Frei Betto e Altamiro Borges ou de professores e alunos de universidades públicas do país. Há também matérias assinadas por jornalistas do *Brasil de Fato*, membros do Partido dos Trabalhadores, representantes de entidades como Consulta Popular, Via Campesina Brasil,

CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Uneafro (União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora).

As fontes entrevistadas no jornal são, em sua maioria, membros do MST apresentadas pelo setor ou núcleo em que atuam dentro do Movimento.

Sobre as legendas observamos que, na grande maioria do jornal, não são descritivas, referem-se ao tema do artigo e não propriamente ao que as fotos estão mostrando.

A capa do jornal traz em seis das 10 edições analisadas uma manchete que não leva a uma reportagem específica, mas traz o assunto principal daquela edição que pode aparecer em uma ou mais seções da publicação. Apenas uma edição não tem manchete, somente uma grande foto vinculada a uma das matérias que aparecem entre as chamadas. O modelo da capa varia pouco: a maioria das edições analisadas traz uma grande foto e duas ou três chamadas.

Optamos por denominar os textos publicados de “matérias”, pela dificuldade em diferenciá-los em reportagens, artigos e notícias, já que grande parte dos textos traz adjetivações, são mais analíticos que informativos e utilizam-se de poucas fontes.

3.6. Análise dos títulos, manchetes e chamadas de capa

A partir da primeira observação do jornal optamos por analisar somente as matérias de cunho nacional e não analisar as sessões Lutadores do Povo e Literatura por serem essencialmente biográficas e conterem poucos elementos para a análise em questão e também por não observar a sessão Balaio, porque não traz matérias, mas, notas sobre lançamentos de livros, publicações de poesias e trechos de textos literários e datas comemorativas.

Foram observadas os títulos, manchetes e chamadas de capa referentes às seções a serem analisadas: Editorial, Estudo, Entrevista, Estados, Especial e Realidade Brasileira, somando 114 títulos e 29 manchetes e chamadas de capa. As expressões mais frequentes são:

Quadro no. 03 – Palavras mais frequentes nas manchetes, chamadas de capa e títulos

1- Luta/lutar/lutas	18 vezes
2- MST	16 vezes
3- Reforma agrária	6 vezes
4- Sem Terra	5 vezes
5- Agricultura/agrícola/agricultor	4 vezes

3.6.1. Luta/lutar/lutas

As palavras luta/lutar/lutas aparecem relacionadas a manifestações já realizadas, enfatizando as reivindicações já conquistadas em tom, na maioria das vezes eufórico, e também estão relacionadas à organização de novas frentes de reivindicação e ao fortalecimento das bandeiras do Movimento, como é possível observar na seleção abaixo:

Quadro no. 04 – Seleção de manchetes, chamadas de capa e títulos com as palavras luta/lutar/lutas

1- “Mobilizações em 20 Estados marcam luta das mulheres” (manchete, abril, 2010)
2 - “Lutar não é crime” (título seção Editorial, abril, 2010)
3- “Luta em defesa do Código Florestal” (título seção Editorial, junho, 2010)
4- “Juventude que ousa lutar” (manchete, julho/agosto, 2010)
5- “Saúde é a capacidade de lutar contra tudo que nos oprime” (título seção Entrevista, outubro, 2010)
6- “Unidade da classe trabalhadora abre perspectivas de lutas” (título seção Especial, outubro, 2010)
7- “Os desafios para a luta em tempo de descenso” (chamada de capa, janeiro, 2011)
8- “A luta dentro e fora da ordem, por Ademar Bogo” (chamada de capa, fevereiro, 2011)

A primeira manchete refere-se à edição de abril de 2010, que leva a uma matéria no interior do jornal, que também traz a palavra luta em seu título: “Mulheres organizadas, luta fortalecida”, publicada na seção Especial, que descreve de maneira concisa as mobilizações das mulheres da Via Campesina em 20 estados brasileiros, durante o mês de março, na “Jornada de lutas contra o agronegócio e contra a violência: por reforma agrária e soberania alimentar”. As manifestações aparecem como uma forma de demonstrar a organização e a força do movimento das mulheres dentro do MST, as quais, além de reivindicarem a reforma agrária em seu mais amplo sentido, defendem também bandeiras específicas do movimento das mulheres.

Esta descrição das atividades do MST em que a palavra luta aparece em destaque pode ser observada também em outras edições como em junho de 2010, quando há uma matéria sobre as manifestações que aconteceram no mês de maio. Na edição de fevereiro/ março também há uma matéria descritiva sobre a jornada de luta das mulheres com o título “Jornada de Luta das Mulheres 2011”.

O segundo título refere-se a um editorial que discute as tentativas de criminalização dos movimentos sociais, a concentração de terras no Brasil e a dificuldade em avançar na reforma agrária do país.

Os impactos da política agrária brasileira sobre o meio ambiente é o tema do terceiro título selecionado, que trata das empresas que têm certificações falsas de sustentabilidade ambiental, o agronegócio e a disputa política sobre a reforma do código florestal brasileiro.

A manchete “Juventude que ousa lutar” refere-se à matéria “Agosto é mês de lutas” publicada na seção Especial que traz informações sobre o projeto de reforma agrária em linguagem voltada para os jovens do movimento, enfatizando a importância da participação dos jovens na conquista da reforma agrária.

O quinto título é de uma entrevista sobre o setor de saúde do MST, em que a luta pela saúde aparece como uma das prioridades da reforma agrária ligada à produção de alimentos saudáveis, à qualidade de vida e o acesso à serviços de saúde específicos para o meio rural.

A matéria “Unidade da classe trabalhadora abre perspectivas de lutas” traça 27 propostas divididas em Política Econômica, Problemas Sociais, Agricultura e Bens da Natureza e Sistema Político Mais Democrático, apresentadas como pautas em comum entre diferentes movimentos da classe trabalhadora.

A chamada de capa “Os desafios para a luta em tempo de descenso” refere-se à matéria publicada na seção Realidade Brasileira com o título “O descenso e a luta do MST” que traz uma entrevista com membro da coordenação nacional do MST sobre os desafios contemporâneos do Movimento, em que a reforma agrária aparece como uma proposta que é insustentável se for limitada apenas aos membros dos movimentos sociais de luta pela terra, tendo que abranger os interesses de toda a sociedade.

A oitava chamada de capa selecionada nesta análise refere-se à artigo do membro da coordenação nacional do MST, Ademar Bogo chamada “Luta de classes e institucionalidade”. O autor explica de maneira simples algumas das principais ideias do pensador italiano Antônio Gramsci, enfatizando a necessidade de lutar contra as forças hegemônicas.

A alta incidência dos termos luta, lutar e lutas nas chamadas de capa e títulos do jornal revela o intuito militante do mesmo, já que essas palavras aparecem como forma de chamar a atenção dos leitores do jornal para a importância de continuar defendendo os ideais do movimento.

3.6.2. MST

A sigla MST aparece em títulos referentes à matérias que tratam de diferentes assuntos como matérias que descrevem conquistas do movimento, projetos em desenvolvimento, reflexões sobre os valores do movimento e reivindicações, como é possível ver no quadro:

Quadro no. 05–Seleção de títulos, chamadas de capa e manchetes que trazem o termo MST

1- “As Cirandas Infantis no MST” (título seção Estudo, abril, 2010)
2- “MST finca bandeira na Mostra de Teatro do Oprimido” (título seção Estados, maio, 2010)
3- “Desafios da cultura do MST” (título seção Estudo, junho, 2010)
4- “A importância da escola para a juventude do MST” (título seção Especial, julho/agosto, 2010)
5- “Nota do MST ao povo brasileiro” (título seção Editorial, outubro, 2010)
6- “Escola do MST tem a melhor nota do Enem 2009” (título seção Estados, outubro, 2010)
7- “MST de Minas Gerais amplia ação na Região Metropolitana” (título seção Estados, outubro, 2010)
8- “Polícia de Pernambuco é condenada por outdoors contra MST” (título seção Estados, janeiro, 2011)
9- “MST realiza encontro em berço do latifúndio” (título seção Estados, fevereiro/março, 2011)

O primeiro parágrafo da matéria “As Cirandas Infantis no MST” relaciona a concentração de terras e riquezas no país com a perda da infância para o mundo do trabalho, enfatizando a relevância das Cirandas Infantis dentro dos assentamentos para a valorização da infância. A matéria ainda apresenta dados sobre educação infantil da Pesquisa Nacional das Áreas de Reforma Agrária (PNERA) de 2004, que revelam a insuficiência de escolas no campo.

O segundo título selecionado refere-se à matéria “Mostra de Teatro do Oprimido de Ponto a Ponto – Encontros e Práticas no Pelourinho” que aconteceu em Salvador- Bahia. Outras matérias com a sigla MST no título aparecem nas edições analisadas como em julho/agosto de 2010 em que a seção Estados publicou uma nota sobre a história das ocupações no Mato Grosso com o título “Parabéns MST-MT pelos 15 anos de luta” e em novembro de 2010 na matéria “Curso discute o papel da educação infantil no MST” que descreve curso para educadores infantis dos assentamentos da região Nordeste que aconteceu em outubro de 2010. Em janeiro de 2011 a matéria “MST monta Feira no Rio de Janeiro”, publicada na seção Estados, cobre a Feira de produtos dos assentamentos que aconteceu na capital carioca.

O título “Desafios da cultura do MST” se refere a um artigo assinado pelo Coletivo de Cultura do MST que discute o papel do coletivo e a valorização da cultura do campo e da capacidade criadora dos camponeses.

“A importância da escola para a juventude do MST” remete a uma matéria de duas páginas sobre diversos assuntos ligados à juventude do Movimento e uma entrevista com integrante da coordenação estadual do MST do Pará e do Coletivo estadual de educação e cultura.

A matéria intitulada “Escola do MST tem a melhor nota do Enem 2009” trata de uma escola rural ter sido destaque no Enem 2009 (Exame Nacional do Ensino Médio) em Santa Catarina.

“MST de Minas Gerais amplia ação na Região Metropolitana” relata ocupações no estado de Minas Gerais e as dificuldades em assentar as famílias acampadas.

O oitavo título selecionado, “Polícia de Pernambuco é condenada por outdoors contra MST”, trata da decisão do Ministério Público de Pernambuco de obrigar a Associação dos Oficiais, Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar/ Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (AOSS) a veicular mensagens em defesa dos direitos humanos e da reforma agrária, após eles terem promovido outdoors contra os Sem Terra.

A sigla do MST aparece relacionada ou a valorização de atividades realizadas pelo movimento, como a matéria que trata de escola rural que obteve nota alta no Enem, ou ao descaso do Estado em relação às lutas do movimento, como os empecilhos para assentar famílias em Minas Gerais. Constata-se, a partir dessa breve observação, que os problemas do movimento aparecem relacionados à insuficiência de políticas públicas para o campo, não sendo discutidos como dificuldades da própria organização.

3.6.3. Reforma Agrária

Quadro no. 06 – Seleção de manchetes, chamadas de capa e títulos que trazem o conceito reforma agrária

“Os novos ataques dos velhos inimigos da Reforma Agrária” (chamada de capa, maio, 2010)
“Reforma agrária parada, trabalhadores em movimento” (título seção Especial, maio, 2010)
“CPMI contra Reforma Agrária depende do Senado para ser encerrada” (título seção Realidade Brasileira, outubro, 2010)
“Alagoas celebra 11ª Feira da Reforma Agrária” (título seção Estados, outubro, 2010)
“A assistência técnica na perspectiva da Reforma Agrária” (chama de capa, novembro/dezembro, 2010)
“Quinze anos depois, e nada de Reforma Agrária” (título seção Especial, abril, 2011)

A chamada de capa e o título, selecionados da edição de maio de 2010, referem-se à matéria publicada na seção Especial que faz uma cobertura das manifestações e ocupações durante o Abril Vermelho que teve como lema “Lutar não é crime” para contrapor a criminalização dos movimentos sociais.

“CPMI contra Reforma Agrária depende do Senado para ser encerrada” trata-se de uma nota sobre a tentativa da senadora Kátia Abreu de prorrogar a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar o MST, com falas de membro da direção nacional e de deputado do PT, não trata sobre o que é a CPMI, parece partir do pressuposto de que o leitor já está acompanhando a discussão.

O título “Alagoas celebra 11ª Feira da Reforma Agrária” refere-se a uma pequena matéria sobre a 11ª Feira da Reforma Agrária, evento anual que acontece em Alagoas.

A chamada de capa “A assistência técnica na perspectiva da Reforma Agrária” é uma referência à matéria “O papel da assistência técnica nos assentamentos” que faz uma revisão histórica da ausência de assistência técnica aos assentados, explicando a lei de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) e cobrando políticas públicas para a autonomia dos trabalhadores rurais.

A matéria “Quinze anos depois, e nada de Reforma Agrária” traz depoimentos de personalidades sobre o massacre de Eldorado de Carajás, um texto explicativo sobre a impunidade dos culpados pelo massacre, um quadro com cobranças em relação a promessas do governo federal e um texto apontando as principais propostas do MST para melhorar a situação dos trabalhadores rurais, divididas em três eixos: Terra, Assentamentos e Educação.

Os títulos analisados tratam de matérias que relacionam a reforma agrária a assuntos que aparentam ter grande relevância para o movimento: criminalização dos movimentos sociais, organização dos militantes, produção de alimentos, justiça social e propostas políticas em diferentes áreas.

3.6.4. Sem Terra

O termo Sem Terra é utilizado nos títulos das matérias do jornal como sinônimo de membro/ativista do movimento. As matérias tratam de conquistas dos militantes, de um encontro de educadores e de dois assassinatos em foi comprovada a culpabilidade da polícia, o que o jornal associa a uma política de criminalização dos movimentos sociais.

Quadro no. 07 – Seleção de manchetes, chamadas de capa e títulos que trazem o conceito Sem Terra

“Sem Terra ocupam símbolo do latifúndio do café” (título seção Estados, abril, 2010)
“Sem Terra recebem medalha de Direitos Humanos” (título seção Estados, maio, 2010)
“Educadores Sem Terra se reúnem na Bahia” (título seção Estados, julho/agosto, 2010)
“Família de Sem Terra morto pela Brigada Militar irá receber pensão” (título seção Estados, julho/agosto, 2010)
“Trabalhadores Sem Terra são libertados na Bahia” (título seção Estados, setembro, 2010)

O título “Sem Terra ocupam símbolo do latifúndio do café” refere-se a uma pequena matéria que descreve ocupação realizada no estado de Minas Gerais. O título “Sem Terra recebem medalha de Direitos Humanos” também refere-se à uma nota sobre militantes do movimento que foram homenageados com a 22ª Medalha Chico Mendes.

A matéria “Educadores Sem Terra se reúnem na Bahia” descreve o 16º Encontro Estadual de Educadoras e Educadores do MST.

O título “Família de Sem Terra morto pela Brigada Militar irá receber pensão” refere-se a uma nota sobre pensão que família de assentado vai passar a ganhar pelo assassinato cometido em 2009 durante reintegração de posse em fazenda no Rio Grande do Sul. O título “Trabalhadores Sem Terra são libertados na Bahia” também refere-se a uma nota que trata da libertação de oito militantes presos em emboscada montada pelas polícias militar e civil na Bahia.

O termo Sem Terra aparece associado à identidade dos participantes do MST e em todas as matérias do período está relacionada à conquistas coletivas, mesmo na matéria que trata das premiações de trabalhadores a homenagem é vinculada às atuações do movimento.

3.6.5. Agricultura/agrícola/agricultor

Por se tratar de um jornal vinculado a um movimento cuja reivindicação principal é a terra, pautas sobre agricultura são recorrentes na publicação. Ao observar os títulos pudemos constatar que as matérias estão relacionadas a proposta de agricultura do MST, a agroecologia e sua preocupação com a postura do governo, denunciada como de apoio ao agronegócio.

Quadro no. 08 – Seleção de manchetes, chamadas de capa e títulos que trazem as palavras agricultura/ agrícola/agricultor

“Participação feminina na cooperação fortalece prática de uma nova agricultura” (título seção Entrevista, abril, 2010)
“Pedagogos, técnicos agrícolas e educadores de Ensino Médio vivem em assentamentos de 53 municípios” (título seção Estados, abril, 2010)
“Assentados e pequenos agricultores criam cooperativas de suco” (título seção Estados, novembro/dezembro, 2010)
“O Brasil é uma economia agrícola subalterna” (título seção Entrevista, janeiro, 2011)

O primeiro título do quadro trata-se de uma entrevista com assentada do Rio Grande do Sul que coordena uma cooperativa que reúne 12 famílias assentadas. Na entrevista discute-se reforma agrária, agroecologia, cooperação agrícola, participação das mulheres nas cooperativas, comercialização de produtos agrícolas e o papel da mulher no MST.

“Pedagogos, técnicos agrícolas e educadores de Ensino Médio vivem em assentamentos de 53 municípios” trata da formatura de assentados ligados a cinco movimentos sociais de luta pela terra.

“Assentados e pequenos agricultores criam cooperativas de suco” é o título de uma nota que descreve atividades de cooperativa do MST no Rio Grande do Sul.

A entrevista com o engenheiro agrônomo e cientista social Horácio Martins de Carvalho intitulada “O Brasil é uma economia agrícola subalterna” discute a organização do agronegócio e a posição do Brasil na produção mundial.

Temas como alimentação orgânica, agricultura familiar e agroecologia estão presentes nas quatro matérias salientando a proposta do movimento para o uso da terra.

3.7. Reforma agrária nas matérias do jornal *Sem Terra*

Constatamos que a análise das manchetes, chamadas de capa e títulos, apesar de ter sido relevante por permitir um olhar abrangente sobre a publicação, era insuficiente para compreender de maneira mais aprofundada o jornal. A observação dos títulos e sobre quais assuntos as matérias estão tratando permitiu a concepção da hipótese de que a reforma agrária aparece como conceito central no jornal *Sem Terra*. Assim partimos para a segunda fase da análise verificando a relevância dada ao conceito de reforma agrária nas publicações, tanto quantitativamente quanto qualitativamente.

Quantitativamente o conceito de reforma agrária aparece em 68 das 114 matérias observadas, relacionado aos mais diferentes assuntos. Para destacar como o tema da reforma agrária é tratado, apresentamos os seguintes contextos observados a partir da relação direta entre reforma agrária e distintos temas, no conjunto do *corpus*:

1 – Política - matérias que tratam de políticas governamentais relacionadas à reforma agrária e quando o conceito de reforma agrária apareceu como um outro modelo para a sociedade, uma proposta de superação das desigualdades sociais. O contexto tem matérias que envolvem diversas temáticas em um único texto, impossibilitando a concepção de uma categoria mais específica;

2- Educação/ Cultura – escolas nos assentamentos, Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), educação e permanência da juventude no campo, seminários, encontros de educadores, música, Instituto de Educação Josué de Castro, Festa do Carro de Boi e Semana Amazônica de Cultura Brasileira;

3- Alimentação – sobre produtos da reforma agrária, cooperativas, uso de agrotóxicos e agroecologia, comercialização e doação de alimentos e feiras de alimentos;

4 - Direito à terra/ modelo de produção- ocupações, assentamentos, plebiscito popular pelo limite da propriedade da terra, democratização da propriedade da terra, desapropriação de latifúndios e terras públicas utilizadas ilegalmente por empresas, assistência técnica aos assentamentos e agricultura familiar;

5- Legislação - leis de concessão do uso da terra, títulos de domínio e concessão de uso da terra, leis para renegociação de dívidas rurais, PEC (Proposta de Emenda Constitucional) do trabalho escravo, limites de terras para estrangeiros, artigo 184 da Constituição Brasileira (terra deve cumprir função social);

6- Comunicação – meios de comunicação de massa e MST, ações de propaganda dos jovens do MST e outdoors contra o MST;

7- Igualdade de Gênero – reforma agrária como item da pauta de discussões nas mobilizações das mulheres em abril de 2010 e abril de 2011;

8- Trabalho – movimento operário e apoio do MST;

9 - Saúde- reforma agrária associada ao setor de saúde do MST;

10 - Habitação – crédito para construção de casas nos assentamentos.

Quadro no. 09 - Números de matérias em cada contexto temático

Contextos	Número de matérias
1- Política	23
2-Educação /Cultura	12
3- Alimentação	9
4-Direito à terra / modelo de produção	9
5-Legislação	5
6-Comunicação	4
7-Igualdade de Gênero	3
8 –Trabalho	1
9 –Saúde	1
10-Habitação	1

Esta tentativa de organização quantitativa não visa limitar o olhar sobre o objeto, mas aprofundar-se nos diversos sentidos que o conceito de reforma agrária ganha na publicação e como este se relaciona com os temas de cidadania.

Vamos, a partir de agora, examinar as formas pelas quais os textos incluem o tema da reforma agrária nos contextos temáticos identificados.

3.7.1. Política

O contexto Política é o mais complexo de ser analisado pela variedade de temas que abrange. São matérias que reúnem em um mesmo texto diferentes assuntos, sem destacar um especificamente, explicitando a reforma agrária como sinônimo do amplo projeto político e social do MST. Nesta categoria também estão as matérias que tratam de política governamental como as posições da UDR (União Democrática Ruralista) e políticas de reforma agrária dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio da Silva e Dilma Rousseff.

Das 10 edições analisadas, sete matérias da seção Editorial estão nesta categoria, diante dessa observação, optamos por subdividir este contexto em seção Editorial e demais seções. Os editoriais caracterizam-se por apresentarem a posição do Movimento diante de ações da política nacional como é possível constatar nos seguintes trechos, escolhidos para exemplificação, por serem os mais significativos:

Quadro no. 10 - Trechos selecionados no contexto Política (seção Editorial)

<p>“[...] a Reforma Agrária está parada. São 90 mil famílias acampadas em todo o Brasil em péssimas condições de vida [...]. Não existe política para o desenvolvimento dos assentamentos instituídos [...]” (editorial “Lutar não é Crime”, abril, 2010)</p>
<p>“Vamos também manifestar que organizar e lutar pela Reforma Agrária não é crime. Crime é envenenar o nosso solo com agrotóxicos [...] Crime é deixar impunes os assassinos dos massacres de Carajás e Felisburgo [...]” (editorial “Lutar não é Crime”, abril, 2010)</p>
<p>“[...] devemos continuar pressionando o governo a realizar a Reforma Agrária, já que o Estado tem os instrumentos necessários para enfrentar o latifúndio improdutivo, desapropriar as terras e transformá-las em assentamentos, com as condições para produção de alimentos e comercialização, geração de renda e educação gratuita e de qualidade. Para isso o Estado precisa reconsiderar suas prioridades, para ser capaz de atender as demandas de quem de fato necessita de apoio para produzir no campo” (editorial “CNA, a nova cara da UDR”, maio, 2010)</p>
<p>“Mesmo que o governo torture os números para tentar justificar uma política de assentamentos localizada, ainda está muito longe de apresentar uma verdadeira Reforma Agrária [...]” (editorial “CNA, a nova cara da UDR”, maio, 2010)</p>
<p>“É consenso entre as nossas organizações que é importante eleger o maior número de deputados progressistas, favoráveis à Reforma Agrária e a um outro modelo de desenvolvimento para a agricultura, inclusive para contrapor a bancada ruralista no Congresso, uma das principais ferramentas da criminalização dos nossos movimentos” (editorial “Eleições não apontam mudanças profundas”, julho/agosto, 2010)</p>
<p>“Vivemos um momento de campanhas eleitorais e apresentação de programas dos candidatos. Diante disso, os movimentos sociais precisamos <i>[sic]</i> apresentar suas demandas ao Parlamento e aos governos, na busca de garantir que a Reforma Agrária seja tratada como prioridade” (editorial “Por novas políticas para o campo”, setembro, 2010)</p>
<p>“[...] na agricultura, o governo e o ano de 2010 terminaram com o fortalecimento do agronegócio e a paralisia na Reforma Agrária” (editorial “É preciso desmascarar o agronegócio”, janeiro, 2011)</p>
<p>“Sejamos criativos e sigamos organizando as diversas lutas [...] pautando na sociedade a importância e necessidade de Reforma Agrária [...]. Buscando mudanças estruturais para o Brasil, que garantam direitos sociais e avanços significativos [...]” (editorial “É tempo de seguir organizando o povo”, fevereiro/março, 2011)</p>
<p>“Passados 15 anos do Massacre [Eldorado do Carajás], o campo brasileiro está marcado por profundas transformações, com o avanço do agronegócio, com a falta de uma política de Reforma Agrária e ao mesmo tempo, um conjunto de leis que impedem o avanço dos direitos da classe trabalhadora” (editorial “Violência e Impunidade”, abril, 2011)</p>

Dentre os editoriais analisados o que mais se destaca pela abrangência de temas tratados é o texto publicado na edição de setembro de 2010, com o título “Por novas políticas para o campo”. O texto apresenta sete propostas políticas ao Estado para a implementação da reforma agrária que podem ser observadas nos seguintes trechos:

Quadro no. 11 - Trechos da matéria “Por novas políticas para o campo”

1- “Desmontar o ‘entulho autoritário’ criado no governo Fernando Henrique Cardoso, ainda existente no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e nos bancos públicos [...]”
2- “Criação de um novo crédito para os assentamentos. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um crédito com sérias limitações para os assentados [...]”
3- “Melhorar os programas de assistência técnica e extensão rural, que devem ficar a serviço dos assentados [...]”
4- “[...] criação de agroindústrias cooperativadas de médio porte, que ajudem a aumentar a renda das famílias beneficiadas, gerando empregos para jovens”
5- “Avanço nas políticas públicas para educação. Hoje temos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que é um programa importante, mas é necessária a construção de escolas de qualidade nos assentamentos [...]”
6- “Mudança profunda na estrutura do Incra [...]”
7- “Fortalecimento do programa de comercialização da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) [...]”

A primeira proposta deixa clara uma visão negativa em relação à gestão de FHC, o trecho citado ganhou destaque como “olho” na diagramação da matéria. Ainda percebe-se uma preocupação especial com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que também aparece na proposta número seis.

A melhora de programas governamentais já existentes é outro ponto que pode ser destacado, Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) são criticados no trecho destacado. Outro tema em destaque é a manutenção dos assentamentos: as propostas três e quatro revelam a necessidade de geração de empregos e de formas de manter os jovens atuantes nos assentamentos. Educação e Alimentação também recebem propostas específicas.

Em relação às demais matérias analisadas no contexto temático Política, os principais temas foram as Jornadas de Abril, que tanto nos textos de 2010 quanto em 2011, apresentaram as propostas do Movimento para a reforma agrária (revisão dos índices de produtividade, reestruturação do Incra, infraestrutura para os assentamentos, programas de sustentabilidade dos assentamentos, educação, entre outros temas). Duas matérias sobre a bancada ruralista, uma sobre eleições de 2010, duas com cobranças de políticas públicas para reforma agrária, uma relacionando a falta de reforma agrária à problemas sociais e ambientais e três matérias em que a reforma agrária aparece como objetivo principal do MST.

Em relação à Jornada de Abril, matéria publicada em abril de 2010 com o título “O que queremos na nossa Jornada” traça cinco principais cobranças do MST ao Estado, salientando

que a reforma agrária é indispensável para a transformação social e invocando a sociedade para os ideais de reforma agrária apresentados pelo Movimento. Os cinco pontos apresentados são: “Atualização dos índices de produtividade”- o texto não deixa claro o que são esses índices, apenas afirma que este é um compromisso que o governo assumiu e que não foi cumprido; “Orçamento do Incra para a Reforma Agrária” – sobre a diminuição do orçamento voltado para as terras desapropriadas e a necessidade de um complemento orçamentário (os números giram em torno de R\$190 milhões e R\$1,3 bilhões); “Assentamento das famílias acampadas do MST” – este item traz subitens com números de famílias acampadas e como priorizar as terras para assentamentos; “Crédito para Implantação”- sobre créditos de fomento aos assentados e papel do Incra, as melhorias nesse item são salientadas como vitórias do MST; “Crédito de investimentos e custeio”- sobre linha de crédito específica para os assentados e cobranças na regulamentação do Programa de Assistência Técnica e do Pronera.

Na edição de maio de 2010, as páginas centrais do jornal destinadas à seção Especial trazem o título “Reforma Agrária parada, trabalhadores em movimento”. As páginas contêm seis fotos grandes sem legendas que representam as ações do MST durante a Jornada de Abril em diferentes Estados do país. O texto de abertura traz os números de manifestações e ocupações que aconteceram durante o mês de abril e reitera o debate da edição anterior sobre as principais propostas colocadas pelo MST ao governo federal.

Na mesma edição a seção Realidade Brasileira traz a matéria “A tática do latifúndio em ano eleitoral” que apresenta as medidas da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), presidida por Kátia Abreu, contra os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Após o insucesso da CPMI contra a reforma agrária, a Confederação lançou a campanha “Vamos tirar o Brasil do Vermelho- Invasão é Crime” em que acusa os movimentos sociais de violência e defende o Plano Nacional de Combate às Invasões. A matéria traça em um *box* as intenções do agronegócio, em que o objetivo principal é combater a realização da Reforma Agrária.

Assim, a reforma agrária aparece como um “campo de batalha” entre os interesses dos movimentos sociais e os interesses dos fazendeiros e da bancada ruralista no Congresso, que ganha relevância especial em ano eleitoral. A palavra eleições aparece como um dos subtítulos da matéria, colocando que essa campanha da Confederação é uma plataforma para conseguir votos para os setores políticos conservadores. O nome de José Serra, candidato à presidência da República na época pelo PSDB, aparece relacionado ao Plano Nacional de Combate às Invasões. A matéria deixa, assim, explícito o nome de Serra como um dos governantes do setor conservador, assim como a senadora pelo DEM, Kátia Abreu.

A temática da CPMI contra a reforma agrária aparece novamente em uma pequena matéria da seção Realidade Brasileira em outubro de 2010, em que a CPMI é apresentada como uma estratégia para conseguir votos nas eleições. A matéria de maio explica melhor do que se trata a CPMI, com falas de dois entrevistados, um deputado do PT relator da CPMI que afirma que “não há desvio de dinheiro público para a ocupação de terra no Brasil” e um membro da direção estadual do MST, que coloca que a CPMI é uma forma de criminalização dos movimentos sociais.

A bancada ruralista ainda é tema de matéria de fevereiro/março de 2011 intitulada “A bancada do agronegócio: quem são eles?”, que, em tom didático, explica quantos são os deputados e senadores ligados à bancada, quais são seus interesses e, diante desses parlamentares, a importância dos movimentos sociais e sindicatos para defender o cumprimento da reforma agrária.

A seção Especial da edição de julho/agosto sob o título “Agosto é mês de lutas” fala de ações políticas voltadas e organizadas pelos jovens do movimento. As duas páginas trazem vários quadros apresentando assuntos diferentes: um conjunto de ações de propaganda da Via Campesina, sugestões de temas de debates para os jovens, valores da juventude do MST, sinônimos de reforma agrária e Programa de Reforma Agrária Popular.

Um trecho que se destaca nessa página é o quadro “Nossos Valores”, um *box* com qualidades que o jovem do movimento deve ter, demonstrando uma preocupação especial do MST com a manutenção do quadro de jovens do Movimento, trechos do *box* são reproduzidos abaixo:

Quadro no. 12 – Trecho da matéria “Agosto é mês de lutas”

- Gostar de ser e estar no meio do povo [...]
- Desenvolver a capacidade individual de fazer leitura e análise da realidade local [...]
- Gostar de estudar e pesquisar
- Espírito de companheirismo, de solidariedade, de desprendimento dos bens materiais.
- A firmeza e a coerência ideológica [...]
- Acreditar que as mudanças profundas nascem, crescem e acontecem somente através do povo organizado [...]
- Ser exemplo no trabalho [...] na prontidão para as tarefas mais árduas do cotidiano

A matéria “Agosto é mês de lutas” tem características didáticas. O autor (não há assinatura) busca convencer os jovens a trabalharem pelo movimento, a se envolverem com as

atividades já existentes e criar novas atividades. Para buscar esse vínculo com os jovens, a reforma agrária é explicada de maneira ampla como sinônimo de transformação social, que envolve alimentação, trabalho, educação, preservação do meio ambiente e tantos outros temas.

Em setembro de 2010, na entrevista “As nossas propostas para o campo brasileiro” realizada com um integrante da coordenação nacional do MST a reforma agrária aparece como uma proposta fundamental para a transformação da sociedade: “A Reforma Agrária nunca foi tão necessária. Crises econômicas, desemprego no campo, cidadania e ações sociais são só alguns dos itens em que a reforma agrária se coloca como política estruturante”. A reforma agrária aparece como parte de um grande projeto de transformação social. No entanto, as ações necessárias para a aplicação desse projeto estão restritas ao campo.

Na edição de janeiro de 2011, a matéria “Novembro de lutas por justiça social e soberania popular” há o relato de manifestações do MST no estado de Alagoas. A reforma agrária aparece ligada à mobilizações de cobrança de políticas públicas para os assentamentos.

Na mesma edição, a seção Realidade Brasileira traz uma entrevista com membro da Coordenação Nacional do MST sobre as perspectivas de lutas do Movimento. A resposta para a pergunta “Como colocar a necessidade da Reforma Agrária hoje?” demonstra a relação que o Movimento busca criar com a sociedade, ao propor discussões sobre a reforma agrária. A resposta está transcrita no quadro abaixo.

Quadro no. 13 – Trecho da matéria “Novembro de lutas por justiça social e soberania popular”

“Temos o desafio de ressignificar a Reforma Agrária. Se a sociedade brasileira e mundial quiser um modelo que use os recursos naturais – a água, o solo, a biodiversidade, os minerais – para fazer o que está fazendo hoje, o agronegócio resolve a situação e não precisa mais de Reforma Agrária. Outra pergunta que precisa ser feita é se a sociedade quer continuar consumindo produtos cheios de agrotóxicos e agroquímicos. Agora, se a sociedade quer comer outro tipo de comida e dar outro uso ao solo e aos recursos naturais, então a Reforma Agrária passa a ser uma das coisas mais modernas na atualidade. Mas ela não depende mais do MST, depende da sociedade brasileira. Temos que fazer um debate: que tipo de modelo de agricultura, que tipo de comida e que tipo de paradigma tecnológico vamos querer. Dependendo do resultado desse debate, a Reforma Agrária vai estar ou não no centro das atenções. Conjunturalmente, ela está fora. A campanha presidencial não pautou, o governo não pauta, a imprensa não pauta, o Estado não pauta, nós temos pouca força para pautar. Mas ela é moderna porque coloca o tema numa perspectiva de mudança do modelo agrícola, da forma de produzir”

Tal resposta chama a atenção porque coloca a questão da reforma agrária como um amplo projeto que não pode estar apenas nos ideais dos movimentos sociais, mas que só será possível com um envolvimento de toda a sociedade. Assim, parece que o projeto da reforma agrária, apesar de sua complexidade por si só não vai ser responsável pela transformação da sociedade como um todo, ela tem que estar associada a outras políticas sociais e a uma mudança de certos paradigmas relacionados ao próprio capitalismo.

A seção Realidade Brasileira de fevereiro/março de 2011 traz um artigo assinado por Frei Betto sobre as consequências das chuvas no Rio de Janeiro e em São Paulo, comparação com políticas de prevenção de catástrofes em outros países e código florestal. O Estado aparece como um dos principais culpados pelas catástrofes: “O ecocídio da região serrana fluminense tem culpados. O principal deles é o poder público, que jamais promoveu Reforma Agrária no Brasil”.

A edição de abril de 2011 traz duas matérias que se enquadram no contexto Política: a matéria da seção Especial sobre o massacre de Eldorado de Carajás e na seção Realidade Brasileira sobre mudanças no Incra.

A matéria da seção Especial “Quinze anos depois, e nada de Reforma Agrária” é dividida em vários quadros. Um deles traz fotos e depoimentos de personalidades sobre o massacre de Carajás com o nome “A indignação não é só nossa...”. Outro quadro traz a afirmação de que o governo Lula não cumpriu a pauta de compromissos com os movimentos sociais do campo e outro quadro possui dados sobre o julgamento dos culpados pelo massacre de Carajás. A matéria principal apresenta as principais cobranças do MST em relação às políticas governamentais para melhorar a situação dos trabalhadores rurais, divididas em três eixos: “Terra”, “Assentamentos” e “Educação”. No eixo “Terra” as propostas são assentar todos os acampados até dezembro de 2011, meta de 100 mil famílias assentadas por ano, reformulação do Incra e criação de novos modelos de assentamento.

No eixo “Assentamento” aparece o programa de reflorestamento, políticas de produção agroecológica, revisão e fortalecimento da Conab, criação de centros de produção e distribuição de sementes orgânicas, construção de escolas técnicas de agroecologia, difusão de agroindústrias nos assentamentos e investimentos em desenvolvimento técnico para pequenas propriedades.

Já, no eixo “Educação”, aparece a erradicação do analfabetismo, garantia de acesso à educação básica, benefícios da reforma agrária para professores das escolas dos assentamentos, garantir a construção e continuidade das Cirandas Infantis, distribuição de

livros, formação de professores, construção de universidades no interior do país, desenvolvimento do Pronea e democratização da comunicação.

Apesar da maioria dos itens apresentados estar ligada diretamente às melhoras no setor rural, alguns projetos abrangem também os espaços urbanos, principalmente os ligados à educação, como a erradicação do analfabetismo, a construção de escolas no interior do país e a democratização da comunicação. O último item aparece como apoio à imprensa popular, rádios comunitárias e acesso à banda larga nos assentamentos.

A matéria da seção Realidade Brasileira “Mudanças no Incra preocupam servidores” traz entrevista pingue-pongue com o diretor honorário vitalício da Cnasi (Confederação Nacional dos Servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) sobre a reestruturação do Incra e em que o entrevistado afirma que a maior função do Instituto é a implementação da reforma agrária.

Parcialmente, podemos concluir a partir da análise desse contexto que a reforma agrária é relacionada com os principais direitos sociais: educação, saúde, alimentação, habitação, entre outros, no entanto, nesse contexto, esses direitos aparecem, na maioria das vezes, como ideais e não com propostas reais de implantação e limitam-se ao espaço rural, não tratando dos problemas urbanos. Constata-se que, para o MST, política de reforma agrária não é apenas a divisão das terras, mas todo um amplo conjunto de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida no campo, que vão dos direitos sociais básicos até políticas de assistência técnica aos assentamentos e comercialização de alimentos.

Grande parte das matérias desse contexto cobraram políticas do governo federal, desde a melhora de projetos já existentes até a criação de novos, culpabilizando o Estado pelos problemas no campo, sendo que as políticas públicas para o meio rural aparecem como uma questão de somenos importância na história brasileira.

O movimento se afirma apartidário, porém, tem claramente seus inimigos políticos: Kátia Abreu (DEM), José Serra (PSDB) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) são criticados, Dilma Rousseff (PT), enquanto candidata é apoiada na seção Editorial, no entanto, com algumas ressalvas em relação às políticas inadequadas para o meio rural, durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva (PT).

3.7.2. Educação / Cultura

As matérias desse contexto se encontram em diferentes seções: Estudo, Estados, Realidade Brasileira e Entrevista, sendo que tanto educação quanto cultura aparecem como

uma forma de fortalecer a militância dos membros do MST, convencer os jovens a permanecerem nas atividades do Movimento, educar as crianças e fomentar os ideais e projetos do Movimento.

Trechos colaboram para a compreensão das relações que se constroem no jornal entre educação/cultura e reforma agrária:

Quadro no. 14 – Trechos selecionados no contexto Educação / Cultura

“Escolas trazem as marcas de um projeto de sociedade que vem sendo construído pelos movimentos sociais” (“As Cirandas Infantis no MST”, abril, 2010)
“Nós temos necessidade de pessoas com formação para atuar nas áreas de Reforma Agrária” (fala de entrevistado em “335 trabalhadores rurais se formam na Bahia”, abril, 2010)
“Com esta festa as 36 famílias do assentamento Maria Bonita e o MST demonstram que a Reforma Agrária vai além da distribuição de terras [...]” (“Assentamento Maria Bonita resgata a tradição do carro de boi”, maio, 2010)
“Escolas [...] que reflitam alternativas para a permanência da juventude no campo [...]” (fala de entrevistado em “A importância da escola para a juventude do MST”, julho/agosto, 2010)
“Os dois textos literários apresentam, dentro do contexto de modernização conservadora brasileira [...]” (“Realidade nordestina e sua atualidade (d)escritas na literatura e no teatro”, julho/agosto, 2010)
“As [...] canções [...] rapidamente estarão na [...] no cotidiano da luta pela Reforma Agrária” (fala de entrevistado em “Música como política”, setembro, 2010)
“[...] é possível aliar formação política e técnica, [...] fomentar novas relações sociais e instigar os militantes a participar ativamente da vida coletiva [...]” (“Nosso desafio é ser uma escola da classe trabalhadora”, novembro/dezembro, 2010)
“[...] como construir uma agricultura soberana e popular de educação autônoma e da construção de novas relações sociais” (fala de entrevistado em “Libertação da terra e vitória dos camponeses”, abril, 2011)
“A [...] luta pela Reforma Agrária passa pela [...] defesa da educação pública brasileira”

A matéria “As Cirandas Infantis no MST” relaciona a concentração de terras e riquezas no país com a perda da infância para o mundo do trabalho. A argumentação é corroborada com dados da pesquisa nacional das áreas de reforma agrária (PNERA) de 2004 realizada em assentamentos, que mostra que a maior parte das crianças entre 4 e 6 anos de idade nos assentamentos não frequentam escolas. O artigo apresenta o que são as Cirandas Infantis de maneira bem subjetiva como um lugar de incentivo à imaginação infantil sem explicitar que atividades são realizadas.

O segundo trecho selecionado foi retirado da matéria “335 trabalhadores rurais se formam na Bahia” que trata da formatura de assentados ligados a cinco movimentos sociais de luta pela terra. A formação desses militantes dos movimentos aparece como uma possibilidade dos mesmos atuarem nas escolas dos assentamentos, o que revela a importância

que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra dá para que as crianças e jovens sejam educados por militantes do próprio movimento e a preocupação para que os jovens tenham trabalho dentro dos assentamentos após a formação superior e que se sintam motivados a continuar atuando dentro de sua comunidade.

A matéria “Assentamento Maria Bonita resgata a tradição do carro de boi” descreve a Festa do Carro de Boi realizada anualmente no assentamento Maria Bonita em Aracaju. O termo reforma agrária aparece somente no último parágrafo da matéria em uma frase relevante por apontar que para o MST a reforma agrária não se limita à distribuição de terras, mas também envolve resgates da cultura popular que valorizam a identidade do camponês.

“A importância da escola para a juventude do MST” traz dois boxes: um sobre um encontro de jovens do MST no Pará em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás e o outro sobre o coletivo de juventude do MST em 2006, que busca criar diálogos entre a cidade e o campo, articulando os movimentos estudantis urbanos e a juventude da Via Campesina. As páginas ainda trazem uma entrevista, da qual foi retirado o trecho selecionado que trata da necessidade de escolas dentro dos assentamentos. O trecho releva a preocupação do movimento em criar formas dos jovens permanecerem nos assentamentos.

A matéria “Realidade nordestina e sua atualidade (d)escritas na literatura e no teatro” faz uma breve revisão histórica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a migração dos nordestinos para a região Sudeste comparando a realidade com duas obras ficcionais: “Mutirão em Novo Sol” e “Morte e Vida Severina”. Enquanto no “Morte e Vida Severina” o personagem vê a migração do nordeste como uma de suas únicas saídas, no “Mutirão em Novo Sol” os personagens ocupam as terras. O autor ao relacionar as obras com a realidade afirma que as manifestações artísticas colaboram nas reflexões sobre as ações dos movimentos sociais para superar a desigualdade social.

O diálogo entre arte e realidade também aparece na matéria “Música como política” que relata exercícios realizados em uma disciplina do curso de Licenciatura em Artes da Universidade Federal do Piauí que está ligada ao Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). A atividade reuniu a leitura do jornal *Sem Terra especial da Juventude*, publicado em agosto de 2010, com a composição musical. A matéria ainda levanta a questão da divisão entre artistas e não artistas, afirmando que todos podem manifestar-se através da arte e que esta separação está ligada à sociedade capitalista, em que as manifestações artísticas aparecem como sinônimo de produtos realizáveis por poucos.

A entrevista “Nosso desafio é ser uma escola da classe trabalhadora” trata do IEJC (Instituto de Educação Josué de Castro), primeira escola de ensino médio e profissionalizante

ligada ao MST. Fica evidente na publicação que para o MST a formação escolar deve ser aliada à formação política.

“Libertação da terra e vitória dos camponeses” é uma matéria curta sobre as comemorações dos 12 anos do assentamento do Contestado e sobre como está o assentamento hoje em dia em que se destaca uma escola com curso superior de Tecnologia em Agroecologia.

A última matéria desse contexto: “Fechar escola é crime” argumenta sobre a importância do acesso à educação e a construção de escolas no meio rural. A educação aparece como mais um direito social negado pelo Estado às populações rurais no país juntamente com a terra, trabalho, habitação e saúde. A matéria apresenta diversos dados negativos sobre a educação brasileira, entre eles que mais de 14 mil escolas no meio rural foram fechadas nos últimos sete anos. Diante desses números o MST lançou a campanha “Fechar escola é crime”, que reivindica além da abertura de escolas, infraestrutura e qualidade de ensino para o campo.

Dentro desse contexto verifica-se que educação e cultura aparecem como direitos indispensáveis para a continuidade das lutas do movimento, inúmeras reivindicações são feitas especialmente em relação à educação: construção de escolas nos assentamentos, qualidade de ensino, acesso à educação superior, entre outras. O Pronera aparece como um projeto promissor ao permitir que jovens do movimento cursem o ensino superior, o que possibilita, de acordo com as matérias, a continuidade do trabalho desses jovens nos assentamentos.

Educação e cultura são mostrados como direitos intimamente ligados à formação política, ao comprometimento com o próprio MST, o que percebe-se pela ênfase dada à formação de professores militantes para atuarem dentro dos assentamentos, à necessidade de escolas nos assentamentos que trabalhem como uma formação também política, a cultura como forma de valorizar a identidade do meio rural e como instrumento de reivindicação das desigualdades sociais. Os dois direitos aparecem associados à reforma agrária como instrumentais para o fortalecimento das lutas ao possibilitarem reflexões mais profundas sobre as transformações sociais necessárias ao país.

3.7.3. Alimentação

Nenhuma das matérias sobre alimentação aparece na seção editorial, as matérias foram publicadas primordialmente na seção Estados, sendo que uma matéria, dentro do período selecionado, está na seção Entrevista.

A produção de alimentos nos assentamentos aparece como uma das prioridades do MST, essa produção é relacionada com a autonomia econômica dos camponeses e dos assentamentos através da criação de cooperativas que envolvam todo o processo produtivo, desde sementes até a comercialização de produtos manufaturados. A alimentação também aparece associada ao modelo de agricultura: a agroecologia, o que está vinculado ao modelo de vida proposto pelo movimento. O tema aparece como uma maneira de criação de vínculos entre espaço urbano e rural através das feiras de comercialização. Os alimentos ainda estão relacionados às brigadas de solidariedade, em matéria que trata sobre parte da produção dos assentamentos doada para famílias desabrigadas pelas enchentes no Nordeste em 2010.

Trechos, selecionados para exemplificação, revelam como a produção de alimentos aparece relacionada à reforma agrária:

Quadro no. 15 – Trechos selecionados no contexto Alimentação

<p>“Não tem como a Reforma Agrária não dar certo. Na medida em que se produz e fartamente, tem o que comer à vontade, a outra parte, a de garantir a renda mensal é mais fácil” (trecho de entrevista com assentada do RS em “Participação feminina na cooperação fortalece prática de uma nova agricultura”, abril, 2010).</p>
<p>“[...] a experiência não se limita à produção de arroz ecológico [...] o plantio do arroz está inserido no processo de Reforma Agrária que traz novas técnicas e a cooperação para praticar uma nova agricultura” (“Assentados colhem 170 mil sacas de arroz”, abril, 2010).</p>
<p>“O mais importante, do ponto de vista da Reforma Agrária, é construirmos um novo modo de produção agrícola [...]” (fala de entrevistado em “Assentados colhem 170 mil sacas de arroz”, abril, 2010).</p>
<p>“Os trabalhadores apostam na cooperação agrícola e fundaram a marca Terra Viva para comercializar os produtos da Reforma Agrária [...]” (“25 anos na luta por terra e dignidade”, junho, 2010).</p>
<p>“Além de 50 sacas de produtos da Reforma Agrária [...] os agricultores formaram duas frentes de solidariedade [...]” (“Famílias se solidarizam com atingidos por enchentes”, jul/ago., 2010).</p>
<p>“Foi muito bonito ver as pessoas partilhando a nossa produção. Isso mostra que a Reforma Agrária é muito viável no Brasil” (fala de membro da direção estadual do MST-SP em “Romaria protesta contra grilagem de terras pela Cutrale”, setembro, 2010).</p>
<p>“A Mostra Saberes e Sabores apresentou a expressividade da agroecologia nos temas da Reforma Agrária [...]” (“Encontro mostra força da agroecologia no Rio de Janeiro”, setembro, 2010).</p>
<p>“O esforço do produtor rural em produzir alimentos saudáveis, em tratar bem o meio</p>

ambiente é o grande mérito da Feira da Reforma Agrária” (fala de membro da direção nacional do MST em “Alagoas celebra 11ª Feira da Reforma Agrária”, outubro, 2010).

“[Reforma Agrária] não depende mais do MST, depende da sociedade brasileira. Temos que fazer um debate: que tipo de comida e que tipo de paradigma tecnológico vamos querer. Dependendo do resultado desse debate, a Reforma Agrária vai estar ou não no centro das atenções” (fala de membro da coordenação nacional do MST em “O descenso e a luta do MST”, janeiro, 2010).

Na edição de abril de 2010 a seção entrevista traz a fala de um membro da coordenação nacional do MST que aponta os principais desafios para a reforma agrária e a importância da participação das mulheres no assentamento. A reforma agrária é relacionada com os problemas do campo, com políticas públicas prioritárias e, principalmente, com a alimentação. O trecho da resposta selecionada demonstra como para a entrevistada reforma agrária está diretamente ligada à produção de alimentos.

Já na seção Estados, o tema da alimentação aparece em exemplo de sustentação de cooperativa no Rio Grande do Sul que produz arroz ecológico. As falas do presidente da cooperativa evidenciam a valorização da agroecologia como sinônimo de qualidade de vida e a fala do presidente do Incra (apresentada no quadro como entrevistado) vai ao encontro dos valores sustentados pelo Movimento.

Na edição de junho de 2010, a matéria “25 anos na luta por terra e dignidade” descreve brevemente a história das ocupações no estado de Santa Catarina e fala sobre a marca Terra Viva de comércio de produtos da reforma agrária, a marca reúne a produção de associações, cooperativas e agroindústria e a maioria dessa produção é alimentícia. A produção alimentícia de cooperativas também aparece na edição de novembro/dezembro de 2010 em que foi publicada uma nota sobre produção de suco de uva no Rio Grande do Sul.

O termo produtos da reforma agrária aparece também na edição de julho/agosto de 2010 em matéria que trata de uma brigada de solidariedade formada por membros do movimento para ajudar famílias vítimas de enchentes no nordeste do país. Uma das colaborações foi a entrega de sacas de produtos alimentícios produzidos nos assentamentos.

Em setembro de 2010, duas matérias curtas tratam de reforma agrária relacionada à alimentação, a primeira sobre a 12ª Romaria da Terra e das Águas realizada em Iaras no interior de São Paulo, em que a distribuição de alimentos produzidos nos assentamentos é apresentada como uma demonstração de que a reforma agrária funciona. A outra matéria é sobre o 2º Encontro de Agroecologia do estado do Rio Janeiro, cujo tema principal era o consumo de alimentação agroecológica.

Em outubro de 2010 a matéria “Alagoas celebra 11ª Feira da Reforma Agrária” descreveu a feira que comercializa alimentos e produtos artísticos dos assentamentos e apresentou os números de alimentos vendidos, a fala da entrevistada que é membro da Direção Nacional do MST revela a importância da produção de alimentos dentro do projeto da Reforma Agrária. A entrevista ainda afirma que se houvesse comprometimento do Estado com as políticas de reforma agrária os resultados da produção seriam melhores. Outra feira da Reforma Agrária (no Rio de Janeiro) é tema de pauta em janeiro de 2011 em que a feira é apresentada como uma forma de mostrar para a cidade que a reforma agrária dá certo e que produz alimentos saudáveis.

As matérias da seção Estados em grande parte das vezes foram textos descritivos de ações do Movimento em diferentes estados do Brasil, a alimentação é tema constante nessa seção especialmente quando trata das feiras de reforma agrária realizadas pelo Movimento. A produção de alimentos aparece relacionada à qualidade de vida, ao modelo de produção agroecológico e como uma forma de demonstrar que o modelo sugerido pelo MST funciona e que a comercialização de alimentos é um instrumento de propaganda do projeto do movimento, principalmente ao permitir diálogos com os moradores das cidades próximas aos assentamentos produtores.

Nesta análise percebemos que a produção de alimentos está relacionada à sustentabilidade dos assentamentos, os produtos são colocados como uma forma de demonstrar que a reforma agrária funciona na prática. Essa produção de alimentos está relacionada à diferentes propostas do movimento: a um outro modelo de produção, a agroecologia, a um outro modelo de consumo de alimentos isentos de agrotóxicos, a um outro modelo econômico, à economia solidária, a um outro modelo de relação com o meio ambiente, a um outro modelo de relações trabalhistas através de cooperativas e a políticas de saúde preocupadas com a profilaxia através de uma alimentação saudável. Estes modelos, na maioria das vezes, não são explicados nas matérias analisadas.

3.7.4. Direito à terra / Modelo de Produção

Apesar de a reforma agrária estar diretamente ligada ao direito à terra e também ao modo de lidar com a terra, algumas matérias do jornal enfatizam esse direito e a necessidade de assistência técnica nos assentamentos e a agroecologia como modelo de produção, o que permitiu a concepção desse contexto para a análise.

Das nove matérias analisadas que se encaixam nesse contexto, três foram publicadas na edição de julho/agosto de 2010, meses que antecederam o Plebiscito Popular pelo limite da propriedade de terra organizado pelo FNRA (Fórum Nacional da Reforma Agrária e Justiça no Campo) entre os dias 1 e 7 de setembro de 2010, no entanto, o assunto não volta a ser discutido nas edições posteriores. Uma matéria foi publicada na seção editorial da edição de novembro/dezembro de 2010, em que a assistência técnica aos assentamentos aparece como uma das prioridades na luta pela reforma agrária, a outra matéria aparece na mesma edição dando continuidade à questão da assistência técnica cobrando políticas governamentais para o tema e apresentando a historiografia das políticas para assistência rural, desde o nascimento do MST. Há também uma entrevista publicada na edição de fevereiro/março em que a reforma agrária aparece relacionada a um outro modelo de produção, o da agricultura familiar e da agroecologia.

Quadro no. 16 - Trechos selecionados no contexto Direito à terra / Modelo de Produção

<p>“A área, antes reservada à Reforma Agrária durante a construção de Brasília, foi grilada por latifundiários locais. Mais uma vez, a pressão dos Sem Terra foi necessária para que a lei fosse de fato cumprida” (“Vitória no DF”, julho/agosto, 2010).</p>
<p>“Com o limite, teremos mais terra disponível para a Reforma Agrária e conseqüentemente mais alimento barato e de melhor qualidade na mesa do povo brasileiro.” (fala de entrevistado em “Limitar a propriedade, libertar a terra”, julho/agosto, 2010).</p>
<p>“Implementação de uma verdadeira Reforma Agrária, massiva, que priorize a desapropriação dos maiores latifúndios por região e atenda a todas as famílias que quiserem trabalhar na terra, garantindo a democratização da propriedade da terra no país” (“Unidade da classe trabalhadora abre perspectivas de lutas”, outubro, 2010).</p>
<p>“Essas terras estão localizadas numa imensa gleba de 10 mil hectares pertencentes à União, que deveriam ser destinadas ao processo de Reforma Agrária” (“Suco de laranja concentrado: nas mãos de poucos”, outubro, 2010).</p>
<p>“Na luta pela Reforma Agrária e pela construção de outro modelo de produção e matriz tecnológica, o MST, na crítica a esse sistema de extensão rural, busca a construção de uma proposta de assistência técnica para os assentamentos rurais [...]” (“O papel da assistência técnica nos assentamentos”, novembro/dezembro, 2010)</p>
<p>“Os dados da Reforma Agrária em Minas Gerais são alarmantes. Já faz dois anos que o Estado não consegue assentar nenhuma família do Movimento [...]” (“MST realiza encontro em berço do latifúndio”, fevereiro/março, 2011).</p>
<p>“[...] construção de outras alternativas para a agricultura camponesa, que possam avançar na perspectiva de uma produção agroecológica. É um desafio muito grande para toda a sociedade, porque a disputa é em torno do modelo de produção, o modelo da agricultura para o país” (“O veneno é a cara do agronegócio”, fevereiro/março, 2011)</p>

Esse contexto releva algumas das cobranças do MST em relação às políticas públicas para a reforma agrária: o limite da propriedade de terra e a assistência técnica dos

assentamentos. O limite da propriedade é uma reivindicação antiga para que seja incluído na Constituição Federal um inciso que estabeleça uma área máxima de propriedade, sendo que propriedades maiores do que esse limite deveriam ser voltadas para a reforma agrária. A política de assistência técnica é uma cobrança do movimento para a superação do atual modelo de produção agrícola e implantação de um outro modelo baseado na agroecologia, não só nos assentamentos, mas como modelo de agricultura nacional.

3.7.5. Legislação

Este contexto inclui matérias que tratam diretamente de leis: lei de concessão do uso da terra, lei de renegociação de dívidas rurais, proposta de emenda constitucional que prevê confisco de terras com trabalho escravo, limite do tamanho da propriedade de terra para estrangeiros e artigo constitucional que trata da função social da terra.

Quadro no. 17 - Trechos selecionados no contexto Legislação

“[...] propriedade e a concessão do direito real de uso [...] é muito importante que os beneficiários do programa de Reforma Agrária entendam as consequências e os efeitos que terão ao acessar a terra por um ou por outro título” (“Por que defender a concessão de uso”, abril, 2010).
“[...] o endividamento tornou-se tema recorrente no Congresso Nacional, presente na pauta de todos os setores [...]” (“Mais um remendo nas dívidas rurais”, maio, 2010).
“O perdão das dívidas no limite proposto poderia ser estendido para todos os agricultores familiares e assentados de Reforma Agrária de todo o país [...]” (“Mais um remendo nas dívidas rurais”, maio, 2010).
“Mesmo com a urgente aprovação da PEC, o fim do trabalho escravo no nosso país só será possível mediante a diminuição da pobreza, que passa por uma ampla Reforma Agrária [...]” (“Trabalho escravo na base do ‘moderno’ agronegócio”, junho, 2010).
“Se o governo federal tivesse realizado uma Reforma Agrária ampla e massiva em todo o país, eliminando as possibilidades de reprodução do latifúndio e da grande empresa capitalista, não haveria necessidade de maior preocupação” (fala de entrevistado em “Lula assina parecer que limita terras para estrangeiros”, outubro, 2010).
“Na luta pela Reforma Agrária é muito fácil perceber a relação entre luta social e institucionalidade. Está previsto na Constituição brasileira, no artigo 184, que a ‘terra deve cumprir função social’” (“Luta de classes e institucionalidade”, fevereiro/março, 2010).

A matéria “Porque defender a concessão de uso” explica as diferenças entre os títulos de concessão de uso e títulos de domínio e coloca a posição do MST sobre o tema criticando a política de emancipação dos assentados do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Na edição de maio de 2010 a matéria “Mais um remendo nas dívidas rurais” apresenta números das dívidas rurais, projetos de leis e histórico das leis aprovadas em torno da renegociação de dívidas. O autor sugere uma determinada proposta de perdão das dívidas e argumenta sobre a necessidade do governo elaborar uma proposta definitiva.

A matéria “Trabalho escravo na base do ‘moderno’ agronegócio” trata da ausência de aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) proposta em 2001, a concentração do trabalho escravo no campo no Brasil, a atuação falha da equipe de fiscalização do governo e apóia a criação de uma lista de fazendeiros e empresas envolvidas em trabalho escravo.

A matéria “Lula assina parecer que limita terras para estrangeiros”, publicada em outubro de 2010, aborda lei que limita a compra de terras pelo capital estrangeiro, explica o histórico dessa lei, que está baseada em uma lei de 1971, que prevê que empresas estrangeiras peçam autorização ao Congresso Nacional para a aquisição de terras. A reforma agrária é colocada como uma solução para a questão do controle das terras do país.

A questão da reforma agrária aparece na matéria “Luta de classes e institucionalidade” relacionada ao artigo 184 da Constituição brasileira, que diz “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei”. A ocupação de terra é explicada como uma forma de cobrança da aplicação dessa lei.

As matérias desse contexto trazem explicações didáticas sobre determinadas leis, remetem ao histórico de aprovação das leis e argumentam em torno de uma proposta defendida pelo movimento. A reforma agrária aparece associada à aplicação das leis e de cobranças ao Estado para a efetivação das mesmas.

3.7.6. Comunicação

Apenas uma das matérias analisadas trata a comunicação como tema fundamental para a democracia e para a ampliação do debate em torno da reforma agrária, salientando a internet como instrumento de democratização da comunicação e apoiando o Plano Nacional para Banda Larga. Os grandes meios de comunicação brasileiros aparecem como inimigos da reforma agrária e instrumentos de criminalização dos movimentos sociais.

Quadro no. 18 - Trechos selecionados no contexto Comunicação

<p>“A partir disto, os meios de comunicação de massa, especialmente o Jornal Nacional da TV Globo, criaram um escândalo para viabilizar a criação de uma CPMI contra a Reforma Agrária e legitimar a repressão às famílias de trabalhadores rurais, que foram presos e tiveram suas casas devassadas pela Polícia Militar do governo de São Paulo” (“Cartel da Cutrale derruba 15 mil pés de laranja por dia”, maio, 2010).</p>
<p>“[...] atividades de agitação e propaganda em locais de grande circulação, para o fortalecimento do debate na sociedade sobre a necessidade da realização da Reforma Agrária Popular” (“Juventude, cultura e organização”, setembro, 2010).</p>
<p>“[...] democratizar os meios de comunicação, possibilita estimular o desenvolvimento cultural e impulsiona a luta contra a exclusão social – e digital” (“Se cair na nossa rede, é peixe”, novembro/ dezembro, 2010).</p>
<p>“A exemplo de outras batalhas estratégicas, como a da Reforma Agrária, a luta pela banda larga se encaixa na mobilização pela ampliação da democracia. Ela é decisiva no processo de acumulação de forças dos movimentos sociais contra a exploração e opressão” (“Se cair na nossa rede, é peixe”, novembro/ dezembro, 2010).</p>

A matéria “Cartel da Cutrale derruba 15 mil pés de laranja por dia” argumenta, a partir de dados publicados na revista “Dinheiro Rural”, que a empresa Cutrale é responsável pela derrubada diária de um número de pés de laranja cinco vezes maior do que o derrubado durante protesto do MST em 2009 (que foi pauta dos principais jornais do país durante meses e ainda hoje é citado como um ato de vandalismo do movimento). Os grandes meios de comunicação do país aparecem como corresponsáveis pela criminalização dos movimentos sociais e pela viabilização da CPMI contra a reforma agrária.

“Juventude, cultura e organização” descreve atividades organizadas pelos jovens do MST no Maranhão, Rondônia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Destacam-se as atividades que através de vídeos, teatro, atos públicos, cartazes e música divulgaram os ideais da reforma agrária.

O artigo “Se cair na nossa rede, é peixe” comenta sobre o Plano Nacional para Banda Larga, a possibilidade de democratização da internet e o atraso do Brasil no acesso à internet em relação à outros países.

As três matérias revelam diferentes olhares do movimento sobre a comunicação, o primeiro deles trata-se de uma defesa em relação aos grandes meios de comunicação do país que trataram a questão do protesto realizado pelo MST contra a empresa Cutrale de maneira descontextualizada, apoiando a criminalização dos movimentos sociais; o segundo é um olhar amplo sobre a comunicação, considerando diversas possibilidades de difusão dos ideais do movimento e o terceiro trata de democratização da comunicação, ainda que essencialmente através da internet.

Esses olhares estão associados nas três matérias com a proposta da reforma agrária, como a divulgação dos ideais do movimento e com a legitimidade de suas lutas.

3.8.7. Igualdade de Gênero

As matérias inseridas nesse contexto tratam da Jornada de Lutas das Mulheres que acontece em março, mês do dia internacional da mulher. São matérias publicadas nas edições de abril de 2010 e abril de 2011 e também na edição de fevereiro/março de 2011. As Jornadas foram publicadas na capa das edições de abril de 2010 e fevereiro/março de 2011.

Quadro no. 19 - Trechos selecionados no contexto Igualdade de Gênero

<p>“[o balanço da Jornada mostra que as mulheres estão organizadas] no sentido de fortalecer a luta, dar visibilidade à condição na qual vivem, bem como exigir dos governos o cumprimento dos protocolos e pactos através de programas que beneficiem a agricultura camponesa, além de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres” (fala de entrevistada em “Mulheres organizadas, luta fortalecida”, abril, 2010).</p>
<p>“A ‘Jornada de Luta contra o Agronegócio e contra a Violência: por Reforma Agrária e Soberania Alimentar’ mobilizou 16 mil mulheres em 20 estados brasileiros. As mulheres da Via Campesina se somam à luta feminista durante a celebração do centenário do 8 de março e denunciaram os malefícios do agronegócio contra a vida e o trabalho das camponesas” (“Jornada de Luta das Mulheres”, fevereiro/março, 2011 – trecho sobre a Jornada de 2010).</p>
<p>“A Jornada de Lutas das Mulheres da Via Campesina mobilizou 13 estados para denunciar os impactos na saúde humana e no meio ambiente do uso abusivo dos agrotóxicos e apontar a responsabilidade do modelo de produção do agronegócio” (“Jornada de mulheres mobiliza 13 estados contra o agronegócio”, abril, 2011).</p>

As três matérias trazem descrições das ações da Jornada de Lutas, sendo que a edição de fevereiro/março de 2011 traz uma retrospectiva das principais ações das mulheres desde 2006.

A Jornada de Lutas das Mulheres é uma mobilização nacional que acontece no dia 8 de março e reúne não somente as mulheres militantes do MST, mas também de outros movimentos de luta pela terra como o movimento indígena, as mulheres ribeirinhas, quilombolas, entre outros integrantes da Via Campesina. As bandeiras da Jornada nos dois anos (2010 e 2011) foram bem amplas: contra o agronegócio, o uso de agrotóxicos, a violência e a superexploração do trabalho. A luta pelo fim da violência contra as mulheres é tratada como primordial nas três matérias e a defesa da reforma agrária aparece como uma proposta essencial para que outras políticas sejam colocadas em prática.

3.7.8. Trabalho

A questão do trabalho é tratada de maneira ampliada em grande parte das matérias analisadas, relacionada indiretamente ao modelo de produção, à necessidade de assistência técnica nos assentamentos, à criação de cooperativas, às atuações dos professores dentro dos assentamentos, entre outros, no entanto, relacionado diretamente à reforma agrária o trabalho apareceu somente uma vez dentro do período analisado.

A matéria publicada em maio de 2010 “40 horas já” começa com uma explicação sobre a escolha do dia 1º de maio como dia do trabalhador e traça alguns dos principais fatos que marcaram a luta pelos direitos trabalhistas no mundo e no Brasil. O enfoque da matéria está na reivindicação dos sindicatos para a redução da jornada de trabalho para 40 horas. A reforma agrária aparece como uma das pautas da mobilização dos sindicatos para a valorização do trabalhador rural.

Quadro no. 20 - Trecho selecionado no contexto Trabalho

“Os trabalhadores e trabalhadoras do campo se juntam nesta luta. Aliás, temos feito várias lutas em conjunto com as centrais sindicais, e defendido esta bandeira tão importante para a nossa classe” (“40 horas já”, maio, 2010)

A matéria reafirma a característica do MST de agrupar ensinamentos e experiências de outros movimentos sociais e ser hoje referência para novos movimentos. O texto faz uma revisão histórica dos principais momentos de luta dos sindicatos brasileiros e identifica dificuldades de organização do sindicalismo hoje, enfatizando a necessidade de reunir trabalhadores do campo e das cidades.

3.7.9 Saúde

A matéria publicada na seção Entrevista em outubro de 2010: “Saúde é a capacidade de lutar contra tudo que nos oprime” trata de diferentes temas relacionados à saúde e a atuação do setor de saúde do Movimento.

O setor de saúde foi concebido somente em 1999, antes cada assentamento cuidava de suas necessidades na área. Ao tornar-se um setor, a saúde passa a ser uma das prioridades nas lutas do movimento, entram em pauta as discussões sobre a necessidade de prevenção de doenças, o sistema público de saúde e especificidades da saúde na área rural. A saúde é

tratada como um dos direitos fundamentais de cidadania e é relacionado à outros aspectos como a alimentação e as relações sociais.

Quadro no. 21 - Trechos selecionados no contexto Saúde

“Lutar por Reforma Agrária é lutar pela vida. Lutar por saúde também é lutar pela vida [...] Quando a gente luta por Reforma Agrária, não é só para distribuir a terra, é ter habitação, trabalho, alimentação saudável, educação, transporte, é ter vida. [...] Mas há outras questões importantes, no processo da luta em si. Quando a gente faz um ocupação, monta um acampamento, as pessoas começam a se organizar, assumem sua vida. Pessoas que historicamente não tiveram direito de exigir seus direitos. A partir do momento em que elas se põem em luta, elas assumem sua vida. E isso é ter saúde. Saúde para gente é a capacidade de lutar contra tudo que nos oprime, inclusive a doença. Mas é também lutar contra o latifúndio, o agronegócio” (resposta à pergunta “Como lutar por Reforma Agrária é lutar por saúde?” na matéria “Saúde é a capacidade de lutar contra tudo que nos oprime”, outubro, 2010)

“A saúde perpassa a relação com o outro, com o meio ambiente, com a forma de produção da vida e da existência” (trecho de resposta à pergunta “O que é possível avançar no modelo de saúde, para enfrentar o poder das grandes empresas hoje?” na matéria “Saúde é a capacidade de lutar contra tudo que nos oprime”, outubro, 2010)

A matéria analisada releva os múltiplos vínculos entre os direitos de cidadania, sendo que saúde aparece relacionada à qualidade da alimentação, à produção, aos cuidados com o meio ambiente, aos direitos trabalhistas e ao fortalecimento da identidade e da autonomia do trabalhador rural.

3.7.10. Habitação

Na edição de novembro/dezembro de 2010 a seção Estados publicou a matéria “Casas em mutirão, vida melhor para assentados”, que relata a construção de casas em 15 assentamentos do Mato Grosso do Sul.

Quadro no. 22 - Trecho selecionado no contexto Habitação

“A casa tem uma simbologia importante tanto quanto a terra, pelo fato de que se percebe concretamente um espaço onde podem cuidar, criar e educar seus filhos com dignidade” (“Casas em mutirão, vida melhor para assentados”, novembro/dezembro, 2010)

A matéria enfatiza a gestão do dinheiro público pelos assentados, detalhando como é utilizado o crédito habitação, cobra o crédito do governo para os assentamentos que aguardam o benefício e explica como os recursos do Estado são utilizados para a construção de casas

nos assentamentos. O texto busca demonstrar em números que a reforma agrária funciona quando tem a parceria do Estado com os movimentos sociais.

3.8. Análise interpretativa

O conceito de reforma agrária é o tema central do jornal *Sem Terra*, aparecendo em grande parte das matérias, relacionado aos mais diferentes assuntos e vinculado à todas as frentes de atuação do movimento. Escrito sempre com as iniciais em letras maiúsculas e tratado em tom de ânimo, o projeto de reforma agrária proposto pelo movimento, é apresentado como processo imprescindível para a superação das desigualdades sociais.

A reforma agrária é relacionada na publicação com os principais direitos sociais: educação, saúde, alimentação, habitação, entre outros, no entanto, esses direitos aparecem essencialmente vinculados ao espaço rural, não tratando dos problemas urbanos. Consta-se que, para o MST, política de reforma agrária não é apenas a divisão das terras, mas todo um amplo conjunto de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida no campo, que vão dos direitos sociais básicos até políticas de assistência técnica aos assentamentos e comercialização de alimentos. Parte das matérias cobra políticas do governo federal, desde a melhora de projetos já existentes até a criação de novos, culpabilizando o Estado pelos problemas no campo.

Os problemas do movimento aparecem relacionados à insuficiência de políticas públicas para o campo, não sendo discutidos como dificuldades da própria organização, o que aponta o caráter institucional do mesmo, sendo um veículo de propaganda dos ideais do movimento enfatizando suas características positivas, sua importância e suas conquistas. Já a alta incidência dos termos luta, lutar e lutas, e da sigla do MST nas manchetes, chamadas de capa e títulos revelam o intuito militante da publicação, que busca convencer o leitor da necessidade do movimento para a transformação social.

Por ser uma publicação mensal o jornal traz essencialmente matérias frias que divulgam ações do movimento e refletem sobre suas posturas políticas. Grande parte das matérias analisadas traz no último parágrafo verbos no imperativo como “Boa luta para todos nós! Pátria Livre, Venceremos!” (edição fevereiro/março de 2011), que conclamam o leitor a participar ou continuar envolvido nos ideais do movimento. O uso dessas frases é especialmente perceptível nas matérias que tratam de dificuldades históricas do MST.

As matérias do jornal são assinadas por membros do MST ou por intelectuais, professores, alunos e ativistas de outros movimentos sociais que mantém vínculos ideológicos

com o MST, tal observação também pode ser estendida às fontes entrevistadas; o que fortalece tanto o caráter institucional quanto militante da publicação.

A leitura das matérias permitiu perceber a preocupação do movimento com a formação dos seus militantes, assim diversas matérias tem características didáticas como em abril de 2010 na matéria “Porque defender a concessão de uso”, que traz explicações sobre os títulos de uso da terra. Outra preocupação do movimento é a de envolver os jovens nas lutas do movimento, valorizando sua participação e buscando formas de manter os vínculos deles com as atividades no campo.

A busca do apoio da sociedade civil para os ideais do movimento também é colocada como uma preocupação, como exemplificado em entrevista com membro da coordenação nacional do MST em novembro de 2010, em que a reforma agrária aparece como projeto que depende de toda a sociedade. Outra matéria que deixa clara essa preocupação é “Quinze anos depois, e nada de Reforma Agrária” (abril de 2011) que traz um quadro com fotos e depoimentos de personalidades sobre o massacre de Carajás com o nome “A indignação não é só nossa...”.

Alimentação aparece como um dos principais temas relacionados à reforma agrária, valorizando a agroecologia como sinônimo de qualidade de vida, como uma forma de demonstrar que o modelo de produção sugerido pelo MST funciona e que a comercialização de alimentos é um instrumento de propaganda do projeto do movimento, principalmente ao permitir diálogos com os moradores das cidades próximas aos assentamentos produtores.

O projeto de reforma agrária também está vinculado ao resgate da cultura popular e o desenvolvimento da educação como formas de valorizar a identidade do camponês e refletir sobre a realidade política e social. Fica evidente na publicação que para o MST a formação escolar deve ser aliada à formação política com incentivo para a continuidade nas lutas do movimento.

A educação aparece como mais um direito social negado pelo Estado, o jornal enfatiza a importância da formação de professores militantes para atuarem dentro dos assentamentos, a necessidade de escolas que trabalhem como uma formação também política e as manifestações culturais como instrumentos de reivindicação ao possibilitar reflexões mais profundas sobre as transformações sociais necessárias ao país.

Constata-se que o jornal *Sem Terra* atua a favor da valorização do MST, seja através de números (de famílias assentadas, quilos de alimentos produzidos, pessoas envolvidas nas manifestações), através de suas atuações (escolas, assentamentos, encontros, feiras) ou de seus projetos políticos e sociais (campanhas, reivindicações). A publicação deixa clara seus ideais

e interesses não só nas escolhas das pautas, mas também na escolha das fontes sendo um canal de comunicação entre a sociedade civil e o movimento e entre os próprios membros do MST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando planejamos esta pesquisa, buscávamos identificar algumas formas do jornalismo alternativo no Brasil contemporâneo. Adentramos um universo de exemplos da chamada produção alternativa: rádios comunitárias, *fanzines*, jornais sindicais, programas televisivos e inúmeras formas de comunicação que acompanharam a história do jornalismo no Brasil.

Decidimos analisar o jornal *Sem Terra* por ser uma publicação 30 anos de existência (a primeira edição é de 1981), vinculada a um dos movimentos sociais mais relevantes da América Latina e que continua sendo distribuída mensalmente. A publicação realiza um contraponto ao jornalismo da grande imprensa, está inserida em uma perspectiva de outro projeto de sociedade, é produzida de maneira colaborativa e tem uma intenção clara: militar em defesa da reforma agrária.

Downing (2002, p. 50) afirma que a comunicação que recebe tantas nomenclaturas como alternativo, radical, subalterno e popular tem como objetivo não somente fornecer as informações que são negadas pela grande imprensa, mas também propor novas perspectivas de reflexões que valorizam a sociedade civil como condutora de mudanças sociais. Não parece ser outra a intenção do jornal *Sem Terra* ao ser essencialmente formativo, no sentido de promover os ideais do próprio MST.

A partir de uma primeira observação sobre as chamadas de capa, manchetes e títulos do jornal foi possível constatar que reforma agrária aparece como principal tema tratado pela publicação. A pesquisa concebeu os seguintes contextos a partir da relação de quais assuntos aparecem diretamente vinculados à reforma agrária: Política; Educação/Cultura; Direito à terra/ Modelo de Produção; Legislação; Igualdade de Gênero; Trabalho; Saúde e Habitação.

A análise tanto das manchetes, chamadas de capa e títulos quanto das matérias nos permitiu perceber os elementos que norteiam o discurso do jornal *Sem Terra*: a luta como incentivo à ação política dos leitores, o fortalecimento do MST enquanto movimento social, a reforma agrária como bandeira principal do movimento, o sem terra (camponês) como personagem principal e a agricultura como campo de ação.

Reforma agrária para o MST não se limita ao acesso à terra, mas abrange um amplo projeto de mudanças na sociedade ao buscar eliminar a pobreza no campo, combater a desigualdade social, alcançar a soberania alimentar, preservar a biodiversidade, entre outros.

Na publicação, direitos como educação, saúde, alimentação e habitação aparecem diretamente relacionados à reforma agrária, sendo cobradas ações governamentais e propostas de políticas públicas mais efetivas para o campo. As reflexões incluem, além de cobranças de demandas básicas de infraestrutura, questões complexas que remetem à qualidade desses direitos e também a transformação dos direitos já instituídos. Assim, a cidadania não aparece no jornal como algo imutável, mas como uma luta histórica permanente e o cidadão camponês é considerado agente essencial nas mudanças sociais em meio a um quadro histórico de políticas excludentes.

No campo da comunicação diversas pesquisas comprovam que os temas das minorias são tratados de maneira ínfima pela grande imprensa brasileira (BUCCI, 2008; LIMA, 2001; SOARES, 2008b) e o MST é tratado essencialmente como violento, suas ações são descontextualizadas e muitas vezes criminalizadas (BERGER, 2006; FERREIRA DE SOUZA, 2004).

O jornal *Sem Terra*, no período analisado, não se posicionou como um espelho às avessas da grande imprensa, rediscutindo as suas pautas e colocações, mas defendeu seus ideais e divulgou suas ações. Somente em uma matéria publicada em maio de 2010, o jornal *Sem Terra* se demonstrou claramente avesso às informações divulgadas na grande imprensa: a matéria “Cartel da Cutrale derruba 15 mil pés de laranja por dia” é uma resposta em relação a cobertura da TV Globo sobre o protesto realizado em 2009 contra a empresa Cutrale.

Essa postura revela que o jornalismo alternativo não precisa ser um contraponto ao jornalismo da grande imprensa, mas pode atuar como um enriquecedor das possibilidades de leitura da realidade.

O jornal *Sem Terra* não tem compromissos com o capital das empresas por ser sustentado pelo próprio movimento, não deseja alcançar a credibilidade da grande imprensa, não tem compromisso com o factual e tem como intenção discutir os temas relevantes para os movimentos sociais que trabalham com a questão da terra e a partir desses temas refletir sobre a realidade social, econômica e política brasileira. Uma nomenclatura que propomos para o jornal *Sem Terra* é jornalismo militante, por ser um jornal que defende as posturas de um movimento social e busca mobilizar os leitores para atuarem a favor desses ideais.

O jornalismo enquanto empresa, estudado pelas teorias do jornalismo, é caracterizado por possuir uma estratégia própria de construção do discurso, marcada pela valorização da objetividade. Os protocolos da objetividade permeiam o jornalismo como forma de manter sua credibilidade perpetuando seu ideal de mediador da realidade isento de posições ideológicas.

Uma diferença essencial entre o jornal *Sem Terra* e a grande imprensa é que o jornalismo dos grandes grupos de comunicação mostra-se (ao menos para o público leigo na área de comunicação) como fornecedor de informações que se aproximam da realidade sem demonstrarem claramente suas perspectivas de leitura de mundo, já o jornal *Sem Terra* assume suas posições e intenções. Enquanto o jornalismo da grande mídia está vinculado de diferentes formas ao consumismo, o jornal do MST fortalece o ideal de luta por mudanças sociais.

Desde a década de 1980 estudos revelam que há inúmeros vestígios de interesses implícitos no discurso jornalístico da grande imprensa. Entman (1991) denomina enquadramento a seleção e destaque de alguns aspectos no texto comunicativo, de forma a transmitir ao leitor determinadas interpretações. Pesquisas sobre os grandes meios de comunicação brasileiros que utilizam a Análise do Enquadramento como método (SOARESb, 2008; MESQUITA, 2008) revelam que as coberturas jornalísticas são enviesadas e defendem os interesses de determinados grupos sociais, políticos e econômicos.

A questão de os jornais da grande imprensa servirem a interesses particulares não se limita às relações econômicas de manutenção das empresas que dependem de publicidade comercial e conseqüentemente de leitores com poder de consumo. Trata-se de uma teia complexa de relações em que interesses econômicos, políticos, culturais, sociais, pessoais e coletivos se mesclam e o jornalismo é utilizado como um dos instrumentais que mantêm a estrutura social em funcionamento.

Por ser um produto histórico do capitalismo, que nasceu como necessidade da informação imediata e mediada, o jornalismo traz em si as contradições do próprio sistema capitalista e também as potencialidades de ultrapassar o pensamento hegemônico por ser uma forma de construção do conhecimento (GENRO FILHO, 1988, não paginado). Compreendemos que a informação nunca pode se alienar totalmente da realidade, ou seja, mesmo que o jornalismo trabalhe com intenções claras, ele traz em si as contradições da própria realidade que descreve.

Em uma sociedade marcada por desigualdades de todo tipo, o quadro de oligopólios, que é tendência do capitalismo em todas as áreas de produção, revela que a comunicação é apenas parte do complexo quadro de relações de poder, sendo que uma das formas de manutenção do pensamento hegemônico é limitar a liberdade de expressão e, ao influenciar imaginários, depreciar a identidade dos povos e seus movimentos de emancipação legítimos, como no caso do MST, suprimindo as diversidades.

Um jornal vinculado a um movimento social como o jornal *Sem Terra* não significa apenas um meio de divulgar ideais de um determinado grupo, mas um instrumento de fortalecimento identitário, de valorização cultural, de preservação histórica e uma perspectiva de superação do atual quadro de oligopólios do jornalismo brasileiro.

A questão mais problemática e evidente em torno do jornalismo é a gestão dos meios de comunicação pertencer a poucos grupos empresariais. Tal realidade que não é só brasileira, mas mundial, enfraquece as possibilidades do jornalismo atuar como transformador da realidade já que não podemos tratar o campo do simbólico desvincilhado da realidade econômica, política e social.

A concepção do jornalismo alternativo é frágil e buscamos o termo militante para clarificar nossas percepções de que esse jornalismo não se pauta pelos protocolos de objetividade jornalística, porque deixa clara a representação das categorias sociais às quais se liga, adotando assim, o papel de seu de porta-voz, num embate de posições no debate público, sem esconder suas filiações e compromissos. O jornal militante se posiciona de forma declarada, instaurando, assim, um outro modelo de jornalismo, de luta, no contexto de uma pluralidade de grupos de interesse, tantas vezes em choque, no qual explicita as posições de um dos atores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Imprensa alternativa: alcances e limites**. Publicado na Revista Tempo e Presença, n. 233, em agosto de 1988. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/imprensa-alternativa-alcances-e-limites>> Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

_____. **Um trabalhador da notícia: textos de Perseu Abramo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AMARAL, Roberto. **Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado)** In MOTTA, Luiz Gonzaga (org). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e Democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. Revista Opinião Pública, Campinas, vol 12, no. 1, abril/ maio, 2006, p. 88-113.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W. *Análise de Conteúdo Clássica: Uma Revisão*. In BAUER, Martin W; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENEDETI, Carine Andrade. **A qualidade da informação jornalística: do conceito à prática**. Florianópolis: Insular, 2009.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Cidadania e Democracia**. Revista Lua Nova, no. 32, São Paulo, 1994.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *The Social Construction of Reality*, 1966 ut. Trad. Brasileira: **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis, Vozes, 1973.

BERGER, Christa. **O Caso Aracruz. Do fato ao acontecimento jornalístico**. Unirevista, vol 1, no. 3, Porto Alegre, julho 2006. Disponível em <http://alaic.net/ponencias/UNIrev_Berger.pdf> Acesso em agosto de 2011.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BUCCI, Eugenio. **A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias** In Canela, Guilherme (org.). Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo. Andi e Cortez editora, Brasília e São Paulo: 2008.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos avançados, 2001, vol.15, n.43, pp. 207-224. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016> Acesso em julho de 2011.

CANCLINI, Nestor Garcia & RONCAGLIOLO, Rafael (orgs.). **Cultura transnacional y culturas populares**. Lima, Peru: IPAL, 1988.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: editora Unesp, 2010.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: editora Unesp, 2010.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro; Campus, 1992.

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia. In ALVARES, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

DAHRENDORF, Ralf. **O Conflito Social Moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

DOWNING, John. **Mídia Radical**. São Paulo : editora SENAC, 2004.

ELHAJJI, Mohammed. Dos modos de construção da identidade nacional: pertencimento – mídia- alteridade. In PAIVA, Raquel et all (org.). **Mídia e Poder**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

ENTMAN, Robert M. **Framing US coverage of international news: contrast in narratives of the KAL and Iran Air incidentes**. Journal of Communication, 41(4), Autumn 1991.

FERNANDES, Adelia Barroso. **Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público**. Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador, set. 2002. Disponível em <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/18666/1/2002_NP2FERNANDES.pdf>.

FERNANDES MANÇANO, Bernardo. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES MANÇANO, Bernardo. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: editora Unesp, 2010.

FESTA, Regina; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **História dos Movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: edições Loyola, 2001.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997

GOMES, Itania Maria Mota. O que é popular no jornalismo popular?. In **Mídia e Poder**. COUTINHO; FILHO; PAIVA (orgs.). São Paulo: Mauad X, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Carcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, volumes 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Máximo Simpson. **A Comunicação Alternativa na América Latina**. Petrópolis: editora Vozes, 1987.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**. Portugal: Principia editora, 2006

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. São Paulo: Futura, 2003.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

____. **Enigmas da Modernidade Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LIMA, Venício. **Mídia, teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

____. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício; LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)**. 2007. Observatório da Imprensa/ Projor. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf> . Acesso em setembro de 2010

LIMA, Venício; KUCINSKI, Bernardo. **Diálogos da Perplexidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker editores, 2002.

____. **Imprensa e Capitalismo**. São Paulo: Kairós, 1984

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia: um produto à venda**. São Paulo: Alfa Omega, 1978

MEDITSCH, Eduardo. Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. 2001. Disponível em <[HTTP://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-generos-de-discurso.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-generos-de-discurso.pdf)> Acesso em 16 de fevereiro de 2011.

MESQUITA, Flávio Agnelli. **As fontes jornalísticas no caso Dossiê- uma análise de enquadramento da cobertura das revistas *Veja, Época, Istoé e Carta Capital***. Dissertação de Mestrado, UNESP – Bauru, 2008.

MORAES, Denis. **Imaginário Social e Hegemonia Cultural**. 2002. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>> . Acesso em novembro de 2010.

_____. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

_____. **Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Brasil: alternativa popular: comunicação e movimentos sociais** In GRINBERG, Máximo Simpson. *A Comunicação Alternativa na América Latina*. Petrópolis: editora Vozes, 1987.

NOGUEIRA, Silas. **Movimentos Sociais, Cultura, Comunicação e Participação Política**. São Paulo, 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes. Não paginado.

OLIVEIRA, Dennis. **Uma práxis jornalística alternativa**. Jornal da USP. Ano XXIV, n. 846, 29 de setembro a 5 de outubro de 2008, São Paulo. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp846/pag13.htm>> Acesso em janeiro de 2011.

OXHORN, Philip. **Cidadania como Consumo ou Cidadania como Agência: uma comparação entre as reformas de democratização da Bolívia e do Brasil**. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no. 24, maio/ago. 2010, p. 18-43.

PAOLI, Maria Celia. **Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno**. Estudos avançados. [online]. 1989, vol.3, n.7, pp. 40-66.

PEREIRA FILHO, José Bicudo. **Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.

PERUZZO, Cicília K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0716-1.pdf> > Acesso em: 21 mar. 2009.

_____. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária.** Trabalho apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UNB, 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/19806/1/Cicilia+Peruzzo+.pdf> > Acesso em 27 de fevereiro de 2010.

ROCHA, Décio e DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: O Linguístico e seu Entorno.** Revista Delta, 2006, p. 29-52. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v22n1/31730.pdf>>. Acesso em 25 de julho de 2011.

SAES, Décio A. M. de. **Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania.** Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16saes.pdf>> Acesso em novembro de 2010.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez editora, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci.** In AGGIO, Alberto (org). Gramsci: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SOARES, M.C. **Jornalismo e Cidadania: a visão normativa em discussão.** In: 18º Encontro da COMPÓS- Ass. Nac. de Progr. de Pós-Grad. em Comunicação, 2008, São Paulo. 17º COMPÓS – Anais, 2008.

_____. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em <http://www.culturaacademica.com.br/downloads/%7B8533A89E-4887-43BF-AE93-E409FD1E02D1%7D_Representacoes_jornalismo_e_esfera%20publica-NOVA%20P4.pdf > . Acesso em agosto de 2010.

_____. **Os direitos na esfera pública midiática.** Relatório de estágio pós-doutoral, UNESP-Bauru, 2008.

SODRÉ, Muniz. **A Narração do Fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Cultura e comunicação: desafios do MERCOSUL**. In FERREIRA, Nazareth (org.). *Cultura e Comunicação: perspectivas para a América Latina*. São Paulo: CELACC, ECA, USP, 2007.

_____. **Antropológica do Espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Universidade Fernando Pessoa, 1999. Disponível em < <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html> > Acesso em 05 de janeiro de 2011. Não paginado.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. *Mídia e Cenários Políticos e Culturais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2006.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente, a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAVARES, Joana. Entrevista ao autor, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WEFFORT, Francisco Correa. *A cidadania dos trabalhadores*. In LAMOUNIER, Bolivar (org.) **Direito, Cidadania e Participação**. São Paulo: TA Queiroz, 1981.

_____. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984

_____. **Novas democracias, que democracias?** Revista Lua Nova, no. 27. São Paulo, 1992.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Tradução Zélia Leal Adghirni. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2004.